

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

QUANDO A *MATA* SE TORNA ATLÂNTICA: DILEMAS DA GESTÃO
INTEGRADA DOS MOSAICOS DE ÁREAS PROTEGIDAS

DAMIANA SOUSA CAMPOS

2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**QUANDO A MATA SE TORNA ATLÂNTICA: DILEMAS DA GESTÃO
INTEGRADA DOS MOSAICOS DE ÁREAS PROTEGIDAS**

DAMIANA SOUSA CAMPOS

Sob a Orientação da Professora
Maria José Carneiro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ

Setembro de 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
(CPDA)

DAMIANA DE SOUSA CAMPOS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências.

Dissertação aprovada em

Maria José Carneiro, Dra., UFRRJ/CPDA
(Orientadora)

Alfredo Wagner Berno de Almeida, Dr.
UFAM

Andrey Cordeiro, Dr.
UFRRJ/CPDA

Campos, Damiana Sousa

Quando a *mata* se torna Atlântica: dilemas da gestão integrada dos Mosaicos de Áreas Protegidas.

Damiana Sousa Campos, 2013, 112 f.

Orientadora: Maria José Carneiro

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 107-111

1. Conflitos ambientais 2. Unidade de Conservação. 3. Direitos territoriais 4. Mosaico de Áreas Protegidas. Teses. I. Carneiro, Maria José II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)

DAMIANA DE SOUSA CAMPOS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciências.

Dissertação aprovada em

Maria José Carneiro, Dra., UFRRJ/CPDA
(Orientadora)

Alfredo Wagner Berno de Almeida, Dr.
UFAM

Andrey Cordeiro, Dr.
UFRRJ/CPDA

À família Campos,
Cesar e Lucas

AGRADECIMENTOS

Agradeço a licença consentida e a confiança de permanecer, mesmo por pouco tempo, nas aldeias de Barra Velha, Guaxuma, Tibá, Coroa Vermelha, Aldeia Velha, Cahy e Bogigão. A minha profunda gratidão às famílias indígenas da aldeia Pequi. Foi estando na aldeia que surgiu o entendimento das minhas andanças até aqui, sendo estas impulsionadas pela busca incessante do preenchimento da ausência que trazia dentro de mim. Ao povo de Baiara e ao povo de Seu Pedro, por me ensinarem que a parenteza também se dá pela proximidade e confiança no outro. A Dona Nicinha e Dona Maria Pesca, pelos ensinamentos, pelo cuidado que tiveram comigo em tempos de enfermidade, pela confiança e amor ofertado. Enfim, à licença concedida para estar e viver na aldeia em dia de *Barreiro*, momento de mutirão que fortalece os laços de solidariedade tão presentes na aldeia Pequi.

A Lia Pataxó e família pelo carinho e acolhida em Coroa Vermelha.

A Nanda e família pelo carinho, cuidado e pouso em Cumuru. Esse agradecimento estendo a todos que me acolheram em Cumuru: Diferente, Vazic, Eliete, Tamires, aos professores da Escola Municipal e Estadual de Cumuruxatiba. Aos conselheiros do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia. A Rogério e Milene Maia, do Grupo Ambientalista da Bahia, pelo apoio e consentimento à minha participação nas oficinas de sensibilização. A Carol Peixoto pelas conversas e indicações de leituras. À Flora Brasil, na pessoa de Dina, pelo apoio inicial. Em especial, a Juliana Pratavieira, que me acolheu em sua casa e me apresentou o campo desta pesquisa, por seus ensinamentos e pelo sorriso que encanta a todos, pela sinceridade no que faz e por suas reflexões na luta sempre constante pela justiça ambiental.

Aos companheiros e companheiras de Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e ao CNPQ pela atuação conjunta nesse processo.

À minha orientadora Maria José Carneiro, pelo acompanhamento, e, em especial, por me apresentar o CPDA ainda em terras mineiras.

Aos professores do CPDA, que ao longo dessa trajetória contribuíram para que muitas das reflexões aqui trazidas existissem. Em especial, a Eli Napoleão, Maria José Carneiro, Hector Alimonda, Claudia Smith, Regina Bruno, Andrey Cordeiro, pelos momentos preciosos vividos em sala de aula e por acompanhar de perto os diferentes estágios do meu aprendizado.

À Prefeitura Municipal de Chapada Gaúcha, Secretaria Municipal de Educação e Escola Municipal Santo Agostinho, por me liberar das minhas atividades profissionais no período em que estive no mestrado. Em especial, aos companheiros e companheiras que fazem do magistério um instrumento de transformação social.

A todos os funcionários da Secretaria e do Departamento do CPDA. Em especial, a Marcos, Tereza e Henrique, pelo carinho, atenção e prontidão. A você Alan, pela paciência nos momentos de correria no xerox.

Aos professores: Alfredo Wagner, pela atenção e disposição ao longo dos nossos encontros. Franklin (UFBA), que, mesmo em tempos de escrita final de sua tese, ofertou-me uma aula sobre Cartografia Social e me indicou várias leituras que contribuíram na apresentação do trabalho. Maria Geovanda (UNEB), pelas conversas e debates, pelo acompanhamento e oferta dos materiais e pesquisas realizadas junto às aldeias de Cumuruxatiba, pela luta e reflexão constantes por uma Educação crítica e reflexiva. A Marcela Bertelli e Cássio Martinho, pelos primeiros voos teóricos pensando redes e conexões culturais que pontencializaram a escrita do projeto de mestrado.

Às minhas amigas *princess*: *Michelle Ferreti*, pela generosidade, amor e cuidado. Por fazer parte e me acompanhar ao longo dos meus voos em terras cariocas. Por me ensinar a ter cuidado com as vaidades internas e que o “inferno são os outros”. E que se não for divertido, não é nossa revolução. Pelo pouso de janeiro a dezembro e por fazer de sua casa, a minha casa. *Patrícia Silva*, pelo jeito bonito que encara a vida, pelo carinho sempre presente, pelos giros de sol e banhos de lua que me fortaleceram nesta reta final. Por me permitir passar bons momentos em sua casa, sendo também o meu lar por um bom e lindo tempo. Por me ensinar que o mar também é feminino. *Juliana Oliveira*, menina que me apresentou Gramsci, pelo sacode na vida e por mostrar que tudo tem resposta, mesmo não estando tão próxima – mas que, dependendo das músicas que escolhemos ouvir, esperar faz toda a diferença. Pelo acompanhamento em tempos difíceis e por fazer da sua casa, que mora outra menina bonita, nossa Ynaê, a minha casa.

A Marquinhos, pela acolhida, carinho, mimo e quitutes que contribuíram, e muito, no trabalho final deste trabalho. Agradeço a paciência e a confiança. Saiba que a minha casa é sua casa.

A Josi Wedig e Patrícia Pinheiro, flores do meu jardim, agradeço pelo período em que dividimos nossas vidas. A você Josi, por me mostrar que somos capazes de tudo o que desejamos desde que a coragem seja nosso escudo, pelo brilho nos olhos quando lia meus primeiros escritos, pelos saraus regados a poemas de Clarice Lispector, e por me apresentar às

leituras do Projeto Novas Cartografia Social. A você Pati, pelo carinho, amor e cuidado ao longo de nossa morada coletiva. Em especial, pelo acompanhamento cuidadoso nas leituras coletivas de meu texto, provocando-me com suas leituras pós-coloniais.

A Felipe Eugênio, pelos momentos de reflexão que abalam as estruturas do pensar-se neste mundo, pelo cuidado e a generosidade ofertados ao longo da leitura desta dissertação. A Marina querida, pelo carinho e paciência em tempos ferventes de final de dissertação.

Aos amigos queridos de mestrado CPDA 2011, em especial, a Nati e José Renato, Luciana e Gabriel, Pedro, Inês, Vivi, Tereza, Gemilson, que foram minha família aqui no Rio de Janeiro. A você Clarisse Kalume, pelas prosas tocadas em boa companhia, pelo brilho que traz no viver a vida e por me fazer sentir mais perto de casa. A Laila, pelas trocas em tempos de laboratório, pelos encontros para além do CPDA e o apoio.

A Nani querida, pela paz e seu astral, e por mostrar que a paz interior é o que devemos buscar. A Aninha, pelos pousos sempre cuidadosos na Glória e em Santa Tereza, e por ensinar que *maluquinhos* somos todos nós.

Aos moradores da casa mais gaúcha deste Rio de Janeiro, em especial, ao Bruno Prado, pelas prosas e pelos poemas de Clarice Lispector, por me ofertar os momentos de café e torta de banana que renderam reflexões que levarei para a vida, e, ainda, pela contribuição na elaboração do abstract deste trabalho. E ao Sergio Botton, que entre os caminhos de luz me ofertou conhecer um pouco mais *outros* cantos deste Rio de Janeiro.

Finalizo estes agradecimentos com a minha gratidão e os meus mais sinceros sentimentos ao meu povo que pensa e vive o Gerais, Sertão Nortemineiro. Deixá-los para o final foi proposital, pois entendo que sem vocês eu não teria a oportunidade de viver e estabelecer os laços sinceros de amizade que aqui agradeço e concluir este ciclo que se fecha.

Às minhas companheiras e companheiros de Rosa e Sertão, por sempre acreditarem que as bases são fundamentais para a construção de um mundo mais justo hoje. Aqui deixo registrado o meu agradecimento a: Ladjane, Tiana, Gustavo, Regiane, Márcia, Tereza, Bergues, Vitória, Ana Cláudia, Lu Mária, Zilma Alves, Ambrosina, Laiane, Meirejane, Antônia, Marilene. Em especial, aos meus anjos, cujos cachos de cabelo são afro, graças a Deus, Diana Campos e Daiana Campos.

A todas as comunidades rurais de Chapada Gaúcha que tive a oportunidade de conhecer. Pelo convívio, confiança e aprendizado, que formaram as bases para dar os primeiros passos neste ser pesquisadora.

Ao Retiro dos Bois, onde tive a honra de lecionar e aprender a viver em comunidade, de aprender a lutar por nossos direitos e entender que a dança do Manzuá é a que temos de

dançar por toda nossa vida, e por me ensinar a importância do rio Carinhanha e das Veredas que nutrem vidas. Em especial, à matriarca Dona Lorença, pelo amor incondicional a mim ofertado e por me ter como filha.

A Ana Carneiro, pela acolhida inicial em terras de São Sebastião, pela oferta em tempos de adaptação, pelas prosas e reflexões que, em tempos de descobertas acadêmicas, provocaram-me a pensar a relação sujeito/sujeito.

A Camila Medeiros, pelos ensinamentos ao longo das aventuras antropológicas, por jamais deixar de acreditar no que causa arrepios e pelas leituras cuidadosas e acompanhamento deste trabalho. Pela generosidade e o amor que jamais se abalaram mesmo estando distante de todos nós, e por fazer parte da minha vida e das coisas que acredito. Com você, pude aprender que disciplina é importante e que nada cai do céu, inclusive o “objeto” de pesquisa.

À minha família, Seu Manoel, Dona Vera, Diana e Daiana, pelo carinho, amor e paciência, por tão bem cuidarem do nosso menino Lucas e por acreditarem que este dia iria chegar, e por me ensinarem que casa cheia é sinal de alegria, e que sempre cabe mais um. Ao papai, pelos ensinamentos na minha formação política, por ser um eterno batalhador pelos direitos trabalhistas. À mamãe, por ser esta mulher especial, pelas orações, pelo mimo e pelas ligações diárias que me fortaleceram na reta final. A Di e Dai, meus anjos, pelo carinho, paciência e por me ensinarem que a felicidade está em horinhas de descuido.

Por fim, e tão especialmente importantes, ao meu companheiro Cesar Victor e ao meu filho Lucas Emanuel. Agradeço a você, meu filho, pela luz e inspiração que contribuíram ao longo desta trajetória. Por compreender, mesmo não entendendo, o longo período em que estive distante, mas jamais ausente. E por nunca esquecer que eu te amo daqui até a lua, ida e volta. A você, Cesar querido, pelo carinho, atenção, cuidado e zelo. Por me acompanhar e encorajar a ousar voos jamais antes pensados. Pelos debates calorosos em torno da construção destas reflexões, pois com ele chegue até aqui. Esta é para vocês!

“O ato da descoberta é necessariamente recíproco: quem descobre é também descoberto, e vice-versa. Por que é então tão fácil, em concreto, saber quem é descobridor e quem é descoberto? Porque sendo a descoberta uma relação de poder e de saber, é descobridor quem tem mais poder e mais saber e, com isso, a capacidade para declarar o outro como descoberto. É a desigualdade de poder e de saber que transforma a reciprocidade da descoberta na apropriação do descoberto. Toda descoberta tem, assim, algo de imperial, uma ação de controle e de submissão”. (Boaventura de Sousa Santos)

RESUMO

CAMPOS, Damiana Sousa. **Quando a mata se torna Atlântica: dilemas da gestão integrada dos Mosaicos de Áreas Protegidas** – RJ. 2013. Xp. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ, 2013.

O presente trabalho versa sobre o processo de implementação do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia, região de Mata Atlântica, tendo como pano de fundo conflitos ambientais. Entendendo por conflito ambiental as controvérsias existentes, o que está em jogo são os diferentes sentidos atribuídos ao manejo e uso dos recursos naturais pelos sujeitos. Problematisa-se a questão a partir da afirmação dos direitos territoriais por indígenas Pataxó, que retomaram uma área referente à unidade de conservação de proteção integral Parque Nacional do Descobrimento, formando cinco aldeias. Buscou-se, a partir do uso de técnicas etnográficas, entender como se deu o diálogo entre os gestores do Parque e os indígenas. Nota-se ainda que, em determinado momento, há um deslocamento da questão indígena, enquanto reivindicação dos direitos territoriais, para uma questão ambiental, na qual a integridade da Mata Atlântica é lida como o principal elemento a ser considerado. Problematisa-se a atuação do Mosaico neste sentido, sendo este instrumento evidenciado como estruturante no processo de mediação. Averigua-se que mesmo possibilitando avanços na discussão da importância da conservação das diferentes áreas protegidas e como instrumento de compartilhamento, o Mosaico reafirma um *modus operandi* das Unidades de Conservação, potencializado por sua abrangência territorial.

Palavras-chave: conflitos ambientais, Unidades de Conservação, direitos territoriais, Mosaico de Áreas Protegidas.

ABSTRACT

CAMPOS, Damiana Sousa. **Dilemmas in the integrated management of Mosaics of Protected Areas.** (Master's degree in Social Sciences in Development, Agriculture, and Society). Institute of Humanities and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro. Seropédica, RJ, 2013.

This study discusses the implementation of the Mosaic of Protected Areas in extreme-Southern Bahia, a region in the Atlantic Rainforest (*Mata Atlântica*), backgrounded by environmental conflicts especially marked by overlapping territories. Understanding the existent controversies as environmental conflicts, the distinct meanings attributed to the natural resources management and use by the subjects are put at stake. The issue is problematized starting with the affirmation of territorial rights by Pataxó indigenous people who reclaimed an area related to the Integral Protection Conservation Unit “Parque Nacional do Descobrimento” and established themselves in five villages. Using ethnographic methods, the study aimed at understanding how the dialogue between park managers and indigenous happened. It is noted that, under a specific moment, there is a displacement of the indigenous issue as a territorial rights claim to an environmental issue in which the Mata Atlântica integrity is understood as the main element to be considered. The Mosaic's performance is discussed evidencing this instrument as structuring the mediation process. Even though it enables advances in the discussion on the importance of conserving different protected areas and as a sharing tool, the Mosaic, empowered by its territorial scope, reaffirms the Conservation Units *modus operandi*.

Keywords: environmental conflicts; Conservation Units; territorial rights; Mosaic of Protected Areas

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APOINME	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo.
APP	Área de Preservação Permanente
APs	Áreas Protegidas
FNMA	Fundo Nacional de Meio Ambiente
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNATURA	Fundação Pró-Natureza
IBAMA	Instituto Brasileiro Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
MAPES	Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia
MOU	Memorando de Entendimento
PARNA	Parque Nacional
PINEB	Programa de Pesquisa de Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro
PNAP	Plano Nacional de Áreas Protegidas
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
RESEX	Reserva Extrativista
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SIASI	Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I - (Com)partilhar de áreas protegidas: a perspectiva da política ambiental.....	30
1.1 Um Mosaico de Áreas Protegidas.....	36
1.2 Os Mosaicos e seu marco teórico	38
1.3 O deslocar das Áreas Protegidas.....	41
1.4 Mosaico de Áreas Protegidas do extremo sul da Bahia.....	44
1.5 A reunião: pautas, estratégias e consenso	46
CAPÍTULO II – Mosaico de Áreas Protegidas na perspectiva indígena	53
2.1 Fragmentos	54
2.2 Em nome do território.....	54
2.3 Diferentes rerepresentações do território: a oficina de sensibilização	60
2.4 Quem está dentro e quem está fora.....	59
2.5 A questão ambiental na questão indígena: elementos para uma gestão integrada	67
CAPÍTULO III – Entre aldeias.....	76
3.1 O fogo de 51	80
3.2 Quando a <i>mata</i> se torna Atlântica: diferentes ordenamentos.....	85
3.3 Deslocamentos: a formação do grupo, da aldeia e as terras de morada	90
3.4 Terras de governo: <i>aldeia de dentro</i>	94
3.5 Terras de morada: <i>aldeia de fora</i>	96
3.6 Disposição territorial da aldeia: terras de morada	99
Considerações finais	102
Referências bibliográficas	107

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a imagem de mosaico associada à gestão integrada de diferentes áreas protegidas, a partir de um território localizado no sul do estado da Bahia. A política de Mosaicos de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente (MMA) busca incentivar a conectividade entre unidades de conservação e áreas protegidas (como Terras Indígenas e Quilombos) quando se encontram próximas; porém, como veremos no caso estudado, entre dilemas e contradições, podem emergir conflitos quando esta iniciativa é posta em prática¹.

O território pesquisado está delimitado entre os municípios de Prado, Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália, cuja junção das 12 áreas protegidas e sete Terras Indígenas homologadas formaram o Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (MAPES), no bioma Mata Atlântica.

Uma das formas de traduzir a política de conectividade por parte de gestores de unidades de conservação era a metáfora *mosaico de artes*, da qual se lançava mão para se pensar o conteúdo do artigo 26 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Este artigo diz que, ao existir “[...] um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa”². O uso dessa metáfora tem por objetivo a melhor compreensão dos agentes sociais direta ou indiretamente afetados por essa política, partindo da proposta de que diferentes pedaços, ao se juntarem, formariam a imagem idealizada de uma peça composta por fragmentos distintos, mas integrados, cuja gestão se daria de forma harmônica.

Cada Mosaico é criado através de portaria do MMA, a partir de solicitação por meio de cartas de interesse de gestores das áreas protegidas envolvidas e de outros segmentos – ou seja, surge de uma demanda local. Ainda de acordo com o SNUC, a delimitação territorial do Mosaico, com sua localização e abrangência, pode ser entendida como um território contínuo,

¹ A conectividade nas propostas de Corredores, Mosaicos e Reservas da Biosfera é entendida como a capacidade de uma paisagem facilitar fluxos entre os seus elementos (habitats). Ver em: http://eco.ib.usp.br/lepac/eco_paisagem/10.rest_TOT2.pdf.

² Na íntegra: “Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.” (BRASIL, 2000).

em que a proximidade das UCs é materializada em um mapa oficial caracterizando um Mosaico de Áreas Protegidas. Sua gestão é conduzida por um Conselho Gestor de cunho consultivo representado pelas UCs juntamente com os diferentes segmentos da sociedade civil organizada e instituições governamentais.

O reconhecimento dos Mosaicos se deu com mais afinco, em diversas áreas do Brasil, após a realização do edital 01/2005³, lançado pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA). O referido edital teve como objetivo a seleção de projetos orientados à formação de Mosaicos de Unidades de Conservação e outras áreas legalmente protegidas em todos os biomas brasileiros. Três anos depois da seleção, dez Mosaicos haviam sido reconhecidos pelo MMA, cada um contendo seus respectivos Conselhos Gestores e os Planos de Desenvolvimento de Base Conservacionista⁴ (MMA, 2005).

A presente análise será guiada pelo entendimento de Mosaicos dado pelo Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), em 2006. Este Plano é considerado uma visão ampliada do SNUC, pelo fato de conceber como áreas protegidas, além das categorias de Unidades de Conservação da Natureza contidas no SNUC, as Terras Indígenas e Territórios Quilombolas. Ressalta-se que, nas discussões que circundaram o Plano e a sua elaboração, há o diferencial de que a noção de conservação é ampliada para além das UCs de proteção integral, algo que não ocorria nas demais políticas⁵. Essa proposta, elaborada como diretriz a ser seguida, possibilitaria avançar na discussão no que diz respeito à categoria Terra Indígena e Território Quilombola como áreas estratégicas para a atuação das políticas ambientais de conservação. Essas políticas, de maneira geral, são marcadas pela dualidade de discursos (tão presente no campo ambiental) que envolve a noção de preservação, em determinados momentos contraposta à noção de conservação⁶.

Neste trabalho, o processo de implementação dos Mosaicos e seus objetivos será analisado a partir do exposto por Becker (2010), que identifica no conceito de gestão, três

3 Seleção de projetos orientados à formação de Mosaicos de Unidades de Conservação e outras áreas legalmente protegidas, e à elaboração e implementação de planos de desenvolvimento territorial com base conservacionista, que contribuam para a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

4 Planejamento territorial de ações que fomentem o ‘desenvolvimento sustentável’. Este plano será comentado mais adiante.

5 A inclusão das Terras Indígenas e Terras Quilombolas como áreas protegidas foi um avanço da política ambiental, mas não se deixa de levar em consideração que esta pode ser uma estratégia de controle dessas áreas – e, ainda, que esta inclusão não foi mérito somente dos tomadores de decisão, mas sim das reivindicações dos movimentos sociais (ALMEIDA, 2012; ACSERALD, 2010; CUNHA CARNEIRO, 2000).

6 Os termos preservacionismo e conservacionismo podem ser lidos como formas classificatórias que se contrapõem. Ambas surgiram nos Estados Unidos no final do século XVIII. O conservacionismo é uma corrente de pensamento que acredita no convívio harmonioso entre homem e natureza, desde que haja restrições e uma eficiência no uso e acesso aos recursos naturais. Por outro lado, a corrente preservacionista afirma que a presença humana é uma ameaça, sendo responsável pela ideia da criação de Parques Nacionais, ou seja, espaços protegidos que não contam com a presença humana, enfatizando a visão de natureza intocada (DIEGUES, 1994).

elementos implícitos à sua aplicação: i) *princípio econômico como finalidade*: que para o caso estudado foca-se na finalidade da conservação cujas estratégias para conectividade das áreas protegidas a partir dos corredores ecológicos abstrai outros ordenamentos postos ao território. Nesse sentido, a execução de elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial com bases conservacionistas como forma de valorar os recursos naturais tendo como central os modos tradicionais – extrativismo, artesanato, produtos - como objeto do conceito de ‘desenvolvimento sustentável’; ii) *táticas e técnicas*: vista como de comando e controle como indicado no artigo 26 do SNUC ao conceber a presidência do Conselho ao gestor de UC e que, por meio das pautas e ações integradas, haja ênfase na fiscalização e educação ambiental, e iii) *absorção de conflitos*: quando há recuo na decisão da incorporação das Terras Indígenas como parte do Mosaico. A absorção dos conflitos é fundamental nessa esfera, pois o a partir da absorção que se tem o consenso.

Caminhos para a construção do objeto

O tema desta pesquisa nasce das inquietações por mim vividas ao longo da atuação política no norte de Minas Gerais, mais especificamente na mediação de projetos de intervenção junto a comunidades tradicionais e participação em debates e conselhos ambientais e culturais. Além disso, como coordenadora executiva do Instituto Rosa e Sertão, Organização Não-Governamental, sediada no município de Chapada Gaúcha⁷, trabalhei também com ações e projetos nas temáticas de cultura e meio ambiente. Ao longo de minha trajetória de militância nessa região, busquei tencionar os debates para outras formas de conceber os espaços constituídos socialmente como ‘Sertão’ – pelos grupos que estão mais ligados às correntes socioambientalistas e ambientalistas – sem separá-lo do lugar da ‘Produção’ – grupo mais direcionado ao sistema de uso de plantações extensas de semente de capim braquiária, de soja e, mais recentemente, de eucalipto. Nessa região, as lógicas territoriais de uso e acesso dos recursos naturais se alternam entre as políticas ambientais (com a criação de UCs) e o incentivo a projetos voltados à produção baseada nos modelos de monocultivo.

⁷ Cidade norte-mineira, cujo nome remete à migração de agricultores do Rio Grande do Sul na década de 1970 e ao modelo de gestão no campo baseado no sistema de monoculturas. Esse projeto incentivado pelo Estado foi embasado na visão de Cerrado “inóspito” e “vazio” que era necessário ocupar.

Em um segundo momento, o fato de ser conselheira do Conselho Consultivo do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu⁸ impulsionou a escrita do projeto para o mestrado, na busca por compreender mais profundamente as questões que surgiam ao longo de sua construção. Este Mosaico foi reconhecido pelo MMA em 2009, fruto de um projeto da Fundação Pró-Natureza (FUNATURA) realizado em 2005. Minha grande inquietação – centrada na relação entre as UC's e os territórios que não se enquadravam na leitura de gestão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – guiou o estar na academia e a intenção de pensar essa experiência a partir de uma investigação sobre Mosaicos que implicava o deslocamento para outro contexto.

Realizei o mestrado trazendo essas vivências enquanto conselheira e buscando pensar como a política de Mosaicos permitiria uma relação simétrica entre os gestores das Unidades de Conservação e as 'comunidades tradicionais'. A procura, com isso, foi trazer para a discussão da conservação as diferentes formas de concepção do território e, ainda, reconhecer as áreas protegidas para além das categorias de Unidades de Conservação do SNUC em sua proposta de conservação.

Ao longo da participação nas disciplinas do curso de Ciências Sociais, das trocas e das leituras sociológicas e antropológicas, pude visualizar outras formas de olhar para o meu objeto de pesquisa. Em um primeiro momento, procurei partir para a análise da implementação da política de Mosaicos que incorpora de uma maneira específica a ideia de território, colocando-o como categoria política. Fui provocada a entender como as minhas pré-noções, tão presentes num primeiro movimento de pensar o meu projeto, aos poucos poderiam ser dissolvidas. Assim, o cuidado com as condições e limites das validações e avaliações ao longo da pesquisa, mesmo que próximas, forçaram-me a manter uma "vigilância epistemológica" (BOURDIEU et al., 1988).

Nessa direção, pude também me valer do exercício de desnaturalização das categorias e dos conceitos conservacionistas, tão presentes nas esferas que atuei como mediadora, e perceber que são reflexos das discussões e práticas ambientais que envolvem o conflito, encobrendo as tentativas de flexibilização dos direitos territoriais. Como exemplo desta naturalização, está o que mobiliza esta pesquisa: a caracterização da sobreposição de território, na qual está em jogo o embate entre os gestores das UCs e povos e comunidades tradicionais que reivindicam suas terras tradicionalmente ocupadas (ALMEIDA, 2013).

8 Reconhecido por portaria do Ministério do Meio Ambiente em 2009, engloba 11 municípios, sendo eles: Formoso, Arinos, Chapada Gaúcha, Urucuia, Cônego Marinho, Januária, Itacarambi, Bonito de Minas, São João das Missões e Manga. Engloba, ainda, pequena parte do município de Cocos no sudoeste da Bahia.

Com isso, sair da condição de agente social e me colocar na posição de pesquisadora se deu, paulatinamente, a partir do entendimento sobre a importância de se ter uma reflexão aprofundada na condução dos processos de mediação política, que não podem ser vistos de modo desconectado. O desafio de lidar com um tema tão próximo e ser objeto da própria dissertação – pois a ideia original era pesquisar o Mosaico do qual eu fazia parte – valeria o esforço metodológico e rupturas na própria condução da minha participação. Neste ponto, o aprendizado do mestrado e os próprios debates sobre a questão das áreas protegidas e a limitação da gestão integrada no Mosaico Sertão Veredas Peruaçu me guiaram para outros caminhos.

Diante disso, optei conhecer outras experiências, mas as inquietações surgidas no Norte de Minas se deslocaram junto comigo. A transição de lugar ocorreu quando consegui estabelecer uma ligação entre *refletir sobre* – a política ambiental e como se deu esta construção social envolvendo os Mosaicos de Áreas Protegidas a partir de sua gênese⁹ – mas também *refletir com* – partindo da perspectiva daqueles que por ela são afetados. Com isso, procurei estabelecer não apenas o olhar de fora, mas entender quais olhares vem de encontro aos próprios que já trazia comigo. Foi por não perceber a sinergia entre as diferentes áreas protegidas – Terras Indígenas e UCs – na arena que atuava que o desejo de estudar os Mosaicos veio à tona.

Ao me deslocar para o extremo sul da Bahia, noto que o movimento de sair do meu lugar não me fez deixar de pensar sobre ele. Foi saindo de minha aldeia que consegui olhar para dentro dela, entendendo não apenas as limitações, mas os caminhos que operam na lógica posta e como se dão as diferentes formas de conduzir a gestão, sendo esta feita por pessoas e não pela política em si.

Ressalto que refletir sobre os caminhos percorridos ao longo do campo de pesquisa permitiu compreender como os inúmeros encontros e desencontros me guiaram ao momento em que encontrei, ou fui encontrada, pelo objeto desta pesquisa. Neste caso, o objeto não perpassa apenas à política ambiental de Mosaicos em si, mas às pessoas que por ela são afetadas e sobre aquelas que as normatizam e operam. O desafio maior foi refletir sobre a personificação existente na política pública, buscando entender os sujeitos que as

9 Neste ponto, vale ressaltar por que trago a gênese dos Mosaicos de Áreas Protegidas a partir da discussão jurídica e as normas que ancoram a política. Como coordenadora de uma ONG, o movimento de assinar a carta de adesão ao Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu não se deu pelo conteúdo jurídico legal, mas, sim, pela concepção de uma primeira leitura de que os Mosaicos promoveriam a gestão compartilhada entre UCs e os territórios de ‘povos e comunidades tradicionais’. Assim, a pertinência de trazer os meandros jurídicos e as divergências na leitura do SNUC para com a gestão em Mosaico se dá entendendo que, partindo da leitura das normas, é possível analisar como elas são reelaboradas e implementadas pelos atores sociais conforme as situações específicas nas quais são atores (CREADO, 2012).

implementam, e não apenas as normas impostas ou mesmo as instituições que fazem parte deste processo.

É neste entendimento que me debruço nesta reflexão, buscando não apenas descrever a trajetória percorrida, mas, também, os caminhos que ousei tentar percorrer e os recuos, trazendo os lugares que tive permissão para entrar. O percorrer lugares que aqui descrevo como ‘encontro’ fez com que me deixasse afetar, reverberando outras formas de direcionar o meu olhar sobre o objeto de pesquisa aqui escolhido. Isso não faz com que a análise que trago seja mais legítima ou distanciada neste montar e desmontar de peças do jogo posto à implementação da política ambiental que fiz parte. É justamente buscando desconstruir a visão idealizada que também incorporei que a análise se fortalece. É no tanger dos dilemas desta comunicação, entre o que é vivido e o que é normatizado, que me proponho a lançar mais perguntas que respostas, mais preposições que soluções.

Considerando que os Mosaicos têm por objetivo a gestão territorial dos recursos naturais, o conceito de gestão será aqui lido como um conceito associado à modernidade, sendo uma prática estratégica científico-tecnológica que dirige, no tempo, a coerência de múltiplas decisões e ações para atingir a uma finalidade: a conservação da natureza.

A escolha deste Mosaico se deu pelo fato de já existir um primeiro movimento que busca a gestão integrada, ocasionado pela sobreposição do Parque Nacional Monte Pascoal à Terra Indígena Barra Velha, em Porto Seguro, e, posteriormente, com o caso também caracterizado como sobreposição envolvendo o Parque Nacional do Descobrimento e a formação de cinco aldeias Pataxó em Prado, Bahia.

A sobreposição, lida atualmente como uma “questão ambiental” pelos gestores do parque, instaurou-se há mais de 50 anos, envolvendo a criação do Parque Nacional Monte Pascoal e as aldeias Pataxó. Entretanto, pensar esta tensão, chamada de conflito ambiental, demanda alguns cuidados. O primeiro cuidado estaria na identificação do que se trataria por conflito ambiental quando o que está em jogo é, por um lado, a integridade da natureza e, por outro, os direitos territoriais que abarcam essa mesma natureza.

Desta forma, rompendo com a dualidade e buscando desnaturalizar os conflitos que envolvem tanto o controle como a elaboração de conhecimento sobre a Mata Atlântica a integridade da Mata Atlântica, ou seja, a sua preservação será percebida como uma mola que move grupos distintos e lutas que se aproximam em nome da sua preservação. Seria a *doxa* pensada por Bourdieu, em que os interesses individuais não aparecem se tornando uma bandeira única dos grandes proprietários de terra, empresas de celulose, assentados da Reforma Agrária e gestores ambientais. E, do outro lado, os indígenas Pataxó que reivindicam

esta mata como pertencente a eles. Neste embate, o que se trataria de um conflito relacionado aos direitos territoriais da questão indígena se desloca para uma questão ambiental.

Com relação ao Parque Nacional do Monte Pascoal, após várias negociações não findadas, os Pataxó retomaram as áreas do Parque, forçando o Estado a abrir diálogo com as Terras Indígenas na gestão do território (LARANJEIRAS, 2010). Mais especificamente, esta escolha levou o Conselho Gestor do MAPES a solicitar ao MMA, em 2009, a inclusão das Terras Indígenas Pataxó como áreas protegidas daquele mosaico, tendo como embasamento legal o PNAP. Mas esta solicitação foi suspensa com a justificativa de que não teriam prazo suficiente para discussão, pois demandava um acordo interministerial e a autorização da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). De acordo com a ata de reunião – descrita mais adiante – o impasse em atender a urgência do MMA para o reconhecimento do MAPES foi, parcialmente, um das responsáveis pela não inclusão das Terras Indígenas no MAPES. Então, falarei de um processo interrompido em que se considera não apenas a questão da urgência, mas também das visões divergentes da importância da inclusão ou não das Terras Indígenas.

Porém, outros fatores surgiram ao longo da pesquisa de campo, estes ligados ao próprio estabelecimento das UCs em sobreposição com territórios indígenas. Estes conflitos tornam-se uma questão ambiental a partir do momento que o Parecer de nº AGU/SRG-01/2009 dado pelo Advogado Geral da União (AGU) indica a “desafetação”¹⁰ da área do Parque Nacional do Descobrimento (uma das unidades de conservação do MAPES), onde estão estabelecidas cinco aldeias indígenas Pataxó. Ao longo do processo, foram encaminhadas várias correspondências externas da chefia do Parque e do Conselho Consultivo externando a sua preocupação com a integridade do Parque, ressaltando a importância da preservação do último remanescente da Mata Atlântica.

Para casos de sobreposição de território na criação de uma Unidade de Conservação, rege a orientação – estabelecida sempre por meio de decreto – que a gestão deverá ser compartilhada até que a situação seja resolvida. Notou-se que ao longo da negociação do caso do referido Parque (envolvendo FUNAI, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e INCRA) esta prerrogativa não teve consenso. Em nota da AGU de nº 084/2009/CCAF/CGU/SRG, esta orientação não foi de toda desmerecida, retomando o caso do Parque Nacional do Monte Pascoal em discussão com os Pataxó. A nota alerta que a “[...] gestão das terras do extremo sul

10 Trata-se da redução do tamanho de uma unidade de conservação ou alteração de seu limite original (que represente perda de área). A desafetação ocorre quando uma unidade de conservação perde uma porção de sua área original, ou seja, diminui de tamanho, sendo esta feita apenas por Lei (MMA). No caso aqui trazido no Parecer da AGU, a “desafetação” difere deste entendimento, pois se refere ao ato de realocar as famílias que ali estavam morando.

da Bahia não pode mais reproduzir o modelo sem êxito até então adotado, sob pena, aí sim, de extinção de vidas humanas e dos recursos naturais que devem sustê-las” (BRASIL, 2009, s/n). Ainda, em oficinas e cursos proferidos pelo MMA, os Mosaicos são considerados uma ferramenta importante para resolução dos conflitos. Porém, ambos os instrumentos não foram levados para a negociação, sendo, como visto mais adiante, muito criticados pelo órgão gestor do Parque.

Entrada no campo: os encontros

Ao longo de 68 dias de pesquisa de campo, sendo 38 deles buscando entender a política ambiental com foco no Mosaico de Áreas Protegidas, fui estabelecendo os campos em que circulei. Sendo a política ambiental o objeto central, eram nas representações em torno das Unidades de Conservação e a forma de gestão “integrada” com o uso do instrumento “Mosaico”, proposto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que o objeto se concebia.

Foi com a manifestação dos Pataxó na BR 101¹¹ que fui provocada por aqueles que “não apareceram” com tanto afincio em meu projeto de qualificação¹². A partir daí, desloquei-me nesta reflexão, iniciando-a pelas análises desenvolvidas por Almeida (2011; 2012) acerca dos processos atuais de mudanças profundas nas leis e normas que regem a sociedade, tais como o Código Florestal, Mineral e das Águas. Talvez não pareça tão óbvia esta escolha, visto que o objeto desta pesquisa é uma análise crítica ao processo de implementação da política ambiental de mosaicos de áreas protegidas. Mas que está atrelado às normas e aos elementos que o campo apresenta a partir do momento que o direcionamento do estudo passa de uma escala territorial para uma escala mais aproximada daqueles que são impactados pela política.

Ao longo de duas semanas, percorri o extremo sul da Bahia, acompanhando técnicos da ONG Conservação Internacional (CI) na mobilização e, logo em seguida, em duas reuniões realizadas por eles. A primeira foi realizada na RESEX de Corumbau, na sede da Escola no distrito de Corumbau (Prado) com os pescadores. A segunda ocorreu na aldeia Barra Velha,

¹¹ Manifestação realizada pelos Pataxó em defesa dos seus território e contrários ao Projeto de Emenda a Constituição (PEC) 215. O registro etnográfico será apresentado no segundo capítulo.

¹² O projeto tinha o título “De que território se fala: análise social do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia. A banca de qualificação, realizada em junho de 2012, chamou a atenção para o status dado à política no desenvolver do raciocínio. Percebeu-se que o projeto ofertava mais sobre a gestão do que sobre aqueles afetados pela política, ou seja, os indígenas Pataxó.

conhecida como ‘aldeia mãe’ por ser de lá a origem de todas as aldeias Pataxó do extremo sul da Bahia, localizada no município de Porto Seguro¹³.

Aproveitei a oportunidade para sondar mais sobre as aldeias citadas pelo gestor do PARNA do Descobrimento e do Mosaico neste contexto. Após um momento inicial de desconfiança, no final do campo uma das técnicas relatou que nas aldeias em sobreposição não se faziam trabalhos ou reuniões, pois eram áreas de Parque e, como já indica a proteção integral, não poderiam ser habitadas por pessoas. Sendo assim, nenhuma ONG ou mesmo o MAPES acessava as aldeias indígenas. A técnica comentou ainda sobre o caso do processo contra a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), em que uma das professoras do curso de extensão e a própria Universidade foi processada por contribuir para a construção da Escola Indígena na aldeia Tibá.

Munida dessas informações e analisando que o MAPES (o Conselho e a própria política) não era conhecido pela maioria das aldeias que tive contato, resolvi repensar os caminhos do campo focando não mais na atuação dos conselheiros, mas nos dilemas que fui identificando a partir dos encontros com os gestores e com as lideranças indígenas. Retornando deste campo, fui informada, através do grupo eletrônico do COMAPES, que a ONG Grupo Ambientalista da Bahia (GAMBA) propôs um projeto à Conservação Internacional cujo objetivo era a sensibilização e discussão sobre gestão integrada. Esta ação, parte do projeto “Criação, Implementação e Gestão Integrada de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia” e teve o apoio institucional do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia.

Foi então que decidi participar das oficinas, retornando para o campo em abril de 2012. O primeiro calendário foi apresentado no grupo, listando as datas da seguinte maneira: Aldeia Guaxuma, 10/04, Aldeia Boca da Mata, 11/04, Aldeia Pequii/Tibá e Colônia Z23, dia 12/04, Ponta do Corumbau, dia 14/04, Aldeia Coroa Vermelha e Colônia Z22, dia 16/04, Aldeia Velha, dia 17/04, Aldeia Barra Velha e Caraíva, dia 21/04. Porém, nota-se que marcaram uma oficina no Dia do Índio, data em que todas as aldeias do extremo sul comemoram com a realização das Olimpíadas Indígenas. De todo modo, alguns conselheiros atentaram para este fato e houve mudança no calendário.

Esta travessia foi fundamental para a retomada do meu objeto, pois tive acesso à perspectiva de atores afetados pela política de Mosaico de Áreas Protegidas e às dúvidas que

13 As reuniões tinham por objetivo apresentar projeto sobre Pagamento por Serviço Ambiental (PSA) em reserva marinha, o qual, de acordo com o técnico, buscava “discutir com a comunidade o que é valorização econômica e como alcançar o mercado. Não é só dizer o que é um produto da RESEX, mas também aprender/ensinar a valorar para valorizar”.

remontam à própria inclusão das TIs a este processo de gestão integrada, elemento a ser aprofundado posteriormente, apresentando interpretações de diferentes sujeitos que compõem o território.

Entretanto, ao final da realização das oficinas, as minhas inquietações aumentaram ao dar foco à perspectiva dos indígenas sobre os Mosaicos de Áreas Protegidas. O registro etnográfico desta segunda imersão no campo inicia-se com a manifestação indígena contra as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) 038/1999 e 251/2000, culminando no fechamento da BR 101, em 2012, e prossegue com o encontro dos indígenas Pataxó da aldeia Guaxuma com os consultores da Oficina de Sensibilização. Nesta oficina foi realizada uma auto-avaliação da manifestação e da presença da equipe técnica na aldeia, mas também sobre o território ali desenhado no mapa do MAPES¹⁴, o qual não contemplava a maioria das aldeias do território Barra Velha e do território Comexatiba.

Dos encontros ali presenciados a partir da agenda feita pela GAMBA, outro ponto que chamou a atenção foi a escolha dos lugares que sediarão a realização das oficinas. Das seis oficinas realizadas, refiro-me, especificamente, à oficina com as lideranças indígenas da aldeia Pequi/ Tibá, localizadas em área sobreposta ao Parque Nacional do Descobrimento. A escolha do local para realização desta oficina foi a sede da Associação Comunitária Indígena Tibá, localizada em Cumuruxatiba. Perguntei aos técnicos responsáveis sobre a escolha de Cumuruxatiba e não de uma das aldeias, como estava sendo feito nas demais e foi explicitado que não é realizada nenhuma ação de intervenção em local de sobreposição com Parque de Proteção Integral, caso destas aldeias, que estão em sobreposição com o PARNA do Descobrimento. Este movimento passou a ser encarado como contraditório, pois um conselho que busca sensibilizar e ter a carta de aceite destas aldeias como parte do MAPES, ao mesmo tempo não as reconhece como parte deste processo. Ali estava algo para além do estar dentro do Parque ou fora.

O terceiro campo, realizado em agosto de 2012, direcionou a minha análise à aldeia Pequi. Esta escolha se deu a partir das contradições identificadas ao longo da realização das chamadas oficinas de sensibilização. A decisão de ficar mais próxima desta aldeia se deu pelo deslocamento das famílias, após 10 anos de moradia nas *terras do governo*, ou seja, do PARNA do Descobrimento, para fora do Parque. De acordo com os “informantes”, a aldeia foi levantada na propriedade de um parente (reconhecida como “terra do INCRA”) hoje

¹⁴ Trata-se de uma cartografia, realizada no âmbito do Mosaico, delimitando a sua extensão territorial e as áreas protegidas que a mesma abarca.

reconhecida pelos indígenas como *aldeia de fora*. Porém, não abandonaram a *aldeia de dentro* (localizada na área delimitada como Parque) transitando entre as duas áreas diariamente.

A aldeia em mim

A entrada na aldeia Pequì não se deu na primeira tentativa, pois demandava confiança e conhecimento sobre quem eu era e o que estava fazendo ali. O chefe do Parque gentilmente ofertou esta entrada via ICMBio, mas recuei. Sabia que num primeiro momento entrar através do órgão ambiental poderia gerar certos desconfortos.

Foi então que acessei uma rede de pessoas que conheci ao longo das minhas viagens pelo extremo sul. Por meio dessa rede, entrei em contato com Diferente, professor da escola da aldeia Pequì, do qual me aproximei ao longo das aulas do curso de licenciatura em Educação Indígena, em Teixeira de Freitas.

O apelido de Diferente foi dado pelos indígenas. É reconhecido como uma liderança em Cumuru; além de professor na aldeia Pequì, era também funcionário da Escola Estadual da vila. Ainda em Teixeira de Freitas, fiz uma pequena apresentação do tema de pesquisa informando a ele o meu desejo de permanência na aldeia por dois meses.

Retornando a Cumuruxatiba, fui até a casa de Diferente para que entregasse o recado ao cacique solicitando a minha entrada na aldeia para uma conversa. Num primeiro momento, disse que gostaria de entender o conflito vivido por eles em terras do Parque e, também, levar alguns exemplares das cartografias sociais realizadas pelos índios do alto São Francisco¹⁵. Aguardei o seu telefonema ao cacique. Infelizmente não poderia ir com ele na reunião do dia seguinte, pois o cacique e demais lideranças pediram para ele explicar melhor quem eu era e de onde vinha.

No intuito de registrar mais sobre a minha pessoa, falei inicialmente sobre o caminho percorrido ao longo do campo de pesquisa e que inicialmente direcionei o trabalho ao MAPES e ao diálogo entre UC's e Terras Indígenas. Mesmo passando por tantos lugares, senti falta de conhecer de forma mais próxima a forma de vida e as questões do cotidiano das famílias indígenas que ali moraram. Falei das minhas andanças em Coroa Vermelha e junto aos Xackiabás. Essa vivência foi fundamental para saber minha 'origem' e de onde falava. Ao contrário que se deu no COMAPES, para os indígenas me apresentei como Damiana,

15 Havia trazido comigo a coletânea de fascículos dos Índios do Nordeste cuja coordenação dos trabalhos foi conduzida pelos indígenas do rio São Francisco com apoio dos pesquisadores da Universidade Estadual da Bahia (UNEB). O primeiro movimento foi apresentar o trabalho que já havia sido feito pelos parentes em luta pela demarcação do seu território.

professora de profissão e formação, que lecionou durante muitos anos em escolas rurais do norte de Minas Gerais.

Diferente seguiu para aldeia. Na volta, passou na pousada em que eu estava, com o recado do cacique para eu ir até a casa dele na manhã seguinte. Com a licença dada, fiquei, durante os três primeiros dias de visita à *aldeia*, indo diretamente à casa do cacique.

O caminho de 7 quilômetros, eu fazia de bicicleta. Subia a falésia de Cumuruxatiba rumo à saída do distrito. Passava por pequenas fazendas – logo depois soube que eram terras do INCRA, um assentamento – e, quando chegava ao plano, logo virava à esquerda. A estradinha era apertada, com casas de alvenaria. Pensei por um momento que havia me perdido.

Era ‘tempo da política’, o movimento pelas ruas era intenso. Logo, parei junto ao um grupo que falava sobre as eleições e como seria o comício naquele dia. Dei bom dia e perguntei se o caminho para a casa de Baiara estava certo. Indicaram-me que eu poderia seguir direto e que dali a umas dez casas chegava a dele.

Entrei na aldeia, logo que passei a primeira porteira.

Durante uma semana, nas idas e vindas à aldeia, a parada para prosa se dava na casa de Dona Dete, esposa de Josué, um dos Máximos¹⁶ – família que representa a aldeia. Baiara foi cacique durante muitos anos, passando o posto de cacique recentemente ao seu sobrinho, filho de Josué. Percebi que a primeira permissão para entrada na aldeia deveria sair dali.

Como um ritual, fazia o meu caminho passando pela estrada central que cortava a aldeia, cumprimentava os que passavam por mim, mas sem falar ainda com os demais. Fui com o intuito de permanecer na aldeia, pois sentia que o deslocamento para a vila de Cumuru quebrava o assunto do dia e, com o tempo, temia os comentários sobre a minha presença na região.

Notei que as casas da aldeia ainda estavam em construção. A maioria das casas tinha apenas a cozinha e um quarto grande. A área que formara a aldeia era de aproximadamente 300 hectares, e as casas eram muito próximas.

A casa de Dete e Josué era conhecida pelo trânsito dos *parentes* que passavam para conversa no final do dia e, por estar à frente da casa de Baiara, foi um ponto interessante para a pesquisa. Mas foi da prosa toada em frente à casa ainda por se levantar de Seu Pedro e Dona Nicinha, que esta análise se fecha. Abrindo assim, um novo ciclo.

16 Família de Barra Velha, pais Antônio Máximo e Maria.

Permaneci na aldeia por 20 dias, quando pude acompanhar o deslocar das famílias entre a *aldeia de dentro* e a *de fora*, e de como a vida daquelas famílias passou a ser medida pelo trânsito na rua, indo e vindo ao distrito de Cumuruxatiba, da sobrevivência *da balança*¹⁷. A partir destes caminhos percorridos, pude conviver com as limitações e os dilemas vividos na gestão integrada e as dificuldades do poder público em lidar com a questão indígena e, mais ainda, com a questão da sobreposição de territórios. Neste sentido, este terceiro encontro fechou um círculo e me aproximou, mais ainda, das partes deste todo em mosaico.

Divisão dos capítulos

A presente dissertação se divide em três capítulos. No primeiro capítulo, trago a política ambiental do PNAP e seu instrumento de implementação: os Mosaicos de Áreas Protegidas. Analiso com se dá a avaliação desta política, principalmente em relação à visão ampliada do SNUC sobre Territórios Indígenas e Terras Quilombolas como áreas protegidas, entendendo que a concepção de gestão integrada passa a estabelecer novas diretrizes, impulsionando o olhar para além das UCs. A partir deste ponto, levanto a importância de romper com a personificação das políticas públicas e dos conflitos. Analiso os desafios postos às áreas protegidas e aos direitos territoriais de ‘povos e comunidades tradicionais’ a partir do caso do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (MAPES).

No segundo capítulo, apresento dois eventos etnográficos que apontam para as reflexões lançadas ao processo de implementação dos Mosaicos de Áreas Protegidas a partir da perspectiva indígena. Apresento as reações e questões surgidas ao logo das oficinas de sensibilização do MAPES. Descrevo as representações de território a partir da descrição de três cartografias: MAPES reconhecido pelos conselheiros, MAPES homologado e do Território Indígena Pataxó. A partir deste ponto, percebe-se a política de Mosaicos como uma espécie de jogo em que o ‘estar dentro’ e ‘estar fora’ reflete a forma de conceber o território por aqueles que a implementam e são afetadas por ela.

O terceiro capítulo busca evidenciar as principais mudanças ocorridas no território reconhecido hoje como MAPES. Aponto as contradições e dificuldades nas políticas públicas e dos programas do Governo Federal e Estadual em lidar com a questão indígena e, mais especificamente, em casos de sobreposição de territórios que demandam uma gestão integrada. Para tal, parto da trajetória dos deslocamentos das famílias da aldeia Pequi, que

17 Uma referência ao fato de os suprimentos alimentares serem comprados em pequenos comércios e não mais serem buscados nas plantações.

hoje vivem entre a *aldeia de dentro* (terra da mata reconhecida institucionalmente como Parque Nacional do Descobrimento) e *aldeia de fora* (*terra de morada*, em um lote do INCRA cedido por um parente), e entre conflitos com o Parque e com as fazendas vizinhas em Cumuruxatiba (Prado). Aponto como esta mudança ocasionou uma mudança na vida das famílias que ali estão e indico que a mata não é apenas lugar de morada, mas também lugar de *reserva*, plantio e reprodução social. Por fim, analiso como a questão indígena se tornou uma questão ambiental, e a “sobreposição de territórios”, uma “sobreposição de interesses” no aparato ambiental.

CAPÍTULO I – (COM)PARTILHAR DE ÁREAS PROTEGIDAS: A PERSPECTIVA DA POLÍTICA AMBIENTAL

Esta sessão trará a atualização das discussões que fizeram parte da formulação do Plano Estratégico de Áreas Protegidas (PNAP), em 2006, o qual contribuiu para a implementação da política de “Mosaicos de Áreas Protegidas” no Brasil. Ressalto que, na atual conjuntura política,¹⁸ há um distanciamento da proposta inicial do PNAP, cujo objetivo se voltava para um debate sobre conservação diferente ao pactuado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Este objetivo estaria voltado ao compartilhamento da gestão entre as áreas protegidas e o reconhecimento da importância dos povos e comunidades tradicionais na conservação da biodiversidade. Este instrumento dialogou com a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), com o Acordo de Durban pactuado durante o V Congresso Mundial de Parques, e, em nível nacional, incluiu componentes importantes da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CREADO, 2009).

A proposta do PNAP tem como objetivo a redução da “erosão da biodiversidade”, compromisso assumido na CDB, percebendo as necessidades e os direitos das comunidades locais. Com isso, o PNAP busca articular e criar sinergia entre o SNUC, as Terras/Territórios Indígenas, as Terras/Territórios Quilombolas e os demais espaços especialmente protegidos, como Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais (RLs), em uma abordagem ecossistêmica (INESP, 2011). Criado em 13 de julho de 2006, por intermédio do decreto nº 5.758, o PNAP visa criar um sistema abrangente entre áreas marinhas e terrestres protegidas pelo poder público. Em sua construção, mobilizou mais de 400 técnicos dos três poderes e lideranças de diferentes movimentos sociais e ambientais. Após a elaboração da proposta, que levou cerca de um ano, o plano foi levado à análise do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), em março de 2006, para sua aprovação¹⁹.

18 Esta conjuntura pode ser lida a partir da análise feita por Almeida (2012), na qual ele chama a atenção para o aceleração dos processos de licenciamento ambiental para a liberação de projetos chamados de mega-estrutura. O autor discorre sobre a mudança do estatuto de “proteção” calcada nas políticas ambientais do Estado, que passaria de ações de proteção da natureza para uma visão protecionista e de mercantilização da natureza.

19 Sua construção teve como motivação inicial a discussão ocorrida ao longo da 7ª Conferência das Partes (COP7), em Kuala Lumpur, na Malásia. Neste evento, a Convenção da Diversidade Biológica (CDB) aprovou o Plano de Trabalho sobre Áreas Protegidas como consta na decisão vii/28. Fruto de debates anteriores, este plano teve sua gestação durante o 5º Congresso Mundial de Parques, ocorrido na África do Sul, em 2003, sendo um dos principais desdobramentos o firmamento do Acordo de Durban. Teve por objetivo a redução da taxa de perda de biodiversidade associada à: i) alívio da pobreza, ii) repartição de custos e, iii) benefícios da conservação entre

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a incorporação das Terras/Territórios Indígenas e Terras/Territórios Quilombolas a uma política nacional traduz o reconhecimento de três pontos desta discussão: a) além da importância para a vida das comunidades indígenas e quilombolas, eles desempenham um papel chave na conservação da biodiversidade e, conseqüentemente, no desenvolvimento nacional; b) a gestão articulada e integrada das Unidades de Conservação (UCs), das Terras Indígenas (TIs) e dos Territórios Quilombolas é fundamental para o alcance dos objetivos do SNUC; c) traduz ainda a decisão do MMA de fazer com que os esforços em favor da conservação da biodiversidade beneficiem de forma direta as populações tradicionais e locais (MMA, 2006).

Desse prisma, ressalta-se que o reconhecimento desse entendimento pelo MMA foi influenciado por pressões sofridas de diferentes movimentos sociais e de povos e comunidades tradicionais afetados pela política ambiental. Percebe-se esta ação na CDB, de 1992, quando populações tradicionais e pesquisadores pautaram a importância do reconhecimento dos conhecimentos tradicionais e do acesso a este conhecimento no campo da genética. Anterior à CDB, em 1989, esta articulação se concretizava na formulação da Convenção 169 sobre ‘povos indígenas e tribais’, ratificada posteriormente pelo Brasil, pois “vem reforçar, em certa medida, a lógica de atuação dos movimentos sociais orientados principalmente por fatores étnicos e pelo advento de novas identidades coletivas” (DUPRAT, 2010, p.9). Ela é o primeiro instrumento internacional vinculante, ou seja, que obriga os Estados que a ratificaram a cumprir os seus dispositivos, sob pena de serem pressionados pela comunidade internacional. Tem como foco específico os direitos de povos e comunidades, enfatizando as terras tradicionalmente ocupadas, que fundamentam os direitos territoriais (ALMEIDA, 2013, p.2).

Permito-me apontar dois deslocamentos desse período envolvendo o entendimento de conservação na gestão integrada de áreas protegidas. O primeiro está relacionado à incorporação da noção de áreas protegidas nas normas e discursos, pois, até os anos 2000, o poder de “eficácia” de conservação estava centrado na criação e estabelecimento das Unidades de Conservação da natureza. O segundo está na possibilidade de firmamento do PNAP, em 2006, quando outras formas de apropriação e reconhecimento dos territórios e

as comunidades afetadas pelas áreas protegidas. Baseada na lógica de comando e controle, a CDB estabelece fortemente estratégias para alcançar estes objetivos reconhecendo a importância das áreas protegidas não apenas pelo viés da conservação *in situ*, incorporando a elas valores econômicos e sociais. Sendo assim reconhecido como direcionador de novos arranjos na política de áreas protegidas denominando-se como o “paradigma de Durban” (CÂMARA, 2004).

recursos naturais passariam a integrar um amplo sistema de proteção, como – no caso específico da Constituição Nacional – as Terras Indígenas e Territórios Quilombolas.

Essa mudança de denotação é dada em diferentes tempos no debate ambiental. Para a CDB, entende-se por área protegida “uma área definida geograficamente que é destinada, ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação” (BRASIL, 2000, s/n). Neste caso, o objetivo explícito das áreas seria a conservação, e esta área seria definida e administrada para estes fins. A União Internacional de Conservação da Natureza (UICN) declara, dois anos depois, que área protegida é “uma área terrestre e/ou marinha especialmente dedicada à proteção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, manejados através de instrumentos legais ou outros instrumentos efetivos” (IUCN, 1994, p.7). Indica, neste sentido, a importância dos recursos naturais e culturais, mas, ao mesmo tempo, que esta área deve ser manejada por instrumentos legais ou efetivos, ou seja, reconhece na normatização o poder de manejo e controle da área. No PNAP (2006), áreas protegidas são as “áreas naturais definidas geograficamente, regulamentada, administradas ou manejadas com objetivos de preservação, conservação e uso sustentável da biodiversidade”. Neste sentido, o uso da noção de “desenvolvimento sustentável” é incorporado, e abstrai-se daí o elemento cultura indicado pela UICN.

Em Medeiros, entende-se por áreas protegidas os “espaços territorialmente demarcados cuja principal função é a conservação e/ou preservação de recursos, naturais e/ou culturais, a elas associados” (MEDEIROS, 2003). Para o autor, essas áreas podem ser consideradas como estratégicas para controle do território, visto que são estabelecidos limites (fronteiras) e dinâmicas de uso e acesso específico, controlados pelo Estado. O autor pontua que essa noção vem equivocadamente reduzida com frequência à terminologia Unidades de Conservação da Natureza, inviabilizando um entendimento mais ampliado e eclipsando as demais áreas protegidas, como TIs, Territórios Quilombolas, Área de Proteção Permanente e Reserva Legal (este último ponto será trazido mais adiante).

Contudo, vale ressaltar que, no caso aqui estudado, os usos das tipologias não têm por objetivo contrapor os significados implícitos as UCs, Terras Indígenas e Territórios Quilombolas, mas parte do entendimento de “Mosaicos” a partir do reconhecimento das diferentes áreas protegidas presentes num determinado território. Entretanto, existem graus no processo de autorreconhecimento e demarcação das fronteiras quando se trata de terras indígenas e quilombolas que envolvem dimensões sociais, culturais, identitárias e políticas diferenciadas (FILHO, 1999; ARRUTI, 2000; ALMEIDA, 2008). Neste sentido, diferentemente das UCs de proteção integral, a concepção das TIs e Territórios Quilombolas

parte do autorreconhecimento e da autodeclaração por parte dos povos e comunidades tradicionais, em que a mobilização política e o sentimento de pertencimento do território são elementos constitutivos.

Uma questão invisível ao debate ambiental são as diferenças no estabelecimento das fronteiras e do olhar sobre o território; é a importância de se levar em consideração, quando se trata de territórios indígenas, que não é “da natureza das sociedades indígenas estabelecerem limites territoriais precisos para o exercício de sua sociabilidade. Tal necessidade advém exclusivamente da situação colonial em que essas sociedades foram submetidas” (OLIVEIRA FILHO, 1996, p. 9).

Em relação à construção da categoria “terra indígena”, Ferreira (2011), em seu artigo *Desenvolvimento, etnicidade e questão Agrária*, traz considerações essenciais para essa análise. Após mobilizar de forma elucidada todo o processo histórico da construção da categoria terra indígena a partir de 1973, combina suas atribuições referentes à gestão sob dois prismas: um, o da antiga proteção e tutela integracionista dos índios e; dois, o da proteção das terras e do meio ambiente, passando à ambientalização da questão indígena. O autor destaca que a categoria terra indígena foi gestada e institucionalizada como categoria de gestão territorial dentro de um contexto histórico (1930-1973) caracterizado por políticas desenvolvimentistas, e que sua definição se dá entre dois movimentos de expansão das fronteiras: a marcha para oeste e a expansão da Amazônia (Ferreira, 2011, p. 213). Somente após a Constituição de 1988, a categoria terra indígena, além de atuar enquanto entendimento de gestão territorial e ambiental, passa a ser entendida juridicamente como relacionada a direitos territoriais.

Traçando uma evolução das demarcações das terras indígenas pelos governos brasileiros, Ferreira também chama a atenção que a década de 90 com “maior retratação das atividades econômicas e de diminuição do investimento estatal direto na economia é que se dá uma maior expansão das terras indígenas demarcadas”. Constatase que, após esta estagnação, mais propriamente nos anos 2008, a relação território-natureza-sociedade também passa por uma reestruturação (FERREIRA, 2011: 206).

O autor remete a uma reestruturação entre os anos de 2002 e 2008, e, mais especificamente, com ao lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007, quando se delineia o ressurgimento nas propostas do Governo Federal de políticas que versam o “crescimento” e “desenvolvimento” do país. A partir daí, as relações território/natureza são associadas ao processo de acumulação de capital e às políticas de desenvolvimento.

Nesse sentido, entender os territórios indígenas e quilombolas sob uma visão ambientalizada de áreas protegidas necessitaria problematizar a forma de reconhecimento (por meio de decreto ministerial) do MMA a estes territórios. O que se tem até o momento é uma diretriz, ou seja, uma forma aberta do que se pretende, dando margem a diversas interpretações para tal aplicação. A situação atual também não leva em consideração até que ponto tal política se valerá das normas e leis preexistentes para o controle e uso destas áreas.

A tensão existente no debate da construção do PNAP e do seu entendimento de conservação gerou importantes discussões sobre a conservação, porém esta pauta não aparece mais com tanta vivacidade nas ações do MMA atualmente. A comissão responsável por sua implementação, como consta no decreto e no ato de posse, até o presente momento não deu seguimento aos grupos de trabalho nem aos objetivos e estratégias construídas ao longo de 2005 e 2006.

Os principais desafios aqui lançados resultariam da ausência de priorização de políticas que pensem as áreas protegidas principalmente no que diz respeito à regularização fundiária dessas áreas por parte do governo, e no baixo investimento feito nas suas instrumentações e na manutenção das áreas protegidas (INESP, 2011). Um exemplo para tal afirmação é que, desde a posse da comissão, não houve nenhuma reunião estabelecida, e sua avaliação, que deveria ser realizada a cada cinco anos como regulamentada no decreto 5.758, ainda não ocorreu.

Pode-se aventar que um dos maiores desafios que está posto é a tentativa de flexibilização dos direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais e dos limites das áreas protegidas já instituídas – como é o caso da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 038/1999, que atinge diretamente as APs, e a PEC 215/2000, que é considerada pelos povos e comunidades tradicionais como uma violação dos seus direitos territoriais e das UCs já demarcadas em nome da “soberania nacional”. Essas PECs ocorrem em dois espaços distintos no campo político, porém com objetivos próximos, o que permite que sejam vistas como “siamesas” por movimentos sociais²⁰. A primeira tramita na Câmara dos Deputados e foi proposta pelo então deputado Almir Sá (PPB/RO na época). O atual responsável pelo texto é o deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR), também relator da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara (CCJC). Após doze anos de tramitação, aguarda a criação de Comissão Temporária na mesa diretora da Câmara de Deputados. As alterações apresentadas incluem o acréscimo do inciso XVIII ao artigo 49 da Constituição Federal (CF), na

20 Expressão usada em nota do CIMI, que chama a atenção para o conteúdo idêntico de ambas as PECs. Acessado em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=6137>. Em 14/03/2012.

modificação do § 4º e acréscimo do § 8º no artigo 231 da CF. A alegação do então deputado é que há necessidade de se instaurar um maior equilíbrio entre as atribuições da União relativas à demarcação de terras indígenas e, para isso, propõe que sejam competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação da demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, bem como a ratificação das demarcações já homologadas. Estabelece, ainda, que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulados em lei ordinária. Com esta proposta, o deputado justifica que evitará que a demarcação de Terras Indígenas crie “obstáculos insuperáveis” aos entes da Constituição Federal que se adequam ao caso específico²¹.

Pode-se afirmar que o cenário atual é crítico e envolto em estratégias cujo objetivo é enfraquecer os instrumentos que asseguram direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais e as áreas protegidas, como demonstra Almeida (2010) – em especial, ao que o autor chama de ‘agroestratégias’, cujo objetivo é efetivar a tramitação das PEC’s a favor do agronegócio. O movimento que cresce no campo legislativo revela um cenário de mudanças profundas no campo político/jurídico brasileiro. Esta afirmação refere-se ao que Almeida (2012) chama de “tempos de recodificação”, atentando para uma nova ordem de fatos que marca a sociedade brasileira: as modificações, alterações e reforma dos códigos. E, não diferentemente, aponta a proposta dos legisladores para uma “nova” Constituição.

As reflexões aqui trazidas partem mais diretamente do artigo “Práticas antropológicas no tempo da recodificação” apresentado oralmente na 28ª Reunião da Associação de Antropologia (ABA) em 2012. Nesta exposição, o autor apresentou como as alterações nas normas e leis que regem a sociedade afetarão a produção do conhecimento, a prática antropológica e os povos e comunidades tradicionais.

O referido autor destaca que o sentido de categorias importantes como de ‘território’, ‘identidade’ e ‘comunidade’ são deslocados, flexibilizando os direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais. Para Almeida (2012), o processo de *recodificação* traz a necessidade de um “tempo ágil” em que tudo acontece muito rápido – tempos esses a favor de decisões envolvendo a liberação de mega-empresendimentos, justificados em nome da “soberania nacional”, do “desenvolvimento” e da “erradicação da pobreza extrema”.

Detendo-se à justificativa referente a cada proposição a ser apensada à PEC 215, percebe-se que a Comissão de Constituição e Justiça fere os direitos estabelecidos na Constituição Federal aos povos e comunidades tradicionais, induzido à “crença” de que “há muita terra para pouco índio” ou mesmo que os processos de demarcação de terras indígenas,

21 O impacto destas PECs sobre os povos e comunidades tradicionais será tratado no segundo capítulo.

quilombolas e a criação de Unidades de Conservação, em especial Reservas Extrativistas, são “entraves ao desenvolvimento”²².

Outro ponto que merece destaque nesse debate é o da noção de tradicional. Cabe ressaltar que a noção de tradicional não se reduz à história, tampouco a laços primordiais que amparam unidades afetivas, mas sim incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser percebidas, como afirma Almeida, como ‘unidades de mobilização’. Assim, a mobilização dos povos e comunidades tradicionais aparece a partir de situações críticas de tensão social e conflito.

Para Almeida, o que se assiste é uma redefinição de significados relativa às ‘comunidades locais’, tais como “primitivo” e “natureza”. Com relação à categoria “primitivo”, pondera que as variações da mesma, principalmente calcada em “sujeitos biologizados”, têm sido deslocadas pelo advento dos sujeitos coletivos organizados em movimentos sociais. No tocante à categoria ‘natureza’, ela passa a fazer parte tanto do discurso quanto dos atos destes sujeitos sociais percebidos como quilombolas, indígenas, ribeirinhos, quebradeiras de coco, faxinalenses (ALMEIDA, 2007, p. 8).

Nessa percepção, Almeida (2004) afirma que tais identidades passam a ser construídas por ‘territorialidades específicas’, que são erigidas a partir de situações de antagonismo. Nota-se que está imbuído em tais autoafirmações um componente organizativo e de gestão dos recursos naturais. Assiste-se a construção de identidades que se afastam do quadro natural e que não querem ser confundidos com a natureza e nem explicadas a partir dela. A dimensão relacional existente neste processo faz com que tais territorialidades entrem em colisão com políticas governamentais, em especial as políticas ambientais (ALMEIDA, 2004, p.173).

1.1 ‘Mosaico de Áreas Protegidas’

A entrada dos Mosaicos de Áreas Protegidas na pauta das políticas ambientais ocorreu com maior ênfase entre os anos de 2004 e 2006, concomitante à construção do PNAP. Sua proposta se fortalece a partir da negociação entre o governo brasileiro e o governo francês, que estabeleceu o firmamento da Cooperação Bilateral²³.

²² Como já falado por Zhouri (2007).

²³ A cooperação bilateral pode ser financeira, institucional, universitária, científica ou técnica. Pode ser temática, ou seja, direcionada a um tema ou eixo central que conduza as ações em cooperação. O tema central desta cooperação estaria ligado à área ambiental e ao desenvolvimento sustentável, estabelecendo como

Com intenção de aprofundar a discussão de um sistema ampliado de áreas protegidas e consequentemente do próprio SNUC, é assinado, em 16 de outubro de 2004, o Memorando de Entendimento²⁴ (MOU) entre a República Federativa do Brasil (representado pelo MMA) e a República da França (representado pelo Ministério da Ecologia, da Energia, do Desenvolvimento Sustentável e do Ordenamento do Território). Ocorrida entre os anos 2004 e 2010, focou-se no fortalecimento do PNAP, tendo os Mosaicos de Áreas Protegidas regulamento no SNUC. Com ela, a introdução dos conceitos de áreas protegidas, gestão territorial e desenvolvimento sustentável se tornam elementos chave nesta discussão.

A partir disso, foi elaborada uma proposta de trabalho contendo ações estratégicas para o fortalecimento dos Mosaicos de Áreas Protegidas. Teve como objetivo a delimitação das ações a partir das reflexões trazidas tanto das experiências do Brasil como da França com enfoque no sistema integrado de áreas protegidas²⁵. Na sequência, foi construído um segundo plano, denominado “Plano de Ação de Gestão Sustentável de Áreas Protegidas” e, como meta estipulada, o Brasil, por meio do MMA, lança o edital 01/2005²⁶. Este edital teve por objetivo “selecionar projetos orientados à formação de mosaicos de Unidades de Conservação e outras áreas legalmente protegidas” em todos os biomas brasileiros (MMA, 2005).

Foram selecionados dez projetos de diferentes partes do Brasil, dentre eles o do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (MAPES), coordenado pela Flora Brasil²⁷ que aprofundarei mais adiante. Todos os projetos tiveram, ao longo de 2005 e 2010, suas ações financiadas pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA).

No contexto nacional do edital, sete projetos foram convidados para trocar reflexões e experiências de gestão territorial de áreas protegidas com instituições e territórios franceses. A

prioridade a cooperação técnica sobre a gestão sustentável das áreas protegidas (DELELIS; REHNER; CARDOSO, 2010).

24 O Memorando de Entendimento sobre a Cooperação na Área do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, assinado em Caiena, Guiana Francesa, em 16 de outubro de 2004, entre o Ministério brasileiro do Meio Ambiente e o Ministério francês da Ecologia, Energia e Desenvolvimento Sustentável teve por objetivo a implementação conjunta das recomendações do protocolo de Quioto. Elas se articularam com as ações realizadas pelas instituições de pesquisa (Centro de Cooperação Internacional na Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento - CIRAD, Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento - IRD, Instituto Nacional de Pesquisa Agronômica - INRA) e pela Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), além daquelas financiadas com recursos do Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial (FFEM).

25 Brasil. Mosaicos – Cooperação Brasil-França. In: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/item/7517> . Acesso em 21 de abril de 2013.

26 Tratou-se de uma seleção de projetos orientados à formação de mosaicos de Unidades de Conservação e outras áreas legalmente protegidas, e à elaboração e implementação de planos de desenvolvimento territorial com base conservacionista, que contribuam para a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Fonte: Edital 01/2005 FNMA)

27 Organização Não-Governamental com atuação no extremo sul da Bahia.

proposta da Cooperação Franco-Brasileira²⁸ teve, a partir daí, a construção das práticas conceituais envolvendo a elaboração dos conceitos de áreas protegidas, desenvolvimento sustentável, identidade territorial e, por fim, a formação da Rede de Mosaicos de Áreas Protegidas (REMAP). Sobre esta última, estabeleceu-se a partir das conexões entre os diferentes atores sociais presentes na implementação dos mosaicos e daqueles que tinham interesse em fortalecer os Mosaicos no Brasil. Fruto do seminário ‘Mosaico de Áreas Protegidas’, ocorrido na França, consolidou-se uma rede que reuniu representantes das dez iniciativas selecionadas no edital, as quais firmaram princípios organizacionais coletivos. Dentre eles, a ação voluntária, a não hierarquização e burocratização dos processos, a circulação de informações e a livre intercomunicação. Ainda nesta ocasião foi definida a existência de uma coordenação rotativa entre os representantes dos territórios, pessoas e instituições presentes (CARDOSO, 2010).

Neste sentido, nota-se que essa movimentação pelo reconhecimento de áreas como mosaicos se cruza com a própria proposta do PNAP. Cabe indagar, assim, como os marcos teóricos dialogam com a implementação e quais pontos de problematização estão em jogo.

Dos projetos até então executados e que participaram da Cooperação, o Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, coordenado pela Fundação Pró-Natureza²⁹ (Funatura), foi o que mais avançou na proposta do termo de referência previsto no edital (MACIEL, 2007), que será falado mais adiante.

1.2 Os Mosaicos e seu marco teórico

A Cooperação bilateral trouxe como mote central a gestão territorial, possibilitando a integração de diferentes espaços territoriais com o objetivo voltado à conservação e ao desenvolvimento sustentável. Neste ponto, a noção de ‘território’, atrelada a de ‘desenvolvimento’ foi central (Delelis, 2010). Esta junção vem no *boom* de políticas territoriais, como Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), ordenamento territorial e de

28 Fizeram parte desta cooperação: Mosaico Baixo Rio Negro (BRN) da Amazonas; Baixo Sul da Bahia (BSB); Mosaico Extremo Sul da Bahia (ESB); Serra Ibiapaba – Sobral (SIS) – Ceará-Piauí; Mosaico Itabira – Minas Gerais; Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu (GSVP)- Minas Gerais; Mosaico Médio Macaé (MM) – Rio de Janeiro; Mosaico Juréia Itatins – São Paulo, Ilhas Marinhas do Litoral Norte de São Paulo (IMLSP) e Mosaico Lagamar - Paraná.

29 Fundação Pró-Natureza – Funatura é uma organização não-governamental ambientalista com sede em Brasília. Atua na região do norte de Minas Gerais e oeste baiano há mais de 20 anos e foi uma das responsáveis pela criação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Ver mais: Medeiros, Camila. Andriolli, Carmem.

estratégias, como Reservas da Biosfera, Corredores Ecológicos e Mosaicos de Unidades de Conservação³⁰, seguindo a corrente do pensamento da conservação.

O firmamento dos instrumentos acima tem sua discussão iniciada após a realização da Conferência de Estocolmo em 1972, com indicação de ‘avanços consideráveis’ (LIMA, 2011), sobretudo nos aspectos institucionais e legais, na tendência à descentralização da política no sentido dos deslocamentos de atribuições de poderes a níveis municipais e estaduais, com a construção do conceito de compartilhamento da gestão ambiental entre sociedade civil e setor privado e, por fim, o fortalecimento da noção de desenvolvimento sustentável (*Ibidem*). Mas é na década de 1980, com a promulgação da lei da 6938/81 que institui a Política Nacional de Meio Ambiente, que o conceito de “ecodesenvolvimento”, com a conciliação de fatores econômicos, sociais e ambientais no “desenvolvimento”, ganha força. Esta política passa a utilizar como instrumento de planejamento para o “desenvolvimento dos territórios” o Zoneamento Econômico Ecológico³¹ (ZEE), e como um dos instrumentos de política ambiental a avaliação de impactos ambientais (VIEIRA; CADER, 2007).

Com a proposta deste instrumento, a noção de território se distancia da noção de região ou mesmo área. Ela passa a ser incorporada ao aparato jurídico e burocrático das agências ambientais por meio dos planejamentos territoriais, instrumentalizado por meio da noção de gestão para fins de ‘desenvolvimento’ e conservação (LIMA, 2011). A proposta de criação de ‘Mosaicos de Áreas Protegidas’ seguiu com afincos este propósito, em que delimita ações estratégicas de conservação e ‘desenvolvimento’, instrumentalizados por meio da ‘participação coletiva’ que envolve atores locais, gestores de UCs, representantes do poder público, a partir de um Plano de Desenvolvimento Territorial (DELELIS et al., 2010).

Este plano vem como estratégia para agregar valor às áreas protegidas, denominados como Plano de Desenvolvimento de Base Conservacionista (DTBC) para os ‘mosaicos’. O DTBC tem como foco o conceito de desenvolvimento territorial com base conservacionista, apontada como estratégia mobilizadora dos atores envolvidos de modo que as atividades de conservação possam trazer benefícios à conservação e gerar o desenvolvimento territorial. Para Weigand Jr. (2005), idealizador desta noção, o DTBC deve ser uma aliança, um pacto entre diferentes atores para um fim: desenvolver um território, conservando a natureza e

30 Todos os conceitos e estratégias de ação descritas estão vinculados à atuação do Ministério do Meio Ambiente com embasamento no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

31 Instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente regulamentado pelo decreto federal nº 4.297/2002. Parte do diagnóstico dos meios físico-biótico, socioeconômico e jurídico-institucional e do estabelecimento de cenários exploratórios para a proposição de diretrizes legais e programáticas para cada unidade territorial (zona) identificada, estabelecendo, inclusive, ações voltadas à mitigação ou correção de impactos ambientais danosos eventualmente identificados (BRASIL, 2002).

beneficiando as populações locais. O objetivo é fortalecer a mobilização de capital social local e de recursos externos, que possibilite a organização e o desenvolvimento territorial. As propostas deste plano devem conter um tempo definido e orientado ao processo de desenvolvimento territorial, incentivar as cadeias econômicas que agregam valor aos produtos nele gerado, para assim distribuí-los de forma equitativa entre a população do território de ação do Mosaico (MACIEL, 2006, p. 105). Contudo, se faz necessário problematizar este componente absorvido pela gestão em mosaico, sobretudo a função dada à noção de território e de desenvolvimento neste caso, pois a tendência dos planos é partir mais de um localismo exacerbado, não levando em consideração o que está posto para o território. Como exemplo, os grandes projetos ligados a infraestrutura como hidrelétricas, plantios extensivos de monocultivos e mineração.

Tratando-se do DTBC, este instrumento traz abordagem que “consiste em estabelecer formas de associação entre desenvolvimento e conservação, estabelecendo e fortalecendo cadeias produtivas/econômicas que têm como base, os produtos e serviços gerados pelas atividades conservacionistas” (FNMA, 2005, p. 7). A noção de território estaria vinculada às UCs e suas ‘áreas de influência’, bem como a outras áreas legalmente protegidas – destacadas no SNUC, no Código Florestal, Terras Indígenas e Terras de Quilombos (reconhecidas pelo poder público) –, pois são entendidas como áreas de vitalização da economia e da sociedade (FNMA, 2005).

Outro fator que reforçou o edital e foi base de encontros da cooperação está relacionado ao ‘saber-fazer’. Enquanto objeto dos DTBC e, posteriormente, como possível “produto” a ser chancelado pela marca do Mosaico, teve os primeiros ensaios nos debates que redundaram à identificação do que seria a identidade de um dado território. A fonte de inspiração foi o *savoir faire* francês, sendo este referenciado como produto de alguns Parques Regionais Naturais da França. Os Parques franceses são áreas de preservação ambiental aliado ao uso e ocupação da terra com base em projetos específicos de ordenamento territorial. A marca parque, outra referência utilizada pela cooperação, seria uma espécie de certificação de origem dos produtos produzidos área do Parque, fortalecendo a ideia da ‘produção que respeita a biodiversidade’, ou seja, “sustentáveis”. Estes produtos são geridos a partir do *savoir faire* dos franceses (como a produção de vinhos e queijos), e os locais de produção são indicados como roteiros turísticos.

1.3 O deslocar das Áreas Protegidas

Até aqui, foi apresentado um breve panorama das evoluções conceituais e os arranjos institucionais na implementação dos Mosaicos de Áreas Protegidas. A partir do cruzamento das diretrizes e objetivos ampliados do SNUC, contidos no PNAP, buscou-se identificar o uso de categorias pelo aparato administrativo ambiental referenciado na noção de APs e a sua normatização a partir da proposta de criação de um sistema de gestão territorial.

É a partir do que foi pensado e do que é vivido que os dilemas aparecem neste texto, permitindo aqui indagar mais sobre estas questões do que ofertar respostas. Neste sentido, entendendo o processo de construção de ambas as políticas ambientais, é possível indicar que o PNAP como uma proposta ampliada da leitura do SNUC não foi suficiente para alcançar os objetivos propostos. Isso se dá a partir do momento em que a lógica dos fóruns, dos debates e encontros realizados são institucionalizados. A institucionalização dos espaços reproduz o que o Estado demanda e não o contrário.

Se, passados treze anos após a criação do SNUC e sete anos após o PNAP, a categoria UCs segue refletindo uma natureza fragmentada no recorte e no direcionamento de um espaço controlado pelo gestor que caminha para o que se chama de “ilhas de conservação”, destaca-se que, nesta lógica, o tratamento dado às TIs e Terras Quilombolas como áreas protegidas não faz com que a função prioritária destes territórios seja a proteção ambiental, como afirma Leuzinguer (2009).

Diferentemente das UCs, as Terras Indígenas se constituem como espaços delimitados face ao reconhecimento pelo Estado do direito originário desses povos sobre seus territórios, como consta no artigo 231 da Constituição Federal. Sua delimitação tem como finalidade salvaguardar os modos de vida, as culturas e os diferentes tipos de organizações sociais (SMITH; GUIMARÃES, 2011). Se por um lado a política ambiental evolui no sentido de reconhecimento dos territórios ‘tradicionalmente ocupados’ como áreas protegidas, por outro reafirma, em primeira instância, a conservação como principal elemento deste reconhecimento. O entendimento dado à noção de conservação no Brasil implica a ausência de população humana para se constar tal ação, sendo este viés fortemente construído com o mito da natureza intocada (DIEGUES, 1994).

Pode-se dizer que o que está em jogo é o reconhecimento ou não dos modos e práticas sociais dos povos e comunidades tradicionais na conservação. Cunha (2011) ressalta que as pressões dadas pelos ‘inimigos’ da participação das ‘populações tradicionais’ na conservação têm dois pontos de argumentação: i) que nem todas as sociedades tradicionais são

conservacionistas e, ii) mesmo que os que são hoje, podem mudar quando têm acesso ao mercado (CANEIRO CUNHA, 2001, p.13)

Nota-se que como forma de colisão a categoria dada pelos planejadores de ‘Mosaico’ encontram implícitas às noções de ‘fragmento’ e ‘sobreposição’. Ouso apontar que diferentemente desta junção de noções e significados dada aos ‘Mosaico’, sua funcionalidade, ou seja, o alcance do poder de conservação através da conectividade de fragmentos, refere-se ao poder de ordenamento destes fragmentos. E, que a gestão territorial é conduzida por um sistema de governabilidade em que os atos de Estado se tornam o sujeito central da mediação no compartilhamento da ordem dos espaços especialmente protegidos. Neste último caso, o gestor da UC, como normatiza o decreto de criação de Mosaicos, como indutor deste processo.

A partir deste contexto, nota-se que as noções de ‘tradicional’, ‘natureza’, ‘áreas protegidas’ evocam a noção de *território Mosaico*. Nesta polissemia de significados, a noção de território centrada no caso aqui estudado é permeada pelo conflito. Este conflito é instaurado num primeiro momento como uma questão ambiental, de uso e acesso aos recursos naturais de uma natureza protegida (Parque), que se transforma numa questão indígena, em que estão em jogo os direitos territoriais dos povos Pataxós que reivindicam este território, e, com ela, a noção de conflito, em que a gestão integrada, também normatizada, dos recursos naturais se compõe como um “apaziguamento” das questões em jogo.

Estas questões se misturam às disputas territoriais pelo o uso e o acesso aos recursos naturais ou os entendimentos das normas e leis em que a gestão de ou quem a faz é o centro. Ou seja, quem gere, controla e supervisiona este espaço em conflito e para quem o faz, entendendo por conflito ambiental as controvérsias existentes, em que o que está em jogo são os sujeitos que atribuem sentidos distintos ao manejo e uso dos recursos naturais (MELLO, 2003). Centrando a análise nas representações sociais e ações dos sujeitos, busquei romper com a personificação da questão ambiental quando esta é acionada a uma situação de conflito ambiental, dando voz aos sujeitos e não às instituições que representam, neste caso, enquanto UCs e TIs e os múltiplos mosaicos presentes.

O conceito de Mosaico surgiu ao longo dos debates da década de 90, por ocasião da elaboração do SNUC. A categoria ‘mosaico’, pensada pelo naturalista Paulo Nogueira Neto, ‘ganha substância com a proposta inovadora das Reservas Ecológicas inserida no texto das primeiras versões da lei’, e, de acordo com Delelis et al (2010, p. 34) surgem como possível instrumento de ordenamento territorial em áreas de conflito entre UCs de proteção integral e população local’. Assim, regula o artigo 26 do SNUC:

Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional. (BRASIL, 2000, Art. 26)

Ao revistar a lei do SNUC e seu decreto de regulamentação, nota-se que este artigo é o único, dentre os 60, que remete à noção de áreas protegidas. Curiosamente, ao cruzar esta categoria aos seus significados, tanto no SNUC quanto no PNAP, também há variações em seu sentido. Ora remete apenas às categorias do SNUC - das Unidades de Conservação da Natureza de Proteção Integral (UCPI) e Unidades de Conservação de Uso Sustentável (UCUS) -, ora remete-se à integração das UCs, TIs, Reservas Legais, Área de Proteção Permanente e Territórios Quilombolas. Tendo na categoria gestão integrada como modelo para implementação.

Para entender essas diferentes categorias e a implementação dessa política, parto das primeiras análises em campo em que foi identificado que também há contradições sobre a condução das ações do Mosaico e da própria UC quando o imperativo é a gestão integrada envolvendo o conflito de “sobreposições” de áreas protegidas. Esta indicativa dar-se-á não apenas na identificação/reivindicação destas áreas enquanto Parque, mas pela própria amplitude do conceito de gestão integrada submetida pelos gestores e aqueles que são afetados por ela. Esta contradição foi apontada por Tambellini (2007), a partir da aplicação de questionário e entrevistas com gestores de áreas protegidas e desdobra não apenas as contradições conceituais, mas também de práticas destes gestores e seu entendimento de mosaico enquanto instrumento de prática de gestão integrada: seria ela integrada a quê e para quem?

Se a ideia central nesta primeira parte do capítulo foi entender em quais instâncias e arenas se deram a construção dos Mosaicos, e como esta política se tornou espelho para o PNAP, nesta segunda parte trago a análise mais aprofundada do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (MAPES). Busca-se aprofundar nas relações estabelecidas pelos agentes sociais diretamente afetados pela política de Mosaicos e, a partir daí, como se deu o processo inicial de gestão integrada entre as áreas protegidas – Unidades de Conservação da Natureza e Terras/Territórios Indígenas Pataxó.

1.4 O Mosaico de Áreas Protegidas do extremo sul da Bahia

A partir dos encontros e andanças pelo campo de pesquisa, foi-me permitido entender como a noção de Mosaico e as categorias conectividade, gestão e conservação que o compõem, foram apropriadas ao longo de sua implementação. O andar pelo extremo sul da Bahia ora se destinou aos espaços insticionalizados do meio ambiente (reuniões do Conselho do MAPES, encontros na sede local do Parque Nacional do Descobrimento/ICMBio, no município de Prado), ora pelas aldeias Pataxó, em especial na aldeia Pequi.

O MAPES teve sua proposta inicial entre 2004 e 2005. Contou com a realização de três oficinas de Planejamento Participativo, organizadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)/Parque Nacional Monte Pascoal, em parceria com a Flora Brasil e o Instituto de Estudos Socioambientais do sul da Bahia (IESB), envolvendo cerca de 70 participantes – dentre eles, técnicos do Parque Nacional Monte Pascoal, organizações da sociedade civil (entidades ambientalistas, socioambientais), órgãos governamentais municipais (prefeituras e secretarias de meio ambiente), órgãos federais (IBAMA e FUNAI) e representantes das aldeias indígenas do Território Barra Velha. Esta ação foi inspirada no Grupo de Trabalho das Unidades de Conservação de Santa Catarina e pelo projeto Corredores Centrais da Mata Atlântica (CCMA), induzidas pelo anseio de formar um corredor na região do Monte Pascoal (TAMBELLINI, 2007). Como resultado desta primeira negociação, surge o projeto ‘Implementação da Gestão em Mosaico no Extremo Sul da Bahia’ elaborado conjuntamente pelos atores locais sob a coordenação da organização não-governamental Flora Brasil, financiado pelo FNMA (FLORA BRASIL, 2007).

Porém, cabe ressaltar que Tambellini (2007) não aponta em sua análise que esta ação conjunta foi coordenada pelo IBAMA através do PNMP, hoje gerido pelo Instituto Chico Mendes (ICMbio), e que teve sua gênese no conflito estabelecido pela sobreposição de territórios entre o Parque Nacional Monte Pascoal e o Território Barra Velha.

Ao longo da realização do projeto “Implementação do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia”³², executado pela ONG Flora Brasil, as reuniões do Conselho Gestor foram realizadas, num primeiro momento, mensalmente, depois passando a ser

32 Cabe ressaltar que cada projeto financiado pelo FNMA através do edital 01/2005 teve a duração de dois anos. Devido problemas internos de gestão da entidade proponente e do atraso na liberação da segunda parcela dos recursos o projeto foi estendido por 4 anos. Em reunião, foi dito pela gestora do projeto que o pedido de aditivo do projeto não foi aceito pelo FNMA, ficando impossível o repasse da segunda parcela do mesmo. Com isso, as ações envolvendo a construção do DTBC e a revisão da delimitação do MAPES não foram concretizadas.

trimestrais ao longo de 2007 a 2012, período em que foi institucionalizado (seguindo o regimento interno e a própria formação do conselho). Um dos debates que decidiu a atual formação e o conjunto de áreas pertencentes a este mosaico ocorreu na reunião de dezembro de 2010. Nota-se, através da leitura da ata datada de 06 de dezembro de 2010, que por pressão do MMA o Conselho teria que se posicionar com relação a sua delimitação territorial. O que estava em jogo era o aceite do MMA com relação à entrada ou não das Terras Indígenas homologadas no Mosaico e, conseqüentemente, a interpretação da importância do reconhecimento destes territórios enquanto áreas protegidas do MAPES. Porém, a escrita da ata não dá maiores detalhes sobre a discussão e quais pontos fundamentaram o recuo do Conselho em não persistir na proposta inicial do MAPES ser composto pelas 17 áreas protegidas (incluindo as Terras Indígenas homologadas).

O embate se deu num primeiro momento com o MMA, pois foi negado tal pedido, sendo na ata apontada a urgência do pedido e o tempo que já se esgotava. Porém, as contradições apontadas entre a definição do art. 26 da Lei do SNUC e as disposições do Decreto no 5.758/2006 não seria o fator decisivo para a justificativa do órgão para o não reconhecimento das terras indígenas do MAPES. Mas, sim, de acordo com informações obtidas junto à Diretoria de Áreas Protegidas (DAP) do MMA, os mosaicos, por serem reconhecidos pelo MMA como parte de uma política ambiental, estabeleceriam formas diferenciadas neste caso:

[...] tendo em vista que as terras indígenas e as terras de quilombo não são geridas por esse ministério, os limites dos mosaicos já criados referem-se somente aos perímetros das UCs que eles englobam. Ainda assim, as comunidades indígenas e quilombolas presentes nas imediações das UCs podem tomar parte no conselho do mosaico. É o que ocorre no Mosaico Veredas-Peruaçu, que conta com representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Associação Indígena Xacriabá e da Associação Quilombola Vó Amélia (Portaria MMA no 128, de 24 de abril de 2009). De forma semelhante, o conselho do Mosaico Bocaina conta com “um representante das comunidades tradicionais, pescadores artesanais, quilombos, povos indígenas” (Portaria MMA n. 349, de 11 de dezembro de 2006, art. 3º, II, c) (GANEN, 2010, p. 400)

Neste contexto, o MAPES foi gestado ao longo de 5 anos e reconhecido oficialmente através da portaria do MMA de nº 492, de 17 de dezembro de 2010. No decreto de reconhecimento, delimitou sua abrangência incluindo três municípios, Santa Cruz de Cabralia, Porto Seguro e Prado, totalizando 12 áreas protegidas do bioma Mata Atlântica. Porém, alguns embates foram cruciais para que esta formação viesse a ser aprovada pelo MMA. O

principal embate diz respeito à própria delimitação territorial do MAPES, ou seja, quais áreas fariam parte ou não dele.

Após as divergências surgidas na discussão sobre o aceite ou não, o MAPES foi reconhecido com a instalação do seu Conselho Gestor, de acordo com o decreto que o regulamenta, composto por 33 representantes³³, incluindo-se representantes das áreas protegidas, ONGs, órgãos públicos, associações e setor privado que se reúnem trimestralmente³⁴.

Durante um longo período de negociação sobre o formato do Conselho e da própria delimitação, os conselheiros do MAPES não abriram mão de acompanhar de perto o processo de homologação.

1.5 A reunião: pautas, estratégias e consenso

O primeiro contato com os conselheiros do COMAPES foi em setembro de 2011. Fui munida de dois contatos prévios: o primeiro, por indicação de um dos participantes do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, era do presidente do Conselho do MAPES/Gestor da Reserva Extrativista de Corumbau (um dos participantes da troca de experiência entre os Mosaicos e os Parques Naturais Franceses, que falarei mais adiante) e, o segundo, da técnica responsável pelo projeto ‘Gestão Integrada do Mosaico do Extremo Sul da Bahia’, de responsabilidade da ONG ambientalista Flora Brasil com atuação na Bahia. E, mais tarde, a partir da rede estabelecida no Rio de Janeiro, tive contato com um dos técnicos da sede da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), localizada na cidade de Eunápolis.

33 Sua composição se dá pela divisão das instituições: Unidades de Conservação: 5 federais (Parques Nacionais do Pau Brasil, Monte Pascoal e Descobrimento; Reserva Extrativista Marinha do Corumbau e Refúgio de Vida Silvestre Rio dos Frades), 2 estaduais (Áreas de Proteção Ambiental de Caraíva-Trancoso e Coroa Vermelha), 1 municipal (Parque Municipal Recife de Fora) e 4 particulares (Reservas Particulares do Patrimônio Natural Veracel, Mamona, Carroula e Rio Jardim), Instituições governamentais: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), Companhia Independente de Polícia de Proteção Ambiental de Porto Seguro (CIPPA), FUNAI, Prefeitura de Prado, Prefeitura de Porto Seguro, Setor Empresarial: a identificar, Instituição de Ensino e Pesquisa: Instituto Federal da Bahia, Organizações não governamentais Socioambientais: PAT Ecosmar, Conservação Internacional, Movimento em Defesa de Porto Seguro (MDPS), Natureza Bela, Flora Brasil, IBio, Organizações de Classe: Pesca Artesanal, Colônia de Pescadores Prado, Colônia de Pescadores de Porto Seguro (Z-22), Associação dos Moradores e Vizinhos amigos do Parque Nacional do Descobrimento (AMEPARNA), Organizações Indígenas: Aldeias Boca da Mata, Tibá, Pequi, Barra Velha, Meio da Mata, Aldeia Velha e Guaxuma.

34 O COMAPES tem a finalidade de atuar como instância de gestão integrada e participativa das áreas protegidas que compõe o MAPES e do território o qual abrange, visando a conservação da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável. Ele tem caráter consultivo, conforme definido no art. 9º do Decreto Federal 4340/2002 e é presidido por um chefe de UC.

Através de contatos via e-mail e, depois, por telefone, fui informada da reunião que agendada para o dia 25 de outubro de 2011, data esta que coincidiu com minha ida a campo. Apesar da minha manifestação em participar desta reunião, não obtive retorno, mas, mesmo assim, parti para Itamaraju. A escolha desta cidade como sede da reunião se deu por lá estar sediado o escritório do Parque Nacional Monte Pascoal, que acolheria a reunião do Conselho.

Ao chegar à sede do PNMP, como já previa, fui primeiramente apresentada aos conselheiros como uma participante do Mosaico Sertão Veredas - Peruaçu e todas as intervenções que fiz ao longo da reunião foram referentes às dúvidas dos conselheiros do MAPES com relação ao Plano de Desenvolvimento de Base Conservacionista (uma das ações proposta pelo projeto de criação de Mosaicos) e da captação de recursos para gestão de Mosaicos.

De acordo com a ordem de todas as atas anteriores àquela reunião, o início da reunião se deu a partir da leitura da ata da reunião passada e, logo depois, a aprovação da pauta e a contagem dos participantes para verificação de quorum. Naquela reunião, estavam presentes: a gestora da Reserva Vida Silvestre (RVS) Rio dos Frades e Secretaria Executiva do COMAPES, a técnica responsável pelo projeto Mosaico da organização ambientalista Flora Brasil, a secretária executiva da Flora Brasil, o gestor da Reserva Extrativista (RESEX) de Corumbau e Presidente do COMAPES, a técnica do Movimento de Defesa de Porto Seguro (MDPS), a técnica da organização ambientalista Natureza Bela, representante da Companhia Independente de Polícia de Proteção Ambiental (CIPPA/PS), o responsável técnico da Reserva do Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Estação Veracel, a gestora do Parque Nacional Pau-Brasil e vice-presidente do COMAPES, o técnico da organização ambientalista Projeto Amiga Tartaruga (PAT) Ecosmar, representante da Colônia de Pesca Z-22, representante da aldeia indígena Barra Velha, a proprietária da RPPN Manona, representante da Colônia Z-23/Prado, representante da RESEX Corumbau, o recém-chegado à região gestor do PARNA do Descobrimento.

A participação foi mais ativa por parte dos gestores das Unidades de Conservação – RESEX, PARNA Pau Brasil, RVS Rio dos Frades, RPPN Estação Veracel, RPPN Manona, Flora Brasil, e não houve quase nenhuma participação ou fala dos representantes das Colônias de Pescadores e do representante indígena. O silêncio ali estabelecido me deixou mais intrigada, direcionando o foco àquelas representações.

A pauta neste dia ultrapassou o esperado pelos conselhos. Um ponto interessante foi a apresentação dos resultados do relatório de efetividade dos Parques que compõem o MAPES. A pesquisa foi de responsabilidade da Flora Brasil e uma das ações do projeto

financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente. Foram apresentadas informações referentes às dimensões: Ambiental, Social, Econômica e Institucional das UCs e conta com a metodologia PADOVANE construída com foco de aplicação nas UCs de proteção integral. Para o MAPES, contou a técnica responsável que a metodologia foi modificada para ser aplicada na RESEX, APA e RPPN.

Ao longo da apresentação, algumas brincadeiras foram feitas com relação à porcentagem apresentada. De todas as Áreas Protegidas, a Estação Veracel foi a melhor avaliada, a partir de critérios de estrutura física e presença de equipamentos da RPPN. Ao final da exposição, os gestores das UCs avaliadas solicitaram que antes da publicação oficial dos relatórios, os mesmos passassem por uma revisão dos gestores. Como dito pelo gestor da RESEX, esta correção não teria “nada muito complexo, como por exemplo, fotos do PARNA Pau Brasil estar no PARNA Descobrimento”.

Duas intervenções foram feitas após a apresentação: a primeira, da gestora da Reserva de Vida Silvestre sobre a necessidade de a metodologia ser aplicada nas TIs para saber como está sendo pensada a gestão ambiental e a dinâmica de apropriação dos recursos naturais e, após isso, que fosse realizado um relatório geral pensando o ‘território como um todo’. Sobre estas questões, foi apontado pela técnica da Flora Brasil que seria necessário um projeto específico, pois a metodologia teria que ter outros elementos para pensar as TI e, neste momento, o projeto focou as UCs.

Já próximo aos assuntos gerais, o gestor do PARNA do Descobrimento solicitou a palavra para informar ao Conselho sobre o “caso” de sobreposição do Parque Nacional. Este caso, até aquele momento, não havia sido comentado e, também, não havia sido identificado na leitura das atas anteriores. O gestor mencionou o parecer do MMA em “desafetar” a área do Parque em que estavam cinco aldeias indígenas: Cay, Pequi, Tibá, Trevo do Parque e Tawá. Falou ainda sobre a reunião com as lideranças destas aldeias e que, para melhor efetividade da fiscalização, era importante pensá-la atrelada à Educação Ambiental. Neste momento, o técnico da FUNAI informou ao conselho que não recebeu nenhum documento que deliberasse sobre esta área e que a mesma estava sendo reivindicada como Território Comexatiba. Expôs também que a área retomada pelos Pataxó (primeiro momento que evidenciou-se a etnia) é de domínio dos indígenas, sendo ela retomada como terras ancestralmente pertencida àqueles indígenas que ali estavam. O silêncio neste momento prevaleceu. A partir disso, pude entender por que aquele espaço não era dos indígenas que ali se faziam presentes, e que as contradições e conflitos muitas vezes velados às pautas de reunião não reverberavam para além daquele momento.

Depois da fala do gestor do PARNA do Descobrimento, o desejo de saber mais quem eram estes indígenas e onde ficavam as aldeias crescia. Neste momento percebi que as aldeias e tudo que estava fora dos domínios das UCs não apareciam em meu projeto de pesquisa, mas, após a participação na reunião do COMAPES, não seria naquele espaço que teria acesso às informações necessárias.

Ao final da reunião, conversando com o presidente do COMAPES sobre a questão, ele relatou que o pedido de inclusão das TIs, além do SNUC, teve como embasamento legal o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), decreto de nº5758/06, que delibera sobre a gestão integrada, reconhecendo as Terras/Territórios Indígenas e os Territórios Quilombolas como áreas protegidas. A partir do exposto, ficou caracterizado o primeiro momento que o PNAP foi tocado com tanta ênfase, mas não ficou claro se este embasamento ressonava para todos os conselheiros. Neste sentido, decidi focar não apenas no conselho, mas também percorrer os municípios que delimitavam o MAPES (Prado, Porto Seguro e Santa Cruz de Cabralia), observando a gestão das UCs em diálogo com as TIs.

O objetivo que levou o grupo a seguir na formação do MAPES está intimamente ligado à proteção da biodiversidade da Mata Atlântica e do modo de vida das comunidades tradicionais residentes na área delimitada, como evidenciado em relatório³⁵. Entretanto, observa-se, a partir da análise das pautas das reuniões do COMAPES, a indicativa de que as ações coletivas redundavam em operações de fiscalização, gestão técnica e cooperação entre as instituições com objetivos voltados à gestão das Unidades de Conservação e aos ‘impactos’ que poderiam vir a sofrer.

Como explicitado em outros trabalhos, esta realidade é permanente em outros ‘Mosaicos’, sendo constatado como reflexo da própria condução dos operadores da política. Cabe ressaltar que, ao levantar questões pertinentes ao ‘território como todo’, a analista do ICMBio referia-se às demais áreas existentes na delimitação do MAPES. Com isso, possibilitava a abertura na metodologia de avaliação de efetividade da proposta de gestão integrada. De acordo com a ata de 21 de julho de 2011, as Câmaras Técnicas³⁶ (CT) criadas até aquele momento eram: i) ‘CT Mobilização, Articulação e Comunicação’, ii) ‘CT Monitoramento e Planejamento do funcionamento do COMAPES’, iii) ‘CT Gestão Consteira’

³⁵ Memórias da oficina realizada em 2012 com os conselheiros do MAPES. A referida oficina teve por objetivo “contribuir para o fortalecimento da participação e gestão do conselho e motivar a atuação dos conselheiros, por meio da apresentação de experiências bem sucedidas de Mosaicos. A capacitação foi realizada pelo Grupo Ambientalista da Bahia e Comapes, através de parceria com a Conservação Internacional do Brasil, entre os dias 30 e 31 de maio de 2012, na RPPN Veracel, em Porto Seguro” (GAMBA, 2012, p. 2).

³⁶ Grupo de trabalho formado por conselheiros com o objetivo de mediar e/ou planejar alguma ação relacionada ao tema proposto.

e, por fim, iv) ‘CT Proteção’. Das quatro camaras técnicas formadas, apenas a CT de Proteção e Fiscalização teve êxito como previsto no estatuto do COMAPES.

De acordo com um dos chefes entrevistados, esta relação da CT e do trabalho coletivo do MAPES se dá pelo fato de o tema ser o que mais aproximava todas as UCs. Disse, ainda, que ‘é o que temos, infelizmente não há outra ação que dê tão certo, porém é um começo que merece ser avaliado’³⁷. Esta ação da CT resulta na eficácia do Plano de Gestão do MAPES que dá destaque às ações integradas voltadas à proteção e fiscalização, transformando as ações dos agentes sociais envolvidos em conflitos sociais como alvos das medidas restritivas e “preventivas”.

A área de mais tensão identificada ao longo da pesquisa de campo diz respeito ao caso do Parque Nacional do Descobrimento (PND), criado por Decreto Federal, em 20 de abril de 1999, com uma área de 21.129ha, e ampliado em mais 1.549ha pelo Decreto Federal de 06 de Junho de 2012, totalizando uma área de 22.678ha. Como dito no início, esta área sobrepôs-se a cinco aldeias indígenas da etnia Pataxó – Cay, Pequi, Tibá, Alegria Nova, Tauá –, que, em abril de 2000, em ação de retomada do seu território, adentraram nesta área. Estão localizados na zona costeira do extremo sul da Bahia, situado no município do Prado. Porém, percebeu-se que não era pauta permanente do referido ‘Mosaico’.

Em entrevista com o chefe do PND, o conflito instaurado nesta área está relacionado à interpretação individual das diretrizes do próprio órgão gestor, pois não há um documento ou lei que informa/delega o posicionamento do MMA em casos de ‘sobreposição’, somente quando é identificada a ‘dupla afetação’. A diferença de sentido das duas categorias, segundo o gestor, é que quando caracterizado a ‘dupla afetação’ já houve um primeiro contato do MMA oficializando o conflito e direcionando-o para a mesa de negociação. Diferentemente da “sobreposição”, situação em que mesmo que o conflito seja entre duas áreas com reivindicações diferentes, no caso estudado de uma TI com UC, o Estado – neste caso representado pelo MMA – não reconhece o conflito, ou seja, não há um processo arrolado sobre a questão ou mesmo um parecer oficial sobre o mesmo indicando que ambas as áreas devem negociar a gestão do espaço comum.

Em se tratando da presença indígena no COMAPES, nota-se que, a partir de um determinado momento, ocorre um esvaziamento das lideranças indígenas em suas reuniões. Isso foi questionado pelos próprios conselheiros, em especial, pelo gestor da RESEX Corumbau. No esforço de trazer os indígenas para o conselho, ações como cursos de

37 Entrevista 03, realizada em setembro de 2012.

formação de conselheiros ou mesmo dinâmica de comunicação foram tentadas com pouco sucesso. Esta ausência não foi percebida apenas como física, mas aqueles que ali se faziam presentes quase não falavam nas reuniões assistidas.

Através de conversas informais nas aldeias e durante uma entrevista com um conselheiro indígena, foram trazidos elementos fundamentais: a inexistência das demandas localizadas e dos conflitos estabelecidos há mais de 10 anos trazendo para o centro da discussão o Território Comexatiba (Cay/Pequi) e o Parque Nacional do Descobrimento; o uso ilegal da ‘madeira de lei’ em que os gestores das unidades apontam os indígenas como principais responsáveis; o *industrianato*³⁸. Ainda, os conflitos envolvendo o acesso e uso do mar potencializado pelo *boom* turístico da região e, conseqüentemente, as construções das pousadas; e, mais que velados, a esta esfera dos conflitos envolvendo um dos conselheiros do MAPES, a Veracel. Sobre este último, o conflito se dava devido à ocupação desordenada dos plantios de eucalipto e ao uso das barcas - que transportam as toras pelo mar – que afetavam os pescadores extrativistas³⁹. A presença de *fazendeiros* também foi indicada com frequência nas falas dos Pataxó, e a participação de seus representantes ou dos próprios ‘fazendeiros’⁴⁰, causava desconforto entre os índios. Assim, as lideranças Pataxó indicam que não participam das reuniões em que os *fazendeiros* estão, pois são pessoas que “não gostam de índio” e “querem ver o índio sem suas terras e seus direitos”.

Ao acessar esta teia de relações, fui provocada a entender a perspectiva dos indígenas sobre a política de Mosaicos e a atuação do próprio Conselho do MAPES. O esvaziamento das reuniões por parte das lideranças indígenas impulsionou ainda mais esta decisão. As justificativas para a ausência das lideranças giravam, aos finais das reuniões, em torno da

38 Forma de nomeação para a relação de produção entre os índios pataxó e os atravessadores ligados à retirada de grandes quantidades de madeira. Este fator se tornou uma condicionante nos debates entre os gestores das Unidades de Conservação e as Terras Indígenas. De acordo com os planos de manejo do Parque Nacional Monte Pascoal o “industrianato” “é um problema generalizado na região, devido à falta de oferta de empregos dignos e a marginalização das populações tradicionais, dos pequenos produtores e meio ambiente nas mesmas áreas restritas e intensificando conflitos socioambientais e fundiários. Todos os remanescentes de mata nativa vêm sofrendo a exploração pelo “industrianato” seja pelos índios e não índios”. (Fonte: www.ibama.gov.br)

39 As barcas são utilizadas pelo uso do sistema de navegação de cambotagem. São grandes pranchas utilizadas como transporte fluvial da produção de celulose. Este sistema vem sendo visto com bons olhos pelos planejadores, visto que retira das rodovias brasileiras cerca de 50 caminhões por dia. Mas, por outro lado, este sistema vem causando conflitos entre os pescadores artesanais. Em campo, estes conflitos foram identificados com maior concentração em Coroa Vermelha (Cabrália) e na Reserva Extrativista de Corumbau (Prado), pois, ao passarem pelo ambiente em que se encontram os barcos artesanais, o arrastam causando estragos irreversíveis. Há um trabalho de negociação, de acordo com alguns pescadores da Reserva Extrativista de Ponto do Corumbau e o que está em jogo são os limites de passagem das barcas no mar. Os pescadores reivindicam o deslocamento de 30 mil pés para não gerar conflito e a pesca continuar tranqüila, e a empresa não cumpriria este limite alegando que ficaria inviável, uma vez que daria um volta maior.

40 Categoria presente nas falas dos indígenas. Refere-se aos donos das fazendas que fazem divisa com as aldeias, ou mesmo a fazendas que foram criadas nos territórios indígenas.

difficuldade em proceder uma comunicação mais próxima e da dificuldade de locomoção das lideranças para os locais da reunião. Para esta última, lançaram a estratégia de ‘caronas solidárias’ entre os órgãos institucionais e lideranças, ou entre ONGs e órgãos institucionais que tinham veículos, mas sem sucesso.

A comunicação neste caso foi apontada como principal causador da ausência. Trata-se agora de entender de que comunicação se tratava e como ela chegava até as aldeias. O que se percebe em tal situação é que a comunicação não se dá apenas pelo comunicado em forma de convite, e tampouco do aviso de caronas solidárias. O que ficou deste encontro e que me fez refletir também sobre a atuação dos Mosaicos é que os espaços institucionalizam-se a partir do momento em que as pautas se unificam.

Como estratégia para aproximar os indígenas das ações do Mosaico e como pedido das próprias lideranças que fazem parte do COMAPES, foi realizado um ciclo de oficinas, promovido por uma ONG ambientalista, ao longo de mês de abril de 2012. Esta oficina se deu num momento delicado para as aldeias Pataxó, pois chocaram-se com as manifestações políticas de reivindicação de seus direitos constitucionais e com as mobilizações para as festividades do “dia do índio”.

É neste entremeio que apresento as evoluções deste debate, em que a polifonia de entendimentos e da própria concepção da política de Mosaico aparece com mais ênfase. Pode-se apontar que as contradições presentes no COMAPES regem também as ações fora dele, como indica o próximo capítulo.

CAPÍTULO II - MOSAICOS DE ÁREAS PROTEGIDAS NA PERSPECTIVA INDÍGENA



Figuras 01 e 02: Manifestação na BR 101, por Lya Pataxó, 2012.

2.1 Fragmentos

Afetada pela forma e concepção da mobilização realizada pelas aldeias Pataxó em torno de sua luta no ato da manifestação na BR, ocorrida em Itamaraju, extremo sul da Bahia, que será tratada na próxima sessão, percebi as múltiplas representações daquele território, que ecoavam, por um lado, as reivindicações acerca dos direitos territoriais dos indígenas, e, por outro, a demanda do movimento ambiental em busca do reconhecimento do mosaico. Ou seja, no mesmo instante em que havia 1500 índios em um acontecimento coletivo em que se reivindicava o direito àquele território e à auto-afirmação de sua identidade, também estavam ocorrendo, ao longo daquela semana, as oficinas de sensibilização realizadas pelos técnicos em nome do Conselho.

A oficina, como estabelecido junto ao COMAPES, tinha o objetivo de levar ao “público alvo” (indígenas e pescadores) a importância de ‘participação social’ na esfera de governança do MAPES, a informação acerca da sua existência na legislação, a apresentação de seu desenho territorial e, por fim, como se dava a inclusão das Terras Indígenas a este processo. A realização das oficinas foi uma leitura do pedido das lideranças indígenas para o COMAPES, sendo esta solicitada como reunião para esclarecer o que seria a proposta e como se daria o processo de inclusão das aldeias indígenas Pataxó.

No debate, foi observado que o mesmo foi realizado com em uma pauta superficial aos temas em questão no momento, com total desconhecimento, por parte dos consultores, do público que ela abarcaria, das reivindicações propostas, do não reconhecimento das aldeias em processo de homologação ao MAPES e, por fim, das tensões existentes entre os agentes ambientais e as aldeias em sobreposição.

2.2 Em nome do território

Ao amanhecer do dia 10 de abril de 2012, na região do extremo sul da Bahia, aldeia Guaxuma⁴¹, indígenas Pataxó do território Barra Velha e Comexatiba começavam os preparativos para a manifestação contra o Projeto de Emenda à Constituição (PEC) 215 de 2000 e a PEC 038 de 1999, em tramitação no Congresso Nacional. Ambas as PECs têm por

⁴¹ Aldeia Pataxó localizada entre as imediações do município de Itabela (BA) e Itamarajú (BA), no extremo sul da Bahia. Ao longo dos tempos, as lideranças desta aldeia vêm mediando os conflitos ligados à ocupação e uso do solo pela empresa Veracel e pelo Parque Nacional Monte Pascoal (PNMP). Faz parte, juntamente com outras aldeias, do território administrativo da política de mosaico de áreas protegidas, sendo parte integrante do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (MAPES).

objetivo a transferência de poderes para o Congresso Nacional para a demarcação de terras indígenas, o que pode ter ‘consequências catastróficas sobre o reconhecimento de direitos das coletividades reivindicantes’⁴².

Com a estratégia de chamar atenção nacional para este fato, os indígenas impediram o tráfego da BR 101 nas duas pistas. Esta rodovia é uma das mais movimentadas do país, considerada, desde sua implantação na década de 70, uma via estratégica para o chamado desenvolvimento nacional. O seu tráfego foi intensificado pela presença de caminhões de cargas, sendo também um elo entre as capitais de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro com as principais cidades do litoral da Bahia. Consequentemente, sua paralisação chamou rapidamente a atenção das mídias locais e nacionais, alastrando-se pelos canais de comunicação na internet.

Para este evento, foram dois meses de mobilização que demandaram a realização de *reuniões* internas (nas próprias aldeias do extremo sul), *reuniões* fora das aldeias (em uma articulação nacional com os movimentos indígenas), e *reuniões* entre as lideranças e seus respectivos caciques. O planejamento da logística para o acolhimento dos *parentes* que ali estariam em manifestação, como foi apontado pelo cacique da aldeia Guaxuma, exigiu a organização de várias frentes. Segundo ele, “[...] foram muitas coisas que precisaram ser pensadas, deu trabalho, mas conseguimos”. Ao longo de sua descrição, percebi as seguintes frentes: i) *transporte*: muitos indígenas se encontravam a 150 km de distância da manifestação, sendo necessária a utilização de ônibus de linha, carros particulares e de caronas solidárias; ii) *alimentação*: a cozinha coletiva organizada pelas mulheres serviu uma *janta* na noite de 09/04, café e *merenda*, almoço e *janta* do dia 10/04 e, ainda, no dia seguinte repetiram a rotina com aqueles que ainda ficaram na aldeia; iii) *pouso*: dividiu-se entre as casas de parentes (irmãos, tias e pais), na palhoça central e na escola; iv) *articulação em Brasília* representada por Aruan, cacique de Coroa Vermelha, e lideranças de outras terras indígenas com o Ministério Público e o ministro da Justiça; v) levantamento *de parcerias* para esta logística, recursos financeiros para aquisição de alimentos, doações, e vi) grupo de negociação local representado pelos caciques que conduziram o movimento na rodovia.

Como planejado, árvores de eucalipto foram utilizadas para fechar as duas vias da BR, uma grande fogueira foi acesa em frente à barricada e uma faixa que cruzava de um lado a outro estampava a reivindicação ali buscada: “Senado e Câmara dos Deputados, queremos o arquivamento da PEC 215 e 038/99 JÁ!”. No total, tinha cerca de 1000 participantes,

⁴² Nota da Comissão de Assuntos Indígenas (CAI) da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) de 26/03/2012. Acessado em: <http://www.abant.org.br/news/show/id/229> .

divididos entre representantes das 17 aldeias⁴³ dos municípios de Prado, Porto Seguro, Santa Cruz de Cabralia, Itamarajú e Itabela.

Com o sol já alto, a fila de carros começava a se formar com grande extensão. Com cantorias e a dança pataxó *auê*, os indígenas continuavam em sua manifestação. A temperatura, naquele dia, estava em torno de 30 graus e o asfalto contribuía para que a sensação de calor se intensificasse ainda mais. A faixa de pano, ilustrando a solicitação do arquivamento da PEC 215, dividia os indígenas daqueles outros também afetados pela manifestação. Percebe-se que a divisão não seria somente física, mas se tornava simbólica.

Já na cidade de Itamaraju, a cerca de 30 km da aldeia Guaxuma, as informações eram atualizadas aos moradores pelos motoristas que vinham para a cidade buscar pouso ou um local melhor do que a BR para aguardar a situação se resolver. Eu me encontrava na cidade na época do acontecido. Vindo a campo pela segunda vez, preparava-me para ficar por 15 dias com o objetivo de conhecer o ‘território Mosaico’. Por se tratar de uma delimitação política administrativa do Ministério do Meio Ambiente que agregava três municípios, 12 unidades de conservação e sete aldeias homologadas, a tarefa não seria muito fácil, pois a extensão territorial era consideravelmente grande. Foi quando surgiu a oportunidade de acompanhar a realização das “Oficinas de Sensibilização” nas aldeias do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (MAPES). Estas oficinas foram coordenadas por um grupo de consultores e técnicos contratados pela ONG Grupo Ambientalista da Bahia (GAMBA), em parceria com o Conselho Consultivo do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (COMAPES) e Conservação Internacional. Seriam realizadas 8 oficinas de igual conteúdo nas aldeias vizinhas às Unidades de Conservação que formam o Mosaico.

No dia anterior à paralisação, fui comunicada pelo coordenador do projeto a respeito da manifestação. Perguntado sobre como soube desta informação, contou-me que os indígenas avisaram à chefe do Parque Nacional Monte Pascoal sobre a intenção de fechamento e que ela informara a Flora Brasil⁴⁴ do fato, visto que já havia agendado a oficina para aquela data e todos os gestores das UCs haviam sido convidados. A notícia da paralisação da BR e de que todas as aldeias estavam presentes provocou descontentamento na equipe de coordenação. Este descontentamento não se deu pela manifestação em si, mas pela organização do

⁴³Águas Belas, Corumbauxinho, Alegria Nova, Pequi, Tibá e Cay, Tauá (Prado/BA); Barra Velha, Barra, Boca da Mata, Imbiriba, Meio da Mata, Aldeia Velha (Porto Seguro/BA), Coroa Vermelha e Mata Medonha (Santa Cruz de Cabralia), Guaxuma, Trevo do Parque (Itamarajú).

⁴⁴Seguia junto com o técnico da GAMBA e a secretária executiva da ONG ambientalista Flora Brasil com sede em Itamaraju (BA). Esta entidade foi responsável pelo projeto de reconhecimento e implementação do projeto Mosaico pelo edital 01/2005 do Fundo Nacional do Meio Ambiente. Este projeto foi o ponto inicial das articulações territoriais entre áreas protegidas de diferentes categorias de proteção que inicialmente formam o objeto deste trabalho.

calendário que teria de ser refeita, sendo intenso o mês de abril por conta das comemorações do ‘Dia do Índio’. Mediante a notícia, o coordenador informou que seria mantida a agenda e que, assim que acontecesse a liberação da rodovia, seguiria até a aldeia Guaxuma – onde seria a primeira oficina - em busca de uma nova data para o encontro.

Aguardava na padaria, no centro da cidade, notícias sobre a movimentação. Aproximei-me de um grupo de pessoas que aguardavam para ser atendidos, puxei conversa sobre a movimentação da BR e logo a conversa se estendeu com os ânimos acalorados. Uns falavam que eram os “índios que tão reivindicando o território, sempre eles tão fazendo as manifestações deles”. Outro senhor que aguardava no caixa, entrando na conversa, sinalizou que não era o “território o que eles tão querendo, tão querendo é mais terra, já não basta o que eles têm”. O discurso nativo, ou seja, daqueles que são do lugar, transmitiam uma espécie de reprovação quando o assunto girava em torno da terra e do índio. Sendo uma região rodeada de plantios de eucalipto e da forma de produção em larga escala, nota-se que ter índio naqueles arredores era um “entrave” ao desenvolvimento. A categoria terra se misturava à de território, ofuscando muitas das vezes as reivindicações ali buscadas.

Os caminhoneiros que procuravam pouso, sem nenhuma relação com o lugar, demonstravam mais inquietação com a grande fila que se formava. Sobre o tempo, indagavam-se “isso é hora de parar a BR?” e “Será que eles não sabem que tem gente que quer trabalhar?”.

Às 18h (12 horas após início da manifestação) a fila de carros atingiria 30 km e, a cada hora, ficava mais difícil de chegar até a aldeia em que se concentravam. De carona com coordenador de campo da GAMBA, saímos de Itamaraju no sentido da BR 101. Tinha como intenção chegar ao local em que se encontrava a consultora contratada para ministrar as oficinas. Ela aguardava desde as 16h na cidade de Itabela. O plano era tentar passar pela aldeia onde aconteceu a manifestação, deixar o lanche que já havia sido comprado para a realização da oficina e seguir até onde o ônibus estava. Notamos que seria impossível chegar até o ônibus, pois seria necessário andar por 40 km. Estacionou-se o carro no acostamento e, a pé, seguimos até um aglomerado de pessoas que aguardavam pela liberação da estrada. Naquele momento tive contato com pessoas que se encontravam há horas aguardando e com outras que tinham chegado há pouco. Pude perceber melhor como as informações circulavam entre os motoristas e passageiros, como se construía o imaginário sobre a manifestação e, ainda, como os índios ali eram vistos em ato de manifestação.

Um senhor que dirigia um táxi, de placa da cidade de Porto Seguro, se aproximou do grupo e perguntou o que estava acontecendo e por que estávamos parados ali. Este senhor foi

pego de surpresa já no final da manifestação. “Foi acidente”, insistiu o senhor. “Não, são os índios, reivindicando o território”, disse a técnica da Flora Brasil. O senhor, com um tom de voz alto, indagou: “Agora não sei mais para onde vou, se vou para França ou para Alemanha. É tudo território para os índios!”. A técnica retrucou: “É, mais isso eles tão certos, é de direito”. O senhor insiste e o debate rende: “No mês passado fizeram isso também, pedindo para a Veracel fazer as estradas”. A técnica, que acompanhou o processo de negociação na época, respondeu: “Mas, isso era condicionante do projeto da Veracel ali, já era combinado dela fazer”. Já saindo da conversa, o senhor finaliza: “É isso, dá uma meia dúzia de espelho e eles vendem o território, porque eles não lutaram antes? Agora vêm querendo”. Saiu o homem resmungando em direção ao carro.

Foi a primeira vez que ouvi o nome da empresa Veracel Celulose. O que intrigou ainda mais é a relação daquela parte do território demarcado pelo MAPES com a referida empresa. Deste ponto de vista, pode-se pontuar que nos municípios de Porto Seguro e Itabela, a Veracel é mais presente, e os conflitos são direcionados diretamente a ela, pelo fato que as terras ocupadas com os plantios de eucalipto são de propriedade da mesma. Já em Prado, local com vários plantios de eucalipto, são áreas arrendadas. Desta forma, os conflitos são mediados entre os fazendeiros arrendatários e aqueles afetados pelos plantios, ou seja, os assentamentos, TIs e UCs.

Seguindo para a área da manifestação, minutos antes da nossa chegada, retomei o assunto da paralisação da BR 101. Nesta conversa os discursos começavam a ficar mais evidentes em relação à questão da identidade, que retornou. Como uma espécie de mapa mental, a técnica dividiu as aldeias habitadas a partir de índios *daqui* e os *de lá* – remetendo as aldeias próximas a Barra Velha, há décadas em conflito de sobreposição com o Parque Nacional Monte Pascoal, aos *daqui*. Estes seriam os índios que “[...] têm que reivindicar mesmo, pois são índios de verdade, são de Barra Velha conheço todos, já trabalhei muito nesta região. Eles tão na mesa de negociação com o Monte Pascoal, mas é preciso estar firme aí, senão as coisas não acontecem e quem sofre é o meio ambiente”.

Aos *de lá* [do território Pequi/Cay (Comexatiba), região do distrito de Cumuruxatiba, em conflito de sobreposição com o Parque Nacional do Descobrimento] referiu-se como “invasores”, dizendo que estes “[...] não têm nada a ver com estes daqui, dizem serem índios, mas a grande maioria ali é de outras cidades, tudo caboclo. [...] Fizemos uma pesquisa que comprovou isso. A grande maioria é tudo de Prado, Texeira, Eunápolis e estas bandas de cima”.

Fiquei curiosa em saber mais sobre este estudo, que, segundo a técnica, foi feito por uma antropóloga com o objetivo de mapear as RPPNS, cujo projeto foi financiado pelo Governo Federal, sob a coordenação da ONG que trabalha. Alegando motivo de segurança, estes estudos não estão na sede da organização, desconversando sobre este assunto. Não tive acesso a esta pesquisa, permanecendo velado o seu resultado.

Afastei-me um pouco do grupo que ali planejava um caminho secundário para chegar a Itabela. Observei as expressões nos rostos daquelas pessoas que, como já diz Guimarães Rosa, “são estrangeiros” àqueles que passam. Alguns poucos solidários e outros já cansados. Naquele momento, consegui mudar a interpretação que tinha de no mínimo duas posições sobre a história, mas como diria o cacique da aldeia Guaxuma “nós também estávamos no sol, nós também ficamos lá”.

Já próximo das 19h, a técnica sugeriu seguirmos “por dentro”, em um caminho paralelo à rodovia, usado pelos moradores das fazendas e vilarejos que acompanham a Serra de Itamarajú. Como conhecia aquela região “com a palma da mão e de olhos fechados”, como gostava de falar, iniciou o detalhamento do caminho, indicando que seguiríamos “cortando por dentro, passando na vila que fui criada, subimos o morro e já estamos em Itabela, acho que gastamos uma hora e pouco”. Próxima ao carro, aguardava os últimos detalhes do plano, quando um casal que estava em Porto Seguro e seguia viagem para São Paulo, sutilmente se aproximou e perguntou: “Tem índio aqui nesta região?”

2.3 Diferentes representações do território: a oficina de sensibilização

Já distantes do acontecimento da manifestação, os participantes das oficinas ficaram atentos à explanação conduzida pelas consultoras⁴⁵ em colaboração com a equipe. O início da oficina foi marcado com o uso do conceito de Mosaico por meio da metáfora de mosaicos de artes, este por sua vez, potencializado pela linguagem lírica da união dos diferentes territórios. Em especial, a leitura do artigo 26 se transformaria em metáforas trazidas do campo das Artes

⁴⁵ Foram contratadas duas consultoras que se dividiram ao longo da realização, assim como a coordenação técnica da GAMBA. A primeira acompanhou as aldeias próximas ao município de Prado e Itamaraju, conduzida pelo técnico da GAMBA, e a segunda aos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália que fora acompanhada pela colaboradora da ONG mencionada e ex-chefe do Parque Nacional Monte Pascoal. Esta divisão não foi apenas territorial, mas também de formas diferentes de condução e entendimento do processo de formação. Não me deterei na avaliação de condução do processo, pois não é objetivo deste capítulo, mas nas contradições e ruídos de comunicação entre os que participaram. Ressalto que as reflexões aqui trazidas foram compartilhadas, na medida do possível, com a equipe, mas que são de minha inteira responsabilidade. Ainda, ressalto que foi de grande valia acompanhar a equipe durante o que aprendi ao longo dos debates acalorados e nas avaliações realizadas ao final de cada oficina.

e sua tradução através de desenhos. Neste sentido, as metáforas contribuiriam para ilustrar o conteúdo ali proposto, mas velaram as contradições existentes neste processo.

Muitos desenhos, falas e encaminhamentos foram trazidos à dinâmica de construção do conceito de Mosaico que ali seria estabelecido, sendo unânime o significado de diferentes partes que, ao se juntarem, formavam o território. Os múltiplos significados do que se entenderia por mosaico permitia um sentido dúbio ao entendimento da noção de território ali em jogo. Se por um lado a política ambiental entendia o território como área protegida (reconhecida e/ou homologada), próximas ou sobrepostas em um território contínuo como preconizado no artigo 26 da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), por outro, os indígenas e os planejadores da oficina rompiam para o sentido inverso, como salientado em uma das oficinas: *mosaico somos nós*.

O sentido de território como sendo de *todos nós* é carregado de subjetividade. Neste momento foram acionadas questões que estavam latentes na manifestação e aquela proposta viria completar o que estava faltando. Ao me juntar à equipe, senti que outras provocações eram pertinentes àquela exposição. Mesmo estando como ouvinte daquele processo, perguntei sobre a legislação e como esta cruzaria com as reivindicações trazidas pelos indígenas. Porém, sem resposta.

Partindo desta premissa, o segundo exercício referiu-se à leitura do mapa. Neste momento, colocou-se o mapa no centro da sala. ‘Agora vamos ver de que mosaico estamos falando’, falou a consultora. Trazendo os elementos surgidos ao longo do primeiro exercício, arrematou com a leitura do artigo 26 do SNUC, apontando para o mapa que estava no chão. O grupo se aproximou daquela figura impressa em banner.

O primeiro movimento após a observação foi o de localizar no mapa onde se encontrava a aldeia onde estávamos. Assim, o cacique da aldeia, notou que, diferentemente do que ocorrera com as aldeias vizinhas, a aldeia Guaxuma não fazia parte daquele mapa. Indagou: “onde é que estamos aqui”. Sem respostas, o silêncio prevaleceu. Neste momento, os próprios consultores tomaram um susto, pois não tinham atentado para o fato de que a aldeia que eles estavam não fazia parte do mapa apresentado.

Assim, sucessivas questões, que apontavam a necessidade de se localizarem naquele mapa, continuavam. Na procura da sua aldeia e sucessivamente das aldeias que compõem o território, as contradições e conflitos presentes nesta política apareciam. Já não caberia o ‘mosaico de artes’ ou as metáforas de peças que formam o desenho. Neste momento, o técnico da ONG que realizava a oficina, constrangido com a situação, tentou revertê-la, explicando o

que de fato seria aquele mosaico ali presente, mas que o mesmo se distanciava da proposta ali. “Vocês não estão no mapa, mas podem estar no conselho, buscar a entrada de vocês aqui. É para isso que estamos neste encontro. Vocês são importantes, mas somente lá [no conselho] podem reivindicar a entrada aqui”.

Um das lacunas existentes neste processo é que, dependendo da escala a ser usada, reafirma a exclusão ignorando as territorialidades ali existentes. Seguindo esta ordem, tais territorialidades vividas pelos Pataxó não correspondem exatamente às manchas verdes (UCs) ou vermelhas (TIs homologadas), como proposto. O território ali acionado pelos moderadores distingue-se da noção ali apresentada pelos agentes sociais, sendo o dos indígenas o seu território vivido, construído socialmente, e os dos consultores, o da política ambiental.

Logo procuraram por Barra Velha, depois as aldeias vizinhas e as demais que tinham mais proximidade. Repentinamente o coordenador sugeriu que fizessem, por meio de tarjetas, o mapa que eles reconhecem. As primeiras aldeias eram incluídas de acordo com a aproximação daqueles que o exercício realizava, levados primeiramente pelo estabelecimento de laços afetivos e de trocas (neste caso das aldeias de Boca da Mata e Pé do Monte), e finalizando com a aproximação política e de luta (Pequi, Cahy).

O modo como os indígenas se localizavam no mapa não correspondia à lógica trazida pelo coordenador, que tentou de várias formas traduzir aquele mapa e, assim, nos apresentar que território era aquele do qual estavam tratando. A dificuldade em se reconhecer naquela figura não remetia à falta da técnica imposta por noções geográficas e dos pontos cardeais, como supôs a equipe. O ponto de desencontro nesta condução estaria relacionado ao entendimento de “território Pataxó” para os afetados por ele. Localizar-se em uma representação que não o representa ficou cada vez mais complicado para os técnicos que tentavam mediar a situação. Um dos participantes, professor da escola indígena, apontou para os fragmentos verdes que representavam neste caso as UCs e, logo em seguida, interpretou que tinha *pouca mata*, como indicava a figura 03.

Outra liderança indígena perguntou se os desenhos ali representados pela cor verde correspondiam à “natureza”. Assim, um dos participantes levantou e completou a frase “está tudo desmatado”. Logo, a consultora explicou que os *desenhos* verdes são as Unidades de Conservação e, em vermelho, são as Terras Indígenas.

A dificuldade dos indígenas em se localizar naquele mapa se fazia mais pela lógica posta no ordenamento do que pelo rumo da palestra dada. A metodologia de condução do trabalho foi considerada bem ilustrativa, valendo-se de etiquetas diferenciadas e a utilização

de momentos de escrita nas tarjetas para expor suas contribuições. Porém, limitava as falas ao ato da escrita em tarjetas.

O que causou espanto foi a forma como as questões ali levantadas estavam relacionadas mais ao campo da subjetividade da política, da forma como ela poderia ser aplicada ou mesmo entendida do que no esforço de apresentar o que de fato normatizava. Ou seja, como apresentar algo que sensibilize aqueles que estão presentes se a materialização da questão abordada não reconhece na aplicação dela aqueles que ali assistiam?

Para análise, o que fica deste processo de formação e informação é que, ao longo da participação dos indígenas, o território ali acionado e reivindicado estaria ligado aos territórios afetivos, socialmente construídos e políticos, enquanto que os consultores estavam tratando de território administrativo, formal. A ausência das aldeias no mapa do MAPES é também uma ausência do reconhecimento formal e jurídico, pois são aldeias em fase de reconhecimento e estudos, ou seja, não estão homologados.

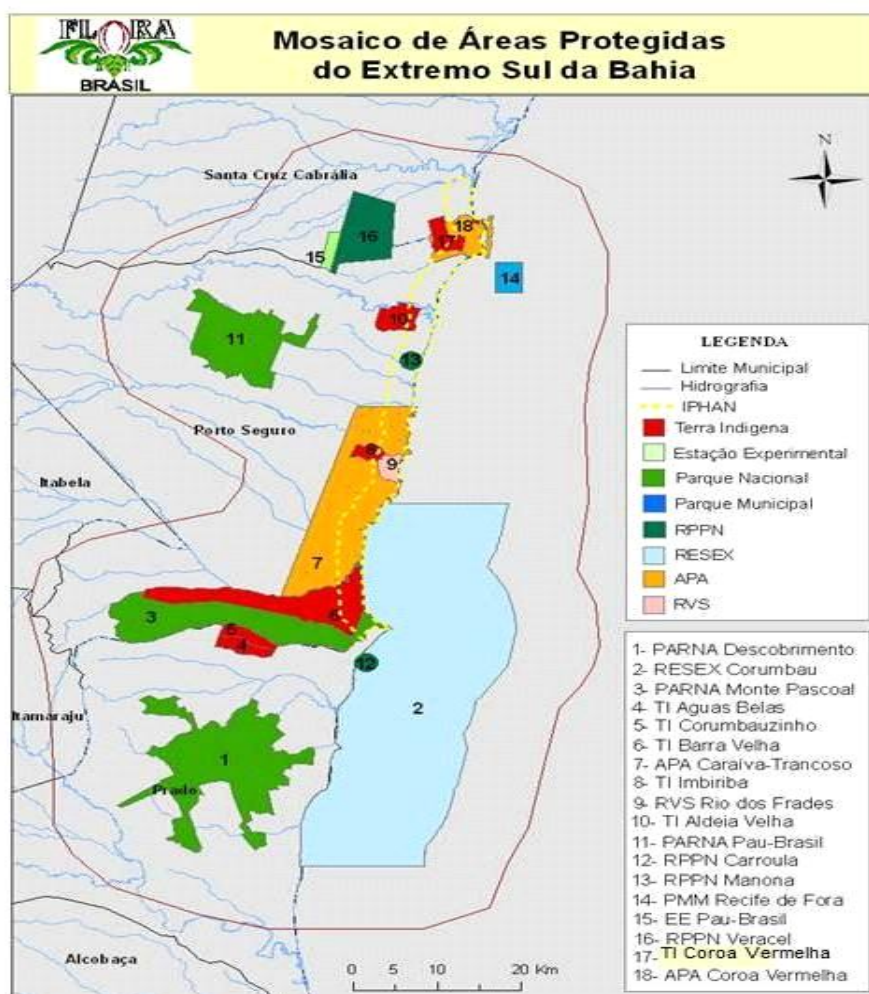


Figura 3: Croqui do MAPES reconhecido pelo COMAPES.

Fonte: Flora Brasil 2011

A gestão do território de forma integrada partiria, neste sentido, da junção dos fragmentos verdes e vermelhos e de elementos essenciais, como as pautas reivindicadas pelo movimento indígena, sendo a principal delas a demarcação de suas terras. No entendimento daquela reunião, estariam faltando várias aldeias cujos territórios ainda estão sendo reivindicados, ou seja, são territórios indígenas, mas não são territórios oficiais. A própria aldeia que recebeu os consultores para a realização da oficina não constava no mapa. Como nos deixou claro uma das lideranças da aldeia:

Esta tradição de falar em gestão é nossa mesmo, nós sabemos o que é gestão da aldeia, da mata. Foi este conhecimento que ocasionou que a Flora veio com um mapa deste mosaico, a FUNAI veio com outro, a gente já tem o nosso, o IBAMA com outro, virando uma guerra de mapas. Desta forma, não dá. E quando a gente for sentar numa mesa coletiva, onde as pessoas ouvem uma as outras, vai ficar assim, sem sentido⁴⁶.

A ausência das demais aldeias no mapa apresentado como mote central da oficina foi revertida por um movimento de inclusão com tarjetas contendo os nomes de cada aldeia, proposto pelo coordenador, que justificou a ausência das aldeias, argumentando que esta é uma questão que passa pela organização e reivindicação daqueles que desejam se incluir no território. Mais uma vez, deixou em aberto as condições jurídicas e burocráticas de tal ação.

Assim, uma a uma as aldeias foram somadas ao desenho naquela ocasião, e, como um mapa mental, todos ali foram indicando a localização das aldeias que faltavam e onde cada uma deveria estar no mapa. Concebia ao final da oficina a representação do território por todos os participantes com a inclusão, além das sete aldeias homologadas, das outras 10 aldeias que não estavam contidas⁴⁷.

A grande maioria das aldeias inseridas ao mapa é identificada como áreas consideradas conflituosas, pois estão cercadas por grandes fazendas ou por plantios de eucalipto da empresa Veracel. E, muitas vezes, suas reivindicações não tomam força nas esferas de governança ambiental, de acordo com um dos participantes. Indagando sobre a forma com que são conduzidas as reuniões do MAPES, uma das lideranças apontou: “O índio tem poder neste conselho? Tem índio lá? Como são as cadeiras neste conselho? Se tiver uma questão que

⁴⁶ V.B. Ex cacique. Oficina 4 em abril de 2012.

⁴⁷ É importante ressaltar que o desenho do mapa (figura 03) foi delimitado de acordo com o reconhecimento legal da TI. Segundo o presidente do Conselho, não depende do MAPES a delimitação da TI, pois parte do movimento dos indígenas. O Conselho reconhece que as terras indígenas já passaram pelo processo de homologação, sendo as demais reconhecidas apenas pela FUNAI.

não é favorável ao índio, será que ele vai ouvir? E se tiver fazendeiro que não gosta de índio, mais aí a gente tem que se posicionar”⁴⁸.

O estabelecimento das aldeias que não estão contempladas no mapa foi reconquistado pelas ações retomadas que vêm acontecendo desde 1998. Isto é, um movimento de deslocamento para áreas em que é reconhecido o direito e o pertencimento de terras tradicionalmente ocupadas. Neste sentido, a escolha das aldeias que receberiam a realização das oficinas reafirmou o posicionamento, tencionando a invisibilidade das aldeias em questão.

No caso da realização das oficinas no município de Prado, que atenderia as aldeias Cay, Pequi, Tiba, Alegria Nova e Craveiro, e também a colônia de pescadores de Cumuruxatiba, optou-se pela concentração no distrito de Cumuruxatiba. Curiosamente, perguntei a uma colaboradora do processo sobre a possibilidade de realização nas aldeias, como ocorreu nas outras. Sobre isso, foi falado que em ‘território sobreposto’ não é recomendado a execução de projetos ou ações, visto que as aldeias estão em áreas do Parque Nacional do Descobrimento.

A realização da oficina em Cumuruxatiba contou apenas com participantes da aldeia Tiba. A ausência dos demais participantes – lideranças da aldeia Pequi, Cahy e Alegria Nova - foi dada como uma falha na comunicação, na avaliação dos coordenadores do trabalho. A realização da oficina deu-se na própria sede da associação comunitária da aldeia, localizada no distrito de Cumuruxatiba. Esta sede foi estabelecida através de esforços coletivos da aldeia juntamente com o trabalho de intervenção da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) e poder público municipal. Com a contribuição da UNEB, elaboraram o estatuto e deu-se andamento ao processo de criação da Associação Cultural da Aldeia Tibá e, logo depois, a Prefeitura Municipal cedeu o espaço para funcionamento da associação.

Com atraso de uma hora, os representantes da aldeia Tibá, juntamente com o presidente do Conselho e chefe da Reserva Extrativista Marinha de Corumbau, aguardavam a equipe na sede da Associação Comunitária. Esta oficina foi a única a solicitar que os indígenas se deslocassem para fora de suas aldeias. A justificativa não oficializada é que as aldeias Pequi, Tibá, Alegria Nova e Cay estavam em situação de sobreposição com o Parque Nacional do Descobrimento e não poderiam receber os técnicos, pois as ONGs parceiras e a própria coordenação não realizavam ações deste cunho em áreas em sobreposição. A presença dos indígenas na área do PND estaria ferindo os objetivos de uma Unidade de Proteção Integral, assim a oficina neste local estaria ilegal perante a lei ambiental. Se não são índios,

⁴⁸ Liderança Pataxó durante a Oficina 4.

mas sim “invasores” e ilegais perante a lei ambiental, por que inseri-los no Mosaico enquanto conselheiros? Para quê a oficina de sensibilização para a participação neste colegiado?

Neste sentido, vale ressaltar que a pauta que envolve as questões indígenas não é objeto do MAPES, mas sim como resolver a questão da fiscalização, educação ambiental e projetos que moldem, sensibilizem e conduzam os indígenas à “boa conduta”. Este pode ser um dos pontos que levou ao esvaziamento das reuniões por parte das lideranças indígenas. E, quando a pauta entra geralmente nos assuntos gerais, é trazida pelos conselheiros – gestores de Unidades de Conservação – mais sensíveis ao assunto ou ligados diretamente a ele. Ao longo do contato e das sugestões de pauta e atividade foram identificados dois: o gestor da RESEX Corumbau e a gestora do Parque Nacional do Monte Pascoal. Ambos lidam no dia a dia com questões que demandam maior aproximação dos indígenas e ‘comunidades tradicionais’. É neste ponto que a personificação da política é identificada. A categoria ‘gestor’ como o centro desta discussão seria generalista, visto que são os posicionamentos que demandam as atitudes e mobilizam as pautas naquela esfera de governança.

Fui compreendendo aos poucos que a metáfora do mosaico para indicar a significado das políticas de Mosaicos de Áreas Protegidas começava a fazer sentido. Porém, o que chamavam de peças coloridas “soltas” e sem sentindo – tão presentes no início da apresentação da consultora - e que somente juntas formariam um mosaico, gerando assim uma imagem, foi desconstruída pelos próprios indígenas no momento da inclusão das tarjetas no mapa. Assim, interpreto que as peças soltas – as aldeias que não compõem o mapa - teriam sentido próprio, e produziriam conhecimento sobre aquele lugar e a forma de vê-lo e se apropriar dele. E, assim, as demais peças coloridas, se juntas, independente da política de mosaicos, constituem o território para aqueles povos. Não é fazendo parte da política que o território se constituirá, mas sim, a partir do momento que estas peças soltas começarem a ser lidas como detentoras de conhecimento e sentido de pertencimento daquele território dentro da própria concepção de Mosaico.

O território estava ali posto aos planejadores, porém aquela configuração não caberia na ação do COMAPES, como também em outras ações e programas do Estado. Estar atualmente em *terras de Parque*, nas *terras de governo*, significa não existir enquanto ser de direito e, conseqüentemente, de deveres. O que se potencializa no caso do Mosaico é que esta situação em nenhum momento foi debatida, levando a considerar que o conflito identificado como local, ou seja, da UC, não está dentro dos domínios ou da abertura daquela instância. Pode-se aventar que o pronunciamento ou abertura de pauta relacionada à questão dos direitos territoriais indígenas e os conflitos nas UCs não seja pauta do Mosaico, mas visto se tratar de

um assunto que racha o consenso, revela posicionamentos ali já divididos. Como demonstra a ata da reunião realizada:

[o Chefe do PARNA Monte Pascoal] falou que foi realizada reunião com o objetivo de legitimar o território Pataxó e saber se a comunidade entende como o PARNA Monte Pascoal se insere nisso (Leitura dos indígenas: o território é nosso. O que vocês podem nos prover?); falou da elaboração de uma moção de apoio do Conselho para o Ministro da Justiça e MPF e de tentar construir uma no AVAAZ⁴⁹; disse que o Plano de Uso Tradicional foi pautado no acordo que foi elaborado para TI Raposa Terra do Sol (realidade muito diferente); disse que os indígenas não estão dispostos a abrir mão dos usos tradicionais (madeira para casas, caça etc), do impasse sobre a possibilidade de haver uso tradicional e da baixa probabilidade de haver acordo entre as partes. J. disse que L. L. critica a legitimidade do Conselho composto em sua maioria por indígenas que o proprietário rural deve ser considerado um ator local e levado em consideração para que não venhamos a resgatar a realidade que até então estávamos desconstruindo, na qual propriedades rurais, UCs e TIs são coisas separadas e não se comunicam; sugere que durante a renovação do Conselho, seja revista a sua composição. [Chefe do PARNA Monte Pascoal] faz a leitura da moção do Conselho para Ministério da Justiça e MP. P. D. propõe que as instituições que se sintam confortáveis, possam assinar a moção. Júnior sugere que questões delicadas como esta, sejam colocadas como ponto de pauta para que possa haver maior divulgação e participação (Ratificar a moção na próxima reunião, como aprovar uma moção que não havia na pauta). R. diz que o Conselho tem autonomia para aprovar ou não moções, em o que houver.

O consenso está presente nas falas pronunciadas na reunião. Porém, em entrevista com uma professora que realiza trabalhos ligados à Universidade Estadual da Bahia (UNEB) expõem algumas questões acerca da ausência dos indígenas no COMAPES:

[...] o assunto dos índios e de seu território não tem que ser tratado no conselho daqui, é de esfera Federal, sendo a FUNAI e o ICMBio e a Confederação de Caciques os principais envolvidos. Ali é um espaço de disputa e que, muitas das vezes, a pauta tratada é o principal causador do conflito. (professora, entrevista)

Pelo exposto acima, as divergências e os dilemas que fazem parte da gestão em Mosaicos, ou mesmo do âmbito das UCs, não tratam apenas da sobreposição de território ou mesmo da exclusão das aldeias do roteiro pré-estabelecido das oficinas. Mas, principalmente, de uma cadeia de acontecimentos que potencializam os conflitos, sendo imprescindível o entendimento de sua gênese (que será mais aprofundado no terceiro capítulo).

⁴⁹ Avaaz, que significa "voz" em várias línguas européias, do oriente médio e asiáticas, é uma comunidade formada virtualmente, lançada em 2007. Como diz no site, tem a missão "democrática: mobilizar pessoas de todos os países para construir uma ponte entre o mundo em que vivemos e o mundo que a maioria das pessoas querem". In: <http://www.avaaz.org/po/about.php>

2.4 Quem está dentro e quem está fora?

Como entender o mapa reconhecido pelos MAPES (figura 3), aqui interpretado a partir das contradições e dúvidas daqueles afetados por ele? Em que medida os ruídos desta comunicação interferem nos processos de territorialização em que a política é aplicada? Como estabelecer uma comunicação fluída que proporcione a implementação da política ambiental de Mosaico como fator agregador no território? Esta pesquisa não responde às questões aqui levantadas, mas apresenta pistas dessa interlocução e diferentes formas de representação de um mesmo território a partir do olhar estabelecido na figura 01, 02 e 03.

Detenho-me mais à figura 03, do mapa reconhecido pelo MMA enquanto um ‘mosaico de áreas protegidas’, seguindo o artigo 26 do SNUC. Este mapa foi publicado como segunda alternativa para o reconhecimento oficial do MAPES junto ao MMA, sendo o primeiro pedido de reconhecimento negado sob a justificativa do MMA de que o processo de demarcação territorial das aldeias não fora efetivado.

A discussão dada na reunião do MAPES em dezembro de 2009 girou em torno de duas posições: i) aceitar a justificativa do MMA e garantir o reconhecimento junto com aos demais pedidos; e ii) não aceitar tal justificativa, embasando que as demais UCs também estão em processo de redefinição territorial. A ata de reunião registra que o debate foi puxado pelo gestor da RESEX Corumbau, categórico em dizer que reconhecer o MAPES sem Terras Indígenas daria margem a “pessoas influentes que querem fechar a discussão do Mosaico no âmbito do SNUC, não compreendendo o mosaico como instrumento de gestão territorial, mas somente de integração de UCs, e depois de aprovado pode ser mais difícil inseri-las”. O contraponto foi feito a partir do momento que um dos conselheiros apontou para a necessidade de se pensar a homologação sem a autorização de todas as aldeias. O tempo foi fundamental para que tivesse a aprovação de todos na condução da homologação do MAPES sem as aldeias, como indicou o representante da Flora Brasil:

[...] destaca que não está defendendo o Governo, apenas considera ser mais prudente homologar agora e depois pleitear a inclusão das TIs. [RVS Rio dos Frades] diz que não deveria ser homologado agora, sem antes verificar a posição dos indígenas. [representante do Fórum Florestal] sugere que se busque a homologação o mais rápido possível, pois esse processo se estende há mais de três anos. [Flora Brasil] ressalta que teme acabar perdendo tudo o que já foi conquistado. [Representante da RESEX Corumbau], então, sugere que se busque a homologação sem as TIs, mas com a condicionante de que,

havendo resistência à inclusão futura das TI, este conselho já informa sua decisão de dissolução do Mosaico⁵⁰. (representante da Flora Brasil)

Pelo fato de não terem o acordo de todas as aldeias, ou mesmo da autorização da FUNAI e do MMA para incluírem as aldeias, o presente Mosaico foi homologado independente de o desenho territorial conter a delimitação sem as aldeias – o que para COMAPES foi considerado apenas um rito de passagem imposto pela urgência da burocracia.

Assim, o Mosaico foi homologado e encaminhado oficialmente ao MMA com a condicionante da futura inclusão das Terras Indígenas. Porém, como notado em campo e nas leituras das demais atas, o assunto não retornou à pauta e também não foi apropriado pelas aldeias, pois muitas não conheciam o objetivo do Mosaico e o que levaria as terras indígenas a serem parte dele.

Se por um lado, o exercício de repetir e reafirmar que só existe um mosaico de áreas protegidas, por outro, o território pensado a partir dos diferentes fragmentos não representa o que os indígenas reivindicam como seu território. Neste sentido, pode-se afirmar que a estratégia tendo como princípio a gestão integrada passa a ser considerado um instrumento de gerenciamento de crises locais, do que uma ferramenta de busca de soluções para o conflito (CARNEIRO et al., 2009).

⁵⁰ Ata de Reunião datada de 06 de dezembro de 2010. Acesso em: http://mapesbahia.files.wordpress.com/2010/12/101206_ata_reuniaocgmosaico1.pdf, acessado em 20 de junho de 2011.

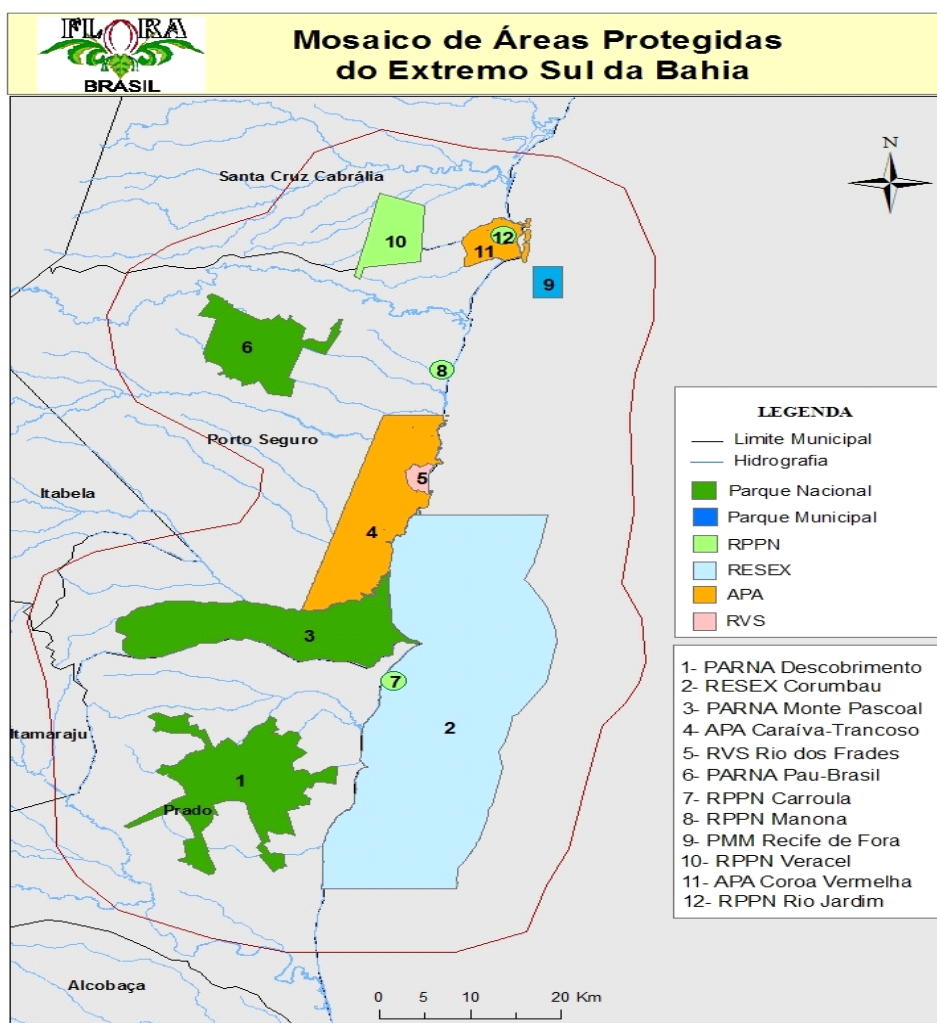


Figura 04: Mapa oficialmente reconhecido pelo MMA. Fonte: Flora Brasil/2011

As categorias utilizadas na leitura do mapa estão centradas no entendimento de limite e área de extensão. Estas por sua vez, dão o somatório das áreas das UCs mais a sua ‘zona de amortecimento’⁵¹. As UCs estão destacadas com as cores: verde (UCPI), laranja (APA), rosa (RVS), verde claro (RPPN) e azul (Resex). Como vimos na figura 03, a área delimitada para atuação do MAPES conta, além da área das UCs, com o somatório da zona de amortecimento, cerca de 100 metros, possibilitando a impressão de conjunto simétrico. Este somatório possibilita que a gestão seja integrada, a partir do momento que o que está dentro da linha vermelha e que não está identificado na legenda, seja o Mosaico.

Comparar o ‘mosaico de artes’ com a imagem formada na figura 03 resultaria em uma imagem de ausências. A composição permitida pela disposição dos fragmentos de Mata

⁵¹ Zona de amortecimento é uma categoria dos planejadores da política ambiental. De acordo com o SNUC, ela é “entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”.

Atlântica indica que as peças soltas necessitam de outras partes para formar um conjunto, ou seja, a imagem simétrica da gestão.

A metáfora trazida ao longo do capítulo estaria sem um sentido, pois o recorte dado somente de UCs no território traduz uma ação sem sujeito, em que os fragmentos da natureza (UCs) por si só representam o entendimento de território para a política. Em um termo comumente usado no “linguajar” da conservação, a criação dos Mosaicos é tida como um primeiro passo para pensar a conectividade, como foram inspirados os conceitos de Corredores Ecológicos e Reserva da Biosfera. Tais projetos visam o ordenamento da paisagem estabelecida pela conectividade das diferentes áreas protegidas. As ausências, ou seja, os vazios territoriais levantados na proposta da cartografia dos Mosaicos reconhecidos pós-edital 01/2005, refletem uma concepção ou até mesmo o firmamento de uma visão de natureza intocada. Assim, os Mosaicos seriam reconhecidos para que o perigo das ‘ilhas de conservação’ seja afastado. Porém, se esta prática de conceber os ‘Mosaicos’ somente a partir das UCs for consolidada, não teremos mais ilhas, mas sim o que pode ser entendido como um ‘arquipélago de conservação’.

Nota-se na figura 4 que a disposição das aldeias liga os municípios de Prado, Porto Seguro e Santa Cruz de Cabralia em simetria com a presença das UCs – em especial o Parque Nacional do Descobrimento e o Parque Nacional Monte Pascoal. Não apenas na dimensão física, política, mas também, acompanham os rios Cahy, Buranhu, Rio Mata Medonha, rio das Ostras e a faixa de manguezais. Pode-se concluir que as aldeias não se separam da área de influência das UC’s como também as próprias UC’s estão, em boa parte, na zona de vizinhança das aldeias indígenas.

O que gostaria de chamar a atenção nos croquis aqui trazidos é para a possibilidade de refletir sobre as questões lançadas no capítulo 2. Conceber a delimitação do ‘Mosaico’ da forma em que está posta no decreto que o regulamenta é instaurar a dupla exclusão daqueles que ali estão, ou seja, além de não reconhecer as Terras Indígenas enquanto áreas protegidas também desconhecem enquanto pertencentes aquele território. Todavia, a própria norma que o estabelece, reconhece as TIs enquanto zonas de amortecimento.

Pontua-se, por fim, que a elaboração do croqui do ‘Mosaico’ partiu de imagens de satélite. Ao se utilizar deste instrumento, o que se registra é a representação da ‘concepção macro e objetiva dos tomadores de decisão, utilizando-se de dimensões geofísicas e ecológicas’ que se distanciam do vivido (CARNEIRO, 2009).

Desta forma, ao se delimitar uma área de conservação ou mesmo a junção destas áreas em ‘Mosaico’, pode-se afirmar que o território seria “como uma área verde em uma página

em branco”, apagando ali todas as territorialidades presentes, se distanciando cada vez mais daqueles que são afetados pela implementação desta política (CARNEIRO et al., 2009, p. 283-84). Enquanto isso, aqueles que a implementam trabalham em um sentido que pode ser percebido como de “apaziguadores” de conflitos e da administração das áreas protegidas que ali se inserem, “levados a orientar o seu foco para as relações sociais e as crises que só são passíveis de ser observadas em uma escala local” (CARNEIRO et al., 2009, p. 284).

2.5 A questão ambiental na questão indígena: elementos para uma gestão integrada

A partir dos pontos aqui analisados, surge a necessidade de entender como se deram os conflitos evidenciados ao longo dos dois eventos etnográficos apresentados. O primeiro, da manifestação na BR 101, em que foi expressada a reivindicação do território e a articulação política e, o segundo, da realização das Oficinas, que evidenciaram as divergências entre o território vivido e construído socialmente pelos Pataxó e o exposto pelos técnicos enquanto noção política. Este será o mote do terceiro capítulo, que busca entender os diferentes ordenamentos territoriais e as construções sociais nele estabelecidas.

Após a realização da última Oficina em Cumuruxatiba e da informação que não haveria possibilidade de realizar a atividade na aldeia, busquei entender melhor como se deu o estabelecimento desta decisão e até que ponto as atividades do MAPES direcionavam-se para fora das áreas de atuação dos Parques. Foi a partir daí que se percebeu que, no caso do Parque Nacional do Descobrimento, o gestor da área assumiu o posto de ‘protetor’ daquele espaço.

De acordo a análise dos documentos oficiais do Parque, ocorreram algumas tentativas, para além do COMAPES, de buscar “solucionar” a questão. Um dos registros está no apêndice b da correspondência de nº 035/2011 do PARNA do Descobrimento enviada ao Dr. Juiz da Vara Única da Subseção, intitulado “Breve histórico e recomendações”. Neste documento é apresentada descrição da situação:

Em abril do ano de 2003, um grupo de pessoas se auto-intitularam indígenas da etnia Pataxó, invadiu o Parque Nacional do Descobrimento (PND) e posteriormente ocupou uma das margens do rio do Sul, setor norte da UC. A gestão na época retirou os invasores em um primeiro momento, mas os mesmos retomaram, vindo a consolidar através da construção de casas de madeira e abertura de roças, a chamada ocupação “Aldeia Alegria Nova”. Os mesmos reivindicam direito histórico, alegando que no passado foram expulsos da localidade pela empresa Brasil- Holanda que durante décadas explorou comercialmente a área através do manejo florestal. Posteriormente, o governo brasileiro comprou a referida área vindo a transformá-la no Parque Nacional do Descobrimento. Ainda em 2003 novas invasões

ocorreram [...] vindo a serem formadas as “Aldeias Pequi e Tibá”. No início de 2004, devido a conflitos internos, parte do grupo que compunha a “Aldeia Tibá” deslocou para a região do PND próximo a Ponta dos Moreira, vindo a formar a aldeia Cay.

Neste momento, segundo o documento, a chefia do Parque solicitou na Justiça a Reintegração de Posse que foi concedida ao IBAMA, porém, “o alto escalão do órgão solicitou seguidas suspensões temporárias da Ação, com vistas à tentativa de se chegar a uma solução negociada politicamente entre os atores e Órgãos envolvidos, no intuito de evitar possíveis conflitos no caso do cumprimento da decisão judiciária”.

Pelo conteúdo do histórico, esta comunicação se dá até o ano de 2005 com visitas regulares e o acompanhamento das ações dos indígenas. De acordo com uma das lideranças, a visita não era constante, e, com relação à fiscalização, indica que os chefes a faziam de carro, cortando as estradas abertas do Parque. A liderança indagou sobre esta ação, argumentando que “deste jeito não pega caçador mesmo, porque eles estão é na mata pra dentro e não vão ficar andando nas estradas”.

Inúmeros relatórios foram feitos a partir do contato com os indígenas, sendo estes apresentados nas comunicações oficiais constantemente como “invasores” e “supostos índios”. Em especial, apresento o histórico de 2011 que aponta o movimento de diálogo e também de recuo:

Até 2006, a gestão do UC no intuito de tentar minimizar e controlar em parte os impactos decorrentes monitorava e mantinha um diálogo mínimo com os indígenas, através de visitas regulares as referidas “Aldeias”, até que chegasse a uma solução definitiva para o conflito. Os principais impactos identificados a época diziam respeito à abertura de roças com uso do fogo em áreas de regeneração da Mata Atlântica, bem como a caça, disseminada em todas as “Aldeias”.

Continua o histórico, apontando o momento exato do rompimento do diálogo entre o a gestão do Parque e as aldeias:

A partir de 2006, a gestão da UC, tendo em vista a então falta de perspectivas de uma solução negociada politicamente (com a morosidade no processo de delimitação e homologação das TIs na região), optou por restringir o diálogo e contato com os indígenas, e a gestão da UC passou a investir prioritariamente nas vias judiciais, como por meio da AGU e na retomada da Ação de Reintegração de Posse, como forma de resolver o conflito. Deixou-se de visitar e monitorar a áreas do PND onde estão situadas as referidas “Aldeias”, bem como o uso dos recursos naturais existentes.

O trecho trata especificamente do período dos “Estudos Antropológicos para delimitação do território indígena”, da fase I. Sobre este período pouco se falou na Aldeia Pequi, em que fiquei mais próxima, tendo apenas dois episódios que fizeram o gestor do Parque mais próximo a eles.

Não deu para entender a ordem temporal, pois os fatos são relacionados ao longo das falas com a expressão ‘um tempo atrás’ ou mesmo ‘fulano que sabe certinho’. O primeiro foi uma foto tirada com uma câmera de captura de imagens de animais para pesquisa e levantamento da fauna existente na Unidade. De acordo com uma dos entrevistados, a foto foi tirada na área de coleta de sementes, por isso mostrava moradores da aldeia. Esta imagem está nos autos do processo, sendo utilizada a favor da tese que a chefia do Parque levantava: os índios são perigosos à integridade da Mata Atlântica. E, em outra oportunidade, em reunião para averiguação do uso de madeira para construção das casas.

O disciplinamento para morada naquelas terras passaria a ser regido pelas leis ambientais e pela própria concepção de território de Proteção Integral. Em especial, no primeiro ano de instalação das aldeias, foram enviadas várias correspondências do Parque aos órgãos responsáveis pela gestão – ICMbio em Brasília e a regional em Porto Seguro – informando sobre as “invasões” ocorridas.

Este movimento vem contestando os conflitos surgidos, neste caso específico entre os legisladores ambientais e os indígenas. Entre diálogos desencontrados, a questão indígena que remete aos direitos territoriais passa a ser dada como uma “questão ambiental”. Este ponto reflete com maior ênfase no momento que a presença indígena naquele território se torna “perigosa” à “integridade” da Mata Atlântica.

Esta situação, como também o caso do Território Barra Velha, vem sendo intensamente debatida pelos órgãos responsáveis (FUNAI e ICMBio/MMA), com proporções diferenciadas em nível local e territorial. Se até aquele momento as reivindicações das famílias pairaram pela questão da terra, agora passariam a ser relacionadas ao território. Contudo, esta transição de discursos que deram base ao movimento de resistência entraria em colisão com um órgão ambiental gerido por questões ambientais.

Sobre este deslocamento, é necessário atentar que há uma recente redefinição da chamada “questão ambiental” que envolve, além das práticas que competem a agentes sociais diferenciados, o reconhecimento de ‘dimensões simbólicas’ peculiares destas relações com os recursos naturais (ALMEIDA, 2004). Esta reconceituação, por sua vez, aponta para novas modalidades de percepção destes antagonismos em torno do acesso dos recursos naturais.

Diante deste contexto, a “questão ambiental” analisada apenas sob uma ótica da dimensão natural não caberia, visto que no advento da última década as categorias de afirmação de uma existência coletiva trazem para o campo de significado da “questão ambiental” elementos identitários (ALMEIDA, 2004, p. 169-170).

Seguindo o pensamento de Almeida, o conflito envolvendo os enfretamentos e tensões entre os Pataxó na região do Prado passaria a ser de outra ordem e em tempos distintos daquele em que a “questão ambiental”, através da categoria terra, era considerada indissociável dos problemas agrários, como ocorreu no final da década de 80 com a união ao movimento pela Terra. E da importância de ser vista hoje absorvendo o entendimento da noção de território, pois ela se revela adstrita a fatores étnicos (ALMEIDA, 2004). Pode-se apontar que no momento das *retomadas* são estabelecidas novas formas de organização dos grupos sociais, sendo da afirmação da identidade Pataxó. A colisão se dá com a imposição de novas fronteiras que são estabelecidas pelo órgão ambiental lidas a partir do quadro natural, estas, por sua vez, sobrepondo as estabelecidas pelos Pataxó.

Se por um lado a FUNAI, órgão responsável em representar as aldeias indígenas ao longo de seis anos junto a AGU, argumentou com base em elementos identitários, afirmando a existência coletiva a partir do histórico da presença dos Pataxó no extremo sul da Bahia, por outro, a visão do quadro natural imperou nos argumentos pautados pelo ICMBio. O referido órgão justifica que a área precisa ser protegida e conservada, pois é um “Parque Nacional cuja importância se faz pela relevância de seu ecossistema, sendo uma região prioritária para conservação”. Indica, ainda, que sua área de 21.129 hectares é uma das últimas áreas cobertas por vegetação de Mata Atlântica em bom estado, sendo o segundo maior fragmento de Mata Atlântica do Nordeste.

Se por um lado os enfretamentos com o ICMBio ocasionados pela reivindicação ao direito à *mata* até os anos 2000 girava timidamente em torno dos direitos territoriais e da afirmação étnica, por outro, há um deslocamento no sentido dado àquele território após a criação do Parque Nacional do Descobrimento. E, o fato este implícito à noção de *reserva* acionada em campo e incorporada pelos indígenas. Assim, é unânime entre as lideranças das aldeias que não se pode pensar o território sem a *reserva* (enquanto espaço de preservação), mas esta não se separa da terra *para plantação e para a sobrevivência do índio*.

Tempos depois, após vários anos de discussão sem chegar a um consentimento por parte da FUNAI, ICMBio e INCRA, a AGU concedeu a reintegração de posse ao ICMBio, sendo esta não aceita pela FUNAI e, dois anos depois, suspensa.

É importante frisar que o caso até então percebido como “sobreposição de territórios” (TI e UC) para o Processo de Conciliação passa a ser tratado como “sobreposição de interesses” (seja este ambiental pelo ICMbio, agrário pelo INCRA e étnico pela FUNAI), promovendo não apenas a ‘ambientalização do conflito’, mas moldando os discursos locais de outros atores invisíveis neste debate em nome da “integridade” da Mata Atlântica. O termo “integridade” é usado constantemente pela gestão do Parque Nacional do Descobrimento ao longo das correspondências que fazem parte do processo aberto pelo ICMbio com relação à “questão indígena” no Parque. Dá indícios que os índios residentes no Parque trariam “malefícios irrecuperáveis à Mata Atlântica” – como averiguado no Memorando 024/11 PND/ICMbio/BA enviado à presidência do órgão e reafirmado em ofício de número 035/11 PND, enviado ao Juiz Federal da Vara Única da Subseção Judiciária de Eunápolis.

Após cinco anos da formação das aldeias no Parque, a luta pelo reconhecimento passa a ser discutida nas esferas federais – ICMbio, INCRA e FUNAI. A notícia da abertura do processo de estudo de identificação da Terra Indígena Comexatiba (Pequi Cahy) movimentou a vila de Cumuruxatiba.

Constata-se que a ação de retomada de estratégias de ‘proteção’ da Mata Atlântica se intensificou, envolvendo áreas particulares através da criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). A ONG Flora Brasil foi uma das grandes responsáveis por esta articulação, pois através de projetos de intervenção, possibilitou a criação de mais Reservas – o que pode ser interpretado como, também, uma estratégia de “proteção” das terras.

Hoje, no extremo sul da Bahia, são 11.436 indígenas, dentre estes, 5839 homens e 5.597 mulheres. Em Prado, são reconhecidas: Aldeia Alegria Nova, Aldeia Barra do Cahy, Aldeia Corumbauzinho, Aldeia Craveiro, Aldeia Córrego do Ouro, Aldeia Pequi, Aldeia Tauá, Aldeia Tibá, Terra Indígena Águas Belas. Recorrendo a um paralelo com os dados do Censo Demográfico de 2010, o povo Pataxó compõe uma população de um total de 13.588 habitantes, sendo 6.982 homens e 6.606 mulheres.

Em relação à população em Território Indígena homologado, sendo na Bahia um total de seis, são registradas as aldeias Águas Belas (232 hab.), Aldeia Velha (928), Barra Velha (3.064), Coroa Vermelha (3.541), Imbiriba (397) e Mata Medonha (874) (IBGE, 2012).

Como visto nos dados demográficos é pertinente ressaltar nesse trabalho que a população indígena no extremo sul é muito superior aos olhos daqueles dos operadores das políticas públicas.

Entre Aldeias

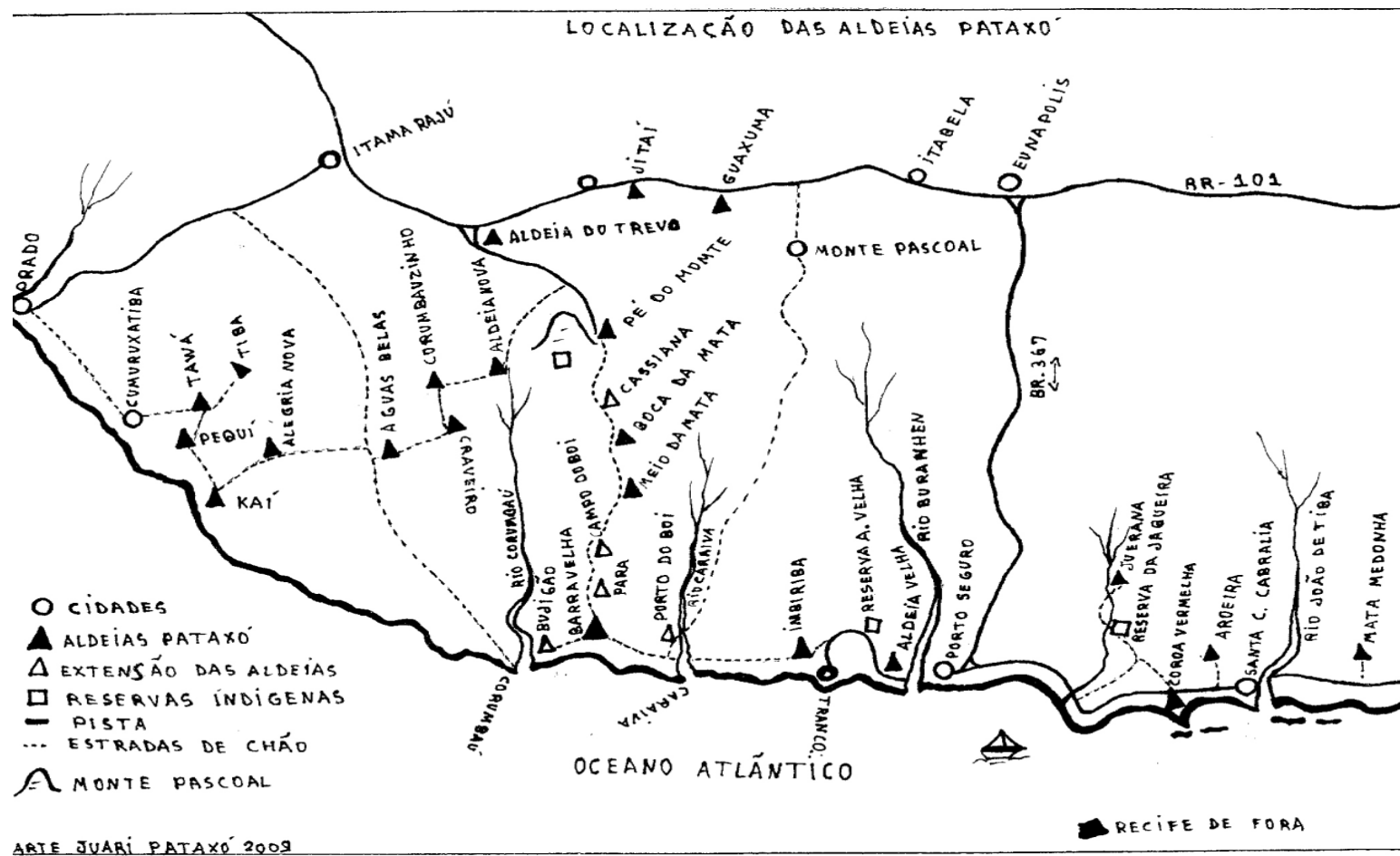


Figura 05: Arte Juari Pataxó. Aldeias Pataxó do extremo sul da Bahia. Fonte: PINEB/2011

CAPÍTULO III – OS PATAXÓS, A POLÍTICA AMBIENTAL E O CONFLITO NAS TERRAS DO ‘DESCOBRIMENTO’

As reflexões que compõem este capítulo surgem das inquietações do momento que retornei ao campo pela segunda vez, reforçadas ao longo da minha participação nas oficinas realizadas nas aldeias. A ideia central deste capítulo é entender, a partir da formação das aldeias indígenas no extremo sul, como o conflito vem se remodelando em diferentes momentos históricos a partir da construção da questão ambiental.

Busco com este capítulo historicizar como se deram os diferentes ordenamentos territoriais no extremo sul da Bahia. Em especial, foco na aldeia de Barra Velha, em Porto Seguro, e nas aldeias formadas em terras de um Parque Nacional, em Prado. Os trabalhos aqui revisitados foram baseados em levantamento de documentos históricos e relatos orais envolvendo três fatos cruciais na vida das famílias Pataxó: o aldeamento compulsório, o *fogo de 51*, e a implantação de Parques Nacionais (sendo o primeiro o Parque Nacional do Monte Pascoal, em 1961, e o segundo o Parque Nacional do Descobrimento, em 1999)⁵².

Buscando romper com uma possível ‘etnologia das perdas’ não atualizarei a violência presente nos relatos dos viajantes, mas evidenciar os pontos que repercutiriam transformações e causou grandes deslocamentos nas famílias aqui seguidas. A partir das pesquisas realizadas no extremo sul da Bahia e, de forma complementar, mobilizando as entrevistas e relatos orais dos Pataxó, evidencio os processos de “territorialização”. Para tal, entende-se por processos de territorialização, como proposto por Oliveira Filho (1999),

[...] o movimento pelo qual um objeto político-administrativo – no caso as comunidades indígenas – vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (Oliveira Filho, 1999, p.21).

Valendo-se ainda das contribuições de Oliveira Filho (1999), destaca-se que os as populações indígenas que hoje habitam o Nordeste advêm de culturas autóctones que foram envolvidas em dois processos de territorialização distintos. Um deles localizou-se na segunda metade do século XVII e nas primeiras décadas do século XVIII, ligados às missões religiosas

⁵² Mesmo não aparecendo com tanta ênfase em campo, outro fator que contribuiu para o ordenamento atual e, consequentemente, para as tensões sociais foi a instalação de áreas de plantio de eucalipto de empresas multinacionais de celulose. Ainda, visando romper com uma possível ‘etnologia das perdas’ (Oliveira Filho, 1998), não atualizarei a violência presente nos relatos dos viajantes, mas evidencio os pontos que repercutiram transformações e causaram os deslocamentos de dezenas de famílias.

(instrumento importante da política colonial, da expansão territorial e finanças da Coroa), e outro, ocorrido também neste século, é associado à agência indigenista oficial.

Os índios⁵³ aqui denominados Pataxó têm sua origem a partir do aldeamento compulsório imposto em 1861, no extremo sul da Bahia, por determinação do presidente da Província da Bahia, hoje denominada Aldeia Barra Velha. Como referência de sua história e origem, os Pataxó a concebem como Aldeia Mãe, ou seja, onde a história de vida e luta deste povo deu início. Denominada primeiramente como Belo Jardim Monte Pasqual, tinha como objetivo principal conter os constantes conflitos entre os “regionais” e os índios. Entre 1861 e 1943, viveram concentradas nesta aldeia várias etnias como os Botocudos, Kamakã, Meniã, Massajais, Aimoré, Tupiniquim e Pataxó, tendo esta última prevalecido sobre as demais. Ao longo destes anos, viveram isolados de qualquer contato mais regular com os ‘não índios’, a não ser com os pescadores e pequenos comerciantes ali existentes (CARVALHO, 1977, SAMPAIO, 2000, SOTTO-MAIOR, 2005).

Segundo Carvalho (1977), os Pataxó viveram ao longo deste período sem registros de intervenção do Estado e apoio de organizações governamentais ligadas a questões indígenas. Porém, o que viria a marcar a vida dos Pataxós de Barra Velha, fato que intensificou o conflito prolongado até o presente momento, foi a chegada de Dr. Barros – um engenheiro conhecido pelos índios mais velhos de Barra Velha – com um grupo de oito homens para, conforme relatos dos Pataxó, demarcar as terras indígenas de Barra Velha.

Após o trabalho realizado e as estacas fincadas pelos próprios índios⁵⁴, chegou a notícia de que a área demarcada não poderia ser trabalhada e, tampouco, habitada, pois havia se tornado o Parque Monumento Nacional de Monte Pascoal, de acordo com decreto nº 12.729 de 19 de abril de 1943 (LARANJEIRAS, 2000; SOTTO-MAIOR, 2005). Com isso, o conflito se instaura.

3.1 O fogo de 51

Tiros, violência física e morte assombraram os índios de Barra Velha em 1951, rondando, até hoje, as lembranças daqueles que viveram o chamado fogo de 51. O que se

53 O uso da categoria índio será aplicado nesta dissertação seguindo os passos de Dourado (2009), que aponta o entendimento com a consciência das suas limitações e das implicações do significado genérico e também jurídico do termo.

54 De acordo com um agente social que fez parte da equipe, os índios foram contratados por um valor irrisório, correndo risco de vida, pois a área demarcada percorre o Monte Pascoal, com ribanceiras. Ainda, que passaram fome e sede, ficando dias no meio da mata.

pode aventar é que a expressão fogo de 51 tem seu significado ligado ao desenho que os tiros de rajadas, como também, o fogo ateado na aldeia para expulsar os indígenas que ali moravam. Sobre este evento, detalho ao longo da sessão.

Alguns autores trazem a interpretação de alguns indígenas que ligam este fato violento à instalação do Parque Nacional do Monte Pascoal, demarcado em 1946, pelo fato de ter sido o ano em que foi registrada a presença de alguns funcionários do governo dizendo que o trabalho ali feito estaria relacionado à demarcação da Terra Indígena. Mas recaem principalmente na forma com que os índios eram vistos pelo Estado, sendo um problema na efetivação da criação do Parque (CARVALHO, 1977; SAMPAIO, 1999; GRUNEWALD, 1999; KOHLER, 2005; BATISTA, 2003).

A história acerca do que culminou com o *fogo de 51* tem início com a expedição feita pelo Capitão Honório, liderança pataxó que também perdeu suas terras para o Parque, juntamente com outros indígenas rumo ao Rio de Janeiro e, logo depois, a Brasília para buscar informações junto ao Serviço de Proteção Indígena (SPI). Após uma longa viagem, retorna à Barra Velha dizendo aos demais indígenas que havia estado no SPI com agentes do governo, afirmando que resolveria a situação. No seu retorno, traz consigo dois homens de identidade até aquela data desconhecida. Após conquistar a confiança de todos na aldeia, estes dois indivíduos convenceram alguns índios a saquearem a mercearia do povoado vizinho, Corumbau, município de Prado. A ação desencadeou uma forte e violenta reação dos moradores locais e da Polícia Militar de Prado e Porto Seguro (CARVALHO, 1977, SAMPAIO, 2000, SOTTO-MAIOR, 2005).

Laranjeiras (2000), a partir dos relatos orais dos *Pataxó*, conta que, num primeiro momento, a delimitação do Parque era destinada aos índios de Barra Velha, mas que, com o acontecido em Corumbau e com a morte de Rondon e Getúlio Vargas – na época vistos como ‘protetores dos índios’ – o Parque foi passado para o IBAMA. Apresenta, ainda, que

[...] após as arbitrariedades policiais sofridas pelos Pataxós nos anos cinquenta, assumiria a tarefa de “perseguir os índios e tomar suas terras, como vem fazendo até hoje”. De fato, após mais de uma década em que existiu apenas “no papel”, o Parque Nacional de Monte Pascoal foi finalmente implantado em 1961 (LARANJEIRAS, 2000, p. 38).

O trecho abaixo é transcrito por Cunha (2010) em seu trabalho de mestrado sobre o *Fogo de 51*, presente na oralidade e memória Pataxó. A partir de um trabalho de escola dos filhos daqueles que viveram o episódio, conta:

‘No ano de 1951 aconteceu uma guerra muito triste em Barra Velha. O capitão da aldeia, Honório Ferreira, três Pataxó e outros, viajaram até o Rio de Janeiro para reivindicar seus direitos. O tal Rondon falou que iria tomar as devidas providências enviando engenheiros para demarcar nossas terras. Então, Honório e seu grupo, ao retornarem de viagem, vieram acompanhados de dois homens brancos que diziam ser engenheiros e que iriam demarcar as terras. Os dois homens chegaram à aldeia iludindo os índios para roubar a venda do senhor Teodomiro. Os índios receberam-nos inocentemente, sem saber o que poderia acontecer. Pegaram Teodomiro, amarraram, carregaram, jogaram na praia e roubaram toda mercadoria. Por uma coincidência, ia passando um homem e perguntou: o que está acontecendo? Ele disse: foram os índios que fizeram isso comigo. Este homem foi até a linha de telégrafo e comunicou a polícia de Porto Seguro e Prado. Quando eles perceberam isso, cortaram toda linha para que não houvesse mais comunicação. No dia seguinte, de madrugada, os policiais chegaram já atirando. Teve até troca de tiro entre os policiais de Prado e Porto Seguro, que pensaram que os tiros vinham dos índios, e acabaram morrendo nesse tiroteio muitos índios e policiais. Quando os policiais perceberam que não eram os índios que estavam atirando, juntaram suas forças para atacar. Foi assim que começou o massacre do nosso povo. Estupro de mulheres e espancamentos, crianças morrendo nas pontas das baionetas e muitos índios fugindo para a mata, para se esconder. Foi terrível esse massacre e até hoje o nosso povo chora quando os mais velhos contam essa história tão triste e violenta. Os índios que se esconderam nas matas ficaram muito tempo ali. Maria Calango era uma benzedeira que tinha até o poder de esconder as pessoas e objetos [...]’. (CUNHA, 2010, p. 65)

Tal como o trabalho de Cunha (2010), Batista (2003) também constrói seus argumentos entendendo o *fogo de 51* como causador da ‘diáspora’ dos indígenas de Barra Velha. Porém, o próprio conceito não é problematizado, mas sim operado como denominador comum para uma análise baseada em perdas culturais e de resignificação do ‘ser Pataxó’ hoje.

Em Grunewald (2007), que tem uma postura reflexiva sobre o processo, o fato é trazido como um movimento social concreto vivido por estes grupos que, em determinado momento histórico, fugiram de Barra Velha, se espalhando pelas matas da região. Além disso, reflete que o estabelecimento de muitas famílias em determinados locais (tal como Cumuruxatiba) deu origem a outras aldeias.

Sobre esta questão, em campo foi me contada essa história por seu Antonio Máximo, senhor de 80 anos que vivera o acontecido. Piro, neto de Seu Antonio, ao lembrar o ocorrido juntamente com o avô, chamou a atenção para a urgência de uma leitura atual do ocorrido por parte dos pesquisadores:

Na primeira reunião com as principais lideranças Pataxó [em Brasília], foi perguntado sobre os estudos que estão fazendo sobre o massacre do Fogo de 51. Aí eu falei sobre o massacre do Fogo de 51 e que as histórias só falam, mas que o Estado tem que ser punido sobre isso. Depois disso, mostrei para outro advogado e que isso deveria sair do papel. Ele mostrou que tem um e-mail que diz sobre os Pataxó e que tem uma comissão. Nós fomos os primeiros a ter massacre, porque nos ajudamos muito sobre o direito, e os quilombolas também, estes foram escravizados, eles foram acorrentados e massacrados. Eles querem que os índios fiquem calados, mas nós sofremos e muitos morreram. Toda esta história está contada nos livros do povo Pataxó – Raízes e Vivências Pataxó, nos trabalhos de faculdade e nas cartas, mas só contam. Mas esclarecer, investigar ninguém faz. Na verdade, ninguém procurou o culpado. Por que as aldeias se dividiram? O Pataxó poderia estar no território Barra Velha, pegando Cumuru, Caraíva. Tudo poderia ser um território (P.P. Professor de Cultura, entrevista cedida em ago/12).

Em sua fala, o professor chama a atenção para a importância de contar esta história e entendê-la como ação proveniente do Estado. Esta ação foi pensada por alguns atores como uma das maiores violências vividas pelos Pataxós do extremo sul da Bahia, levando assim os Pataxó a se dispersarem pelas matas.

Há dois elementos que podem ser identificados a partir do exposto. O primeiro se trata do conceito de ‘diáspora’ que envolve duas análises que se completam acerca do fogo de 51; e o segundo é a leitura deste fato enquanto deslocamento dos Pataxó a partir do fogo de 51. Com relação ao primeiro ponto, Grunewald (2007), a partir de Radhakrishnan (1996), expõe que é importante levar em consideração que a locação diaspórica é o espaço do hífen que tenta coordenar, dentro de um relacionamento em elaboração, a política de identidade do lugar de origem de alguém com a do lar presente desse alguém (RADHAKRISHNAN, 1996, apud GRUNEWALD, 2007, p.51). Para tal análise, ele pontua que logo depois do fogo de 51, o Pataxó:

[...] passou a ser índio, e depois a índio brasileiro, depois a Pataxó de Barra Velha ou de outras aldeias — o que não é a mesma coisa, pois, ainda segundo Radhakrishnan, deve-se atentar para o olhar do Pataxó que ficou na “aldeia-mãe” e para aquele que saiu para outro lugar onde construiu vida nova e sob o qual recai o estigma da perda de autenticidade (GRUNEWALD, 2007, p.51).

Para o autor, é difícil pensar nas identidades dos Pataxó que fundaram outras aldeias pelo seu aspecto diaspórico, uma vez que o sentimento de ligação à terra dos povos que sofreram a diáspora se perdem. Afirma o autor que a formação de novas aldeias por aqueles que saíram de Barra Velha não mudou o sentimento de “se sentir Pataxó Meridional, isto é, originários de Barra Velha e matas do Monte Pascoal e afirmar que os novos territórios

ocupados sempre foram áreas de circulação indígena no passado” (GRUNEWALD, 2007, p.52).

Com relação à categoria *retomada* – tão presente nos processos do ICMbio e FUNAI e que causam disfunções em seu entendimento –, ela aqui é explicada como sentimento de tomar para si e para o coletivo o que antes os pertenciam, território. Como Grunewald, esta análise não percebe no deslocamento dos Pataxó durante o fogo de 51 enquanto causador de uma diáspora Pataxó. Mas sim enquanto “movimento de dispersão de sua população de um lugar originário” (GRUNEWALD, 2007, p.52). Partindo deste entendimento, desconstrói a visão de que o fogo de 51 causou uma ruptura na história destas famílias indígenas que se “aculturam” e “perderam” a sua cultura.

Por outro lado, a análise trazida por Carvalho (1977) promove certo desconforto, pois afirma que os fatos da inexistência de fontes bibliográficas sobre estes povos e o desconhecimento da literatura indígena até este evento dão subsídios para considerar que “se não fora o movimento de 1951, talvez ainda hoje a sua existência fosse ignorada, continuando a ser considerado um grupo extinto” (GRUNEWALD, 2007, p.89).

Para a demarcação deste território enquanto pertencente aos Pataxó, muitas são as afirmativas trazidas pelos próprios indígenas. Como afirma Josué, liderança da Aldeia Pequi, “na lógica é para o Pataxó é estar de Caraíva e Barra Velha, onde estão os troncos velhos. Prado e Porto Seguro são as duas cidades que os índios estão vivendo. Eles querem apagar na memória do Povo Pataxó”.

Os *troncos velhos*, para Josué, é um dado do presente – diferentemente do que Oliveira Filho (1999:27) apresenta como metáfora que conecta as gerações do passado e do presente em uma situação colonial. Os ‘troncos velhos’ neste caso não têm o seu sentido ligado a uma suposta continuidade histórica, mas sim deve ser percebida, tal como propõe Said (2001), enquanto uma ‘leitura em contraponto’. O autor chama a atenção para a ‘leitura em contraponto’ quando é necessário se ater à percepção para entender o que está envolvido quando no acionamento da referência dada a esta categoria neste momento atual. A ‘leitura em contraponto’ deve ‘ser considerado ambos os processos, o do imperialismo e o da resistência a ele, o que deve ser feito estendendo nossa leitura dos textos de forma a incluir o que antes era forçadamente excluído’ (SAID, 2011, p. 122 e 3).

Como notou-se no início do capítulo, o povo Pataxó teve sob sua proteção vários povos – bocotudos, maxacalis, tupinambás –, levando a se constatar que por isso os Pataxós

devem ser vistos como povos pluriétnicos. O que se constata é que por meio de uma cultura de resistência⁵⁵, tal como afirmou Said, que a história se faz.

3.2 Quando a *mata* se torna Atlântica: diferentes ordenamentos

Os conflitos causados com a instalação do Parque Nacional do Monte Pascoal repercutiram e se intensificaram pós *fogo de 51*. Mas apenas após os desdobramentos da Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida em 1975 em Salvador, foi assinado um termo de cooperação entre a FUNAI e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) com objetivo de gerar estudos que subsidiassem programas de assistência e desenvolvimento aos povos indígenas do estado da Bahia. No entanto, os estudos produzidos pela UFBA não foram oficialmente reconhecidos pela FUNAI, o que levou à rescisão do convênio pela Universidade em 1981 (SAMPAIO, 2000).

Logo depois, a FUNAI e o antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) selam um acordo com relação ao território demarcado como Parque. Este acordo indicou que a área cedida ao órgão indigenista seria de 8.627ha, instalando ali o território de Barra Velha, passando a ser de responsabilidade do antigo IBDF toda a área de costa e os manguezais junto ao estuário do rio Corumbau, atual município de Prado. Esta decisão impediu o uso e o acesso aos recursos naturais pelos índios, sua quase única fonte de proteína (SAMPAIO, 2000). O autor coloca que mesmo com as reivindicações contrárias dos Pataxó, tendo como central a redução de grande parte de seu território e as restrições de uso das áreas do Parque fundamentais para sua reprodução social, a área foi demarcada ainda em 1980 e, em setembro de 1982, a FUNAI a reconhece como TI através da portaria 1393/E de 01 de setembro de 1982.

Submetida ao parecer do Grupo de Trabalho interministerial criado pelo Decreto de nº 94945/87, em sua resolução de 02 de julho de 1988, a área é reconhecida como “de posse imemorial indígena”, sendo denominada “Colônia Indígena Barra Velha”, vindo a ser homologada pelo Decreto presidencial nº 396 de dezembro de 1991 (SAMPAIO, 2000).

Dois meses depois do reconhecimento do *território imemorial* indígena, a FUNAI constitui um novo GT⁵⁶ para realizar os estudos de revisão dos limites da TI de Barra Velha

⁵⁵ O autor divide o que chama de “cultura da resistência” em dois períodos. Primeiro, a resistência primária, sendo a luta contra a opressão colonial; seguida da resistência ideológica. Nas leituras pós-imperiais do chamado terceiro mundo, o nativo outrora silencioso fala e age em território tomado do colonizador. Neste sentido, pode-se dizer que eles têm, enfim, a noção de serem prisioneiros em sua própria terra.

através da portaria nº 685. Cinco anos depois, após várias interrupções nos trabalhos de campo do GT e inúmeros pedidos de prorrogação do prazo de entrega do relatório, é destituído o GT através das portarias da Presidência da República nº 92 de janeiro de 2005 e nº 377 de março do mesmo ano, e instituindo pela nova portaria de nº 376 o GT de fundamentação antropológica para revisão dos limites da TI de Barra Velha e identificação de Corumbauzinho, sendo prevista, também, a criação de outro GT para a região de Cumuruxatiba, Cahy e Parque Nacional do Descobrimento (SOTTO – MAIOR, 2005).

A morosidade do aparato burocrático e dos trâmites que institucionalizaram a nova demarcação resultou em vários momentos tensos e desmobilização da comunicação oficial do caso. Os índios não aderiram à decisão de redução do seu território e retomaram toda a área reconhecida por eles como “território Barra Velha”.

A justificativa usada por Sotto-Maior (2005) em relação à dispersão das aldeias Pataxó indica que a partir do século XX, o extremo sul da Bahia, mais especificamente Porto Seguro e Prado, foram objetos de diferentes projetos de povoamento. A crescente expansão nacional sobre as aldeias fez com que os indígenas residentes entre o rio Cahy e rio das Ostras e, também na Vila de Cumuruxatiba, buscassem abrigo em outras matas, hoje Parque Nacional do Descobrimento. Isso se intensifica a partir da segunda metade do século XX com a atividade madeireira e a ocupação da costa litorânea por ‘não indígenas’, estimulada pela navegação de cabotagem.

Se até a década de 1930 o povoamento na região era ‘esparso’, nas décadas seguintes há uma mudança radical neste contexto. Isso se dá a partir das décadas de 1950 e 1970 quando a região foi marcada por grandes doações de áreas tituladas pelo Estado da Bahia, intensificando a ocupação não indígena no interior, onde havia a concentração de matas. Em especial, na Vila de Cumuruxatiba e sua alta da atividade madeireira, a construção do Píer – que tinha por objetivo o escoamento da areia monazita⁵⁷ – passou a ser usado praticamente para o escoamento de madeira. Com isso, novamente os índios que viviam nas áreas dos rios

56 Hoje, o procedimento de regularização de uma de uma terra *tradicionalmente ocupada* é regido de acordo com o Decreto 1775/96, e constituído em cinco etapas a partir da publicação, no Diário Oficial da União, da portaria de constituição do Grupo Técnico multidisciplinar, sendo elas: i) identificação e delimitação, baseada em Relatório Circunstanciado assinado pelo antropólogo-coordenador do GT, com resumo no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado; ii) declaração, que consiste na assinatura da Portaria Declaratória pelo Ministro de Estado da Justiça, após o período de contraditórios; iii) demarcação física; iv) homologação pelo Presidente da República e, v) registro na Secretaria do Patrimônio da União do Mistério da Fazenda (SPU) e no Cartório de Registro de Imóveis (CRI).

57 Monazida é um mineral amarelo, muito denso e que aparece formando um enorme tapete em certas marés ocorridas na passagem da “lua-cheia”, que o arrasta das falésias junto a outros minerais, como a ilmenita e a zirconita, deixando-os à vista na beira da praia, cuja semelhança faz associá-lo ao ouro em pó. Cumuruxatiba foi pólo de grande jazida ao longo das décadas de 60 e 80, deixando de ser explorada na década de 90 (BATISTA, 2003, p. 261).

Cahy, Palmeira, Ribeirão e rio do Peixe foram pressionados a se deslocarem para fora de seu território (SOTTO-MAIOR, 2005, p. 26 -27).

Nessa época ocorrem grandes transformações no ordenamento territorial do extremo sul da Bahia, tendo como mote central a construção da BR 101. A viabilização da BR foi estratégica, pois a partir dela deu-se a entrada de empresas multinacionais de plantio de eucalipto, com ordenamento sem um planejamento provocando ainda mais a concentração de terras e impactos irreversíveis às áreas de mata (ARAUJO, 2007).

Porém, no final da década de 1970 se consolida, em todo o país, um “novo indigenismo” capaz de contrapor o modelo indigenista estatal republicano, “de inspiração militar e de embasamento jurídico-legal tutelar, formado por quadros de extração acadêmica ou religiosa progressistas reunidos em organizações não governamentais”, como aponta Laranjeiras (s/d, p. 8). No Nordeste, a retomada deste processo foi analisada por alguns estudiosos como *etnogênese e emergência étnica*⁵⁸.

De acordo com Oliveira Filho (1999), isso se dá pelo fato de que no Nordeste, diferentemente da Amazônia, em termos de território e ocupação, as áreas foram incorporadas por fluxos colonizadores anteriores. E as questões emergentes aos povos que nesta região habitam se mantêm especificamente nas esferas fundiárias e de intervenção assistencial. O autor conclui que, se na Amazônia o maior desafio é proteger os territórios indígenas, no Nordeste está em restabelecê-los, promovendo a “retirada dos não-índios das áreas indígenas, desnaturalizando a “mistura” como única via de sobrevivência e cidadania (OLIVEIRA FILHO, 1999, p. 18).

Entre 1987 e 1989, há uma formação e estruturação do MST no extremo sul da Bahia e a luta pela reforma agrária movimenta a região de Prado (ARAUJO, 2007). Desencadeia neste momento a organização dos trabalhadores rurais, assim como de indígenas que se encontravam fora da aldeia de Barra Velha, mais especificamente na vila de Cumuruxatiba. Com isso, vários conflitos se deram, inclusive armados e com violência, por parte dos “fazendeiros” e pistoleiros. A forma de se pensar a terra começa a mudar, e este período passa a ser considerado fundamental, visto que o movimento foi “apontado como uma das forças inibidoras do crescente processo de concentração de terras na região” (ARAUJO, 2007, p. 28). A partir desse momento, novos instrumentos de luta se somam à luta Pataxó pelo

58 O processo de etnogênese seria aquele em que: “[...] grupos indígenas de há muito envolvidos por processos coloniais e desautorizados enquanto tais pelos ditames da política indigenista estatal e das ideologias de mestiçagem dominantes nas concepções vigentes sobre a formação nacional brasileira, organizam-se na revitalização de suas identidades, de suas “culturas” próprias e na reivindicação de direitos territoriais longamente esbulhados (LARANJEIRAS, s/d, p. 8)”. Acesso: http://www.anai.org.br/povos_ba.asp em 10 de agosto de 2013.

território com determinadas formas de legitimar-se enquanto dono daquelas terras. Foram várias tentativas de ‘ocupação’ das fazendas já postas, inclusive da Fazenda Bralanda⁵⁹, empresa responsável por atos de violência e expulsão das famílias Pataxó da região do Cahy (SOTTO-MAIOR, 2005).

Em 1986, são reconhecidos os assentamentos Cumuruxatiba e Rio das Ostras⁶⁰, formados por famílias não-indígenas e indígenas. A participação dos indígenas foi interpretada por Batista (2003) como uma tentativa de recuperar suas terras, porém não resolveu a questão do direito ao seu território e seu modo de vida. Não ocorrendo a adaptação da vida em lotes e a distância do rio, muitas famílias abandonaram suas terras ou mesmo venderam para especuladores (SOTTO-MAIOR, 2005).

Em Araújo (2007), são analisados os dados do MST sobre o período de estruturação e formação do movimento na região de Prado e pode-se entender melhor como se deu a luta pela terra. Porém a autora não apresenta, explicitamente, a presença dos Pataxó neste trabalho. De acordo com ela, ocorreram cinco tentativas de ocupação e reocupação⁶¹ na região de Prado. Em 1988, ocorreu a primeira na Fazenda Três Irmãos – reocupação envolvendo 300 famílias, numa área de 1262 ha, com 44 assentados; a segunda, na Fazenda Corumbau, com uma área de 2.741ha, em ação de reocupação envolvendo 800 famílias. As outras duas tentativas ocorreram em 1989, sendo a primeira na Fazenda Sapucaeira, uma ocupação de 800 ha, em ação envolvendo 1500 pessoas, e segunda relacionada ao conflito maior foi a ordem e execução de despejo pela Polícia Militar⁶².

Os enfrentamentos não cessaram depois dos assentamentos criados, pois muitas das famílias indígenas que saíram dos assentamentos retornam para a área de mata, mesmo escassa e de propriedade de empresas. Os conflitos se intensificam na área até então de propriedade da empresa Bralanda⁶³ (Sociedade Anônima Brasil-Holanda Indústria), instalada

59 Disponível em: <http://www.sulbahianews.com.br/noticias//840/eunapolis-decisoes-da-justica-fecham-cerco-contra-a-bralanda-07-08-2008/>.

60 Para maior aprofundamento do processo de formação do Movimento Sem Terra e dos conflitos em torno da luta pela terra no extremo sul da Bahia, ver ARAUJO (2007).

61 Entendendo por reocupação ocupações realizadas com famílias que já participaram de ocupações anteriores.

62 Os conflitos entre MST e fazendeiros se estendem até os dias atuais. O redirecionamento do conflito se dá nos anos 2004 e 2006, tendo como foco maior o conflito entre MST e empresas multinacionais de celulose. De acordo com Araújo (2007), houve uma ação de ocupação à Fazenda da Empresa Belgomineira, em Prado, onde por 18 vezes as famílias foram despejadas violentamente pela Polícia Militar a pedido da empresa. E, em primeiro de abril de 2004, o movimento ocupou a Fazenda da Veracel, e na Fazenda Céu Azul da empresa Suzano, localizada no município de Teixeira de Freitas, em abril de 2006.

63 Empresa multinacional com histórico de violência e desapropriação de terras de uso comum em Minas Gerais, Bahia e interior do Espírito Santo. Conhecida na região de Prado pelos seus métodos que, “a base de muita violência, morte e ações criminosas, adquiriram suas terras” (BATISTA, 2010 p.138).

na década 70 e uma das grandes responsáveis pela violência e retirada de grande parte das famílias Pataxó da área de mata, no município de Prado.

Nos anos 90, a mata já havia sido, em grande parte, dizimada e as grandes áreas abertas existentes no entorno da vila de Cumuruxatiba foram transformadas em pasto para criação de gado e áreas de cultivo de eucalipto⁶⁴. Garcia Oliveira, Oliveira e Araujo (2007), propondo analisar a região econômica do extremo sul da Bahia⁶⁵ e a reconfiguração desta região após a intensificação da atividade silvícola, entendem que a intensificação dos projetos de apoio às empresas de Celulose foi uma das grandes causadoras desta transformação.

Em entrevista realizada com um com uma liderança Pataxó da aldeia Pequi, este período foi lembrado pela forte presença de madeiras e serralherias na região:

“Donde tinha um povoado como Cumuru tinha três, quatro serralherias. A lei foi criada mais forte mesmo em 88. Desde 88 eles vinham tocando a madeira. Antigamente o índio vivia na mata e morava na beira da praia. Na praia ele tinha a liberdade de andar, pescar e pegar o marisco. Hoje ele não tem mais esta liberdade⁶⁶”. (liderança Pataxó da Aldeia Pequi, entrevista)

Completando o raciocínio sobre o processo de exploração que vinha se configurando na região, ele prossegue:

“O fazendeiro tinha a Babilônia de mata de terra, aí o fazendeiro ia fazer um plano de manejo, aí ele acabava aquela madeira todinha daqui e depois fazia outro plano de manejo começava outra, eu vi isso acontecer na Mata Medonha⁶⁷”. (liderança Pataxó da Aldeia Pequi, entrevista)

Em 1999, com objetivo de “preservar e conservar um dos últimos remanescentes da Mata Atlântica na Bahia, e temendo que fosse invadida ou adquirida por particulares que certamente não preservariam nem conservariam o que ainda resta de Mata Atlântica na Bahia”, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), e posteriormente ICMBio, adquiriu uma gleba com 20.578,60 hectares de terra⁶⁸ no município

64 A implementação da BR 101, em 1973, intensificou o fluxo de deslocamentos e deu grande impulso no avanço de projetos de incentivo a grandes empresas de Celulose, como a Veracel e a Fibria, seguindo uma lógica de acumulação nacional e internacional como espaço produtor de papel celulose para mercados nacionais e internacionais (GARCIA OLIVEIRA, OLIVEIRA e ARAUJO, 2007).

65 No total, são 15 as Regiões Econômicas do Estado da Bahia: Oeste, Médio São Francisco, Irecê, Chapada Diamantina, Serra Geral, Baixo Médio São Francisco, Piemonte, Paraguaçu, Sudoeste, Nordeste, Litoral Norte, RMS, Recôncavo, Litoral Sul e Extremo Sul.

66 Entrevista 03, com liderança Pataxó, cedida em agosto de 2012.

67 Entrevista 03, com liderança Pataxó, cedida em agosto de 2012.

68 Foram investidos oito milhões de reais no pagamento de indenização à BRALANDA, sendo que 90% da área era propriedade da empresa (SOTTO-MAIOR, 2005).

de Prado. A referida área foi adquirida através da desapropriação⁶⁹ da fazenda Brasil Holanda de Indústria S/A, conhecida Bralanda. Em 20 de abril de 1999, o Parque Nacional do Descobrimento foi criado, totalizando uma área de 21.129 hectares.

Em 2012, a presidência da República por meio de decreto de 06 de Junho de 2012, ampliou o Parque em mais 1549 hectares, perfazendo, agora, uma área total de 22.678. Sua localização se dá na zona costeira do extremo sul da Bahia, situado no município do Prado, que, segundo a versão preliminar do Plano de Manejo, “destaca-se por se tratar do maior remanescente de Mata Atlântica de tabuleiro ainda em bom estado de conservação na Região Nordeste do país”.

A partir do exposto, a contradição nesse caso passa a se dar tanto pela ação de sobrepor a UC ao território reivindicado pelos indígenas Pataxó, como solicitado no relatório de ampliação da Terra Indígena Barra Velha, quanto ao emprego da categoria “remanescente”. Esta palavra é fortemente usada para sinalizar a importância do que ainda resta do bioma Mata Atlântica. Neste caso, o uso das aspas duplas se dá pelo desconforto causado por sua aplicação às áreas do Parque Nacional do Descobrimento, pois contradiz aos significados encontrados no campo de pesquisa. Se por um lado a mata ali existente são os “últimos remanescentes”, enquanto status de importância e valorização e indica que é necessário por si só a preservação, por outro, a mesma categoria é usada para identificação dos indígenas que retomaram as áreas do Parque.

No caso do emprego desta categoria aos índios, “remanescentes” torna-se pejorativo, indicando distancia da linhagem daqueles que viveram em tempos de Cabral e desqualificando a luta pelo direito ao território e a autodenominação enquanto ser índio. Sobre isso, o conceito de ‘ilusão autóctone’ usada por Gruenewald (2007) reafirma o analisado, pois tenta mostrar que não é necessário pensar os *índios* apenas com relação a populações aborígenes, ou com referência àquelas que guardam continuidade com estas.

Batista (2012) indica que a criação da referida UC foi a ‘gota d’água’ para os indígenas em Cumuruxatiba, potencializando os confrontos e tensões vividas por décadas. Neste momento, surge com mais força a afirmação da identidade Pataxó em Cumuruxatiba pelas famílias ali residentes há anos, reconhecidas pelos moradores como famílias de “caboclos”.

Em outra ocasião, Batista (2010) indica que as retomadas das áreas na região de Prado se deram no fervor do movimento político da comemoração dos “Outros 500”, realizado em

69 Corre até os dias atuais a Ação de Desapropriação na Vara Federal, sob o nº 200.33.01001175-7.

2000, estampando em cadeia nacional o Brasil escondido, apagado pelo processo de colonização. Este evento apresentou em sua essência não apenas a simbologia do ato de “comemorar”, mas também de atualizar a violência ocorrida ao longo de sua história após a chegada dos portugueses. Contrapondo as lógicas de *marketing* da “terra do descobrimento” ou mesmo “lugar onde tudo começou”, cerca de 180 povos indígenas, quilombolas e movimentos sociais em luta pela terra saíram às ruas de Cabralia em protesto, reivindicando melhores condições de vida, demarcação de seus territórios e reconhecimento de sua história de luta. As manifestações e os fatos ocorridos neste ano em Santa Cruz de Cabralia não tiveram destaque na mídia. Sobre o ocorrido, foram encontradas algumas notícias, artigos e reportagens que pontuam entre o acontecido e do noticiado⁷⁰.

Ainda, alguns autores enfatizam que o litoral do Nordeste que era apenas lembrado como produto turístico, vendido como o Lugar do Descobrimento. As comemorações apoiadas pelo Governo Federal e da Bahia foram vistas como ato de violência por várias etnias indígenas e movimentos étnicos, impondo um reviver festivo para o chamado “descobrimento do Brasil”, impondo esta data como uma agenda “cultural” do Estado.

Os preparativos das comemorações dos 500 anos contribuíram para as ações de reafirmação étnica já identificadas nas falas da Velha Luciana (Zabelê, como era conhecida). No fervor de luta política, os Pataxó que residiam em Cumuruxatiba e arredores do vilarejo se mobilizaram em ação de *retomada* da Fazenda Boa Vista⁷¹, em abril de 2000. A conjuntura política dos movimentos indígenas na região favoreceu a iniciativa, porém sem sucesso.

De acordo Batista (2010), eles foram impedidos “por pistoleiros contratados pelo proprietário da fazenda e outros três fazendeiros” provocando o recuo do movimento. Em abril de 2003, parte do território do Cahy que está nos limite do Parque Nacional do Descobrimento foi retomado por cerca de 300 indígenas Pataxó, firmando a permanência de cinco aldeias: Cahy, Pequi, Tibá, Alegria Nova e Matwrembá (BATISTA, 2010 p.137).

Por ser tratar de terras agora de um Parque Nacional, o conflito passou a ser mediado pelo órgão ambiental, na época o IBAMA, e, hoje, o ICMBio e FUNAI. Esta mudança de ator responsável pela área, em um contexto de conflito já existente há décadas, potencializou o sucesso da retomada, pois lá, *é terras de governo, não tem pistoleiro para matar a gente e nem vão tocar fogo nas nossas casas, agora é terra de governo.*

70 Ver artigo <http://www.ichs.ufop.br/conifes/anaais/CMS/cms0702.htm#9n>; entrevista “Brasil: outros 500” com José Adão Pinto por Morgana Gomes <http://leiturasdahistoria.uol.com.br/ESLH/Edicoes/36/artigo194240-1.asp>

71 Batista (2010) coloca que a Fazenda Boa Vista era de propriedade da família Machado, expulsa em 1956, território imemorial da Barra do Cahy

A categoria *terras de governo* indica que a área retomada seria, em tese, da União. Neste caso as terras retomadas pertencem ao Parque Nacional do Descobrimento, levando, à primeira vista, uma suposição que não haveria mais violência. Esta menção foi falada pela primeira vez pelos indígenas da aldeia Pequi em que tive contato próximo. Foi usada algumas vezes ao longo da entrevista, sempre referenciado às terras do Parque Nacional do Descobrimento. Esta escolha aqui é lida como uma estratégia articulada em função desta transição – se antes a empresa Brasil Holanda a detinha, agora passa a ser do Estado. Retomar as *terras que são de governo* é aqui lido como fator estratégico, pois, em *terras do governo* não teria pistoleiros a mando dos grandes proprietários, como de costumeiro na região.

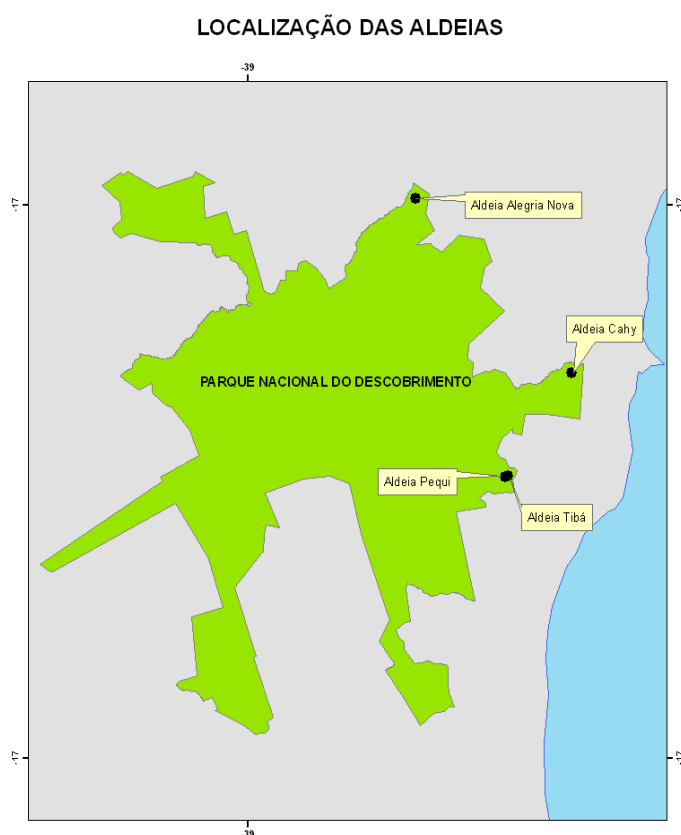


Figura 6: Disposição das aldeias Tibá, Pequi e Cahy. Fonte: Matos, 2007, *apud* Vieira, 2007.

3.3 Deslocamentos: a formação do grupo, da aldeia e terras de morada.

Essa seção foi guiada pelo terceiro campo, realizado nos meses de agosto e setembro de 2012. Nesse momento, direcionei a pesquisa junto às famílias indígenas da aldeia Pequi, localizadas na área retomada do Parque Nacional do Descobrimento cujo cacique fazia parte do conselho do ‘Mosaico’. A decisão de seguir para aldeia veio das ausências presenciadas ao

longo das ‘oficinas de sensibilização’⁷², que evidenciou a presença de lacunas em relação a informações concretas sobre os grupos que ali residiam.

O que me levava a finalizar o campo de pesquisa na aldeia Pequi esteve intimamente ligado à decisão do grupo de Baiara e Pedro, como conhecidos localmente, de sair da área do Parque após um ciclo de 10 anos de espera pela demarcação do território Comexatiba. O campo puxou este registro possibilitando entender que, se no segundo capítulo indicou-se quem está dentro e está fora, agora passara a estar dentro e fora, ao mesmo tempo. Informações truncadas que levava a entender a saída do grupo da UC levados por apenas ‘vontade’ parecia-me muito simplista.

3.4 Terra de governo: aldeia de dentro

Ao longo dos dez anos de moradia em terras do Parque, a gestão do espaço pressupunha ser compartilhada. Como lido no trabalho de Matos (2007), as famílias levantaram a aldeia em abril de 2003 e, desde então, viviam do que a terra lhes ofertava e mantinham-se à espera de assessoria da FUNAI e da FUNASA.

O grupo decidiu sair da aldeia Mata Medonha para seguir rumo ao Antigo Pequi, município de Prado. Naquele tempo, eram 13 famílias que foram recebidas por Julice, irmã de Seu Pedro. Conta o irmão que o grupo foi chamado para lá para ajudá-la a defender as suas terras, pois o “lugar que ela morava foi cercado toda por arame pelos fazendeiros. Para buscar o de beber, tinha que passar por debaixo da cerca e sua área ficara muito pequena e quase não dava mais para plantar”. O objetivo era pedir para tirar a cerca, pois estavam preparados para isso. Mas a chegada do povo de Baiara e de Seu Pedro nas terras de Julice foi interpretada pelos fazendeiros locais como uma tentativa de retomada, pois já aconteciam várias movimentações pela Bahia, iniciando uma onda de “ameaças” (SOTTO MAIOR, 2005).

Agora Julice não estava mais sozinha, ‘pois eles [os fazendeiros] não iriam enfrentar o grupo todo, tinha muita gente’. Com dezesseis dias *já de moradia* no Pequi chegou um recado que teria uma reunião muito importante na cidade de Eunápolis e que iriam mandar um ônibus pegá-los. “Disse ele que lá iria ter tudo, comida, colchão, coberta, prato e que não precisa

72 Como dito anteriormente, a oficina destinada às lideranças das aldeias Pequi, Cahy, Tibá e Alegria Nova não foi realizada na aldeia, como ocorreu nas demais. O motivo foi por estar em área de sobreposição com o Parque. Outro caso de não reconhecimento da existência das aldeias se dá no pedido de autorização de uma outra pesquisa de mestrado, em que se registra que os vários pedidos de autorização foram negados pelo ICMbio. O órgão informou que tal pesquisa não era prioridade para UC, sendo esta proibida à presença de pessoas.

levar nada. Foi um ônibus lotado. Saíram a família de Orlim, a minha e de Baiara, ficando de fora somente a família de Josué que ainda estava em Mata Medonha”.

Três dias depois da chegada em Eunapólis, as famílias que lá estavam sem comida, roupa e na espera de uma forma para voltar, recebem a notícia que um grupo de pistoleiros invadiu as terras de Julice, capturaram o marido e o espancaram até que ele perdesse os sentidos:

Julice e a nora ficaram presas, fizeram o que quis e se ela quisesse ir ao mato era acompanhada de um pistoleiro. Depois de uns dias, deram para ela uma quantia pouca de dinheiro e uma casa no Guarani, sem um palmo de terra para plantar. O seu marido nunca mais recuperou os sentidos, não consegue trabalhar e tem o rosto marcado pelas pancadas que levou.

Depois do acontecido, a FUNAI foi acionada pela violência ocorrida na aldeia, sendo o caso levado à promotoria pelo CIMI e FUNAI. Depois do ocorrido, queimaram todas as casas juntamente com os pertences. Alguns eletrodomésticos e móveis (cama, fogão e rádio) foram vendidos para o *povo da reforma* [Assentamentos Rurais]; os pratos e copos de vidro, conta Julice, eram arremessados ao chão um por um. Naquela época, a FUNAI “ainda era próxima, ajudou muito, recebemos cama, colchão e alguns pratos, mas durante uns dois meses os meninos comiam em plásticos”.

No dia 19 de agosto de 2002, conta dona Nicinha, o grupo de Baiara e o grupo de Seu Pedro retomaram as áreas do Parque Nacional do Descobrimento, “[...] ia fazer 10 anos que nós estávamos lá dentro”. Continua a prosa, lembrando como foi que as coisas melhoraram: “As coisas melhoraram quando já tínhamos plantado a roça de mandioca, e já colhiam os mantimentos”. Foram os primeiros a fazer colares de semente para vender no verão aos turistas de Cumuruxatiba. *Piro ensinou para todo mundo aqui como se faz o artesanato, é um menino que tem influência para ensinar os outros parentes*⁷³. A partir daí começaram a adquirir todos os pertences que haviam sido roubados. Já com a plantação de feijão e a farinha produzida, iam para a *rua* e trocavam por outros mantimentos, como café, óleo e peixe.

A relação com o Parque se dá num momento crucial, pois a tragédia que culminou em violência física e simbólica, fez com que todos se unissem. De acordo com os estudos de Fundamentação Antropológica para o reconhecimento da Terra Indígena Cahy e Pequi, a primeira retomada na região de Prado se deu no ano de 2003, no Pequi, localizado próximo à região do ‘Comem quem leva’, fora dos limites do Parque Nacional do Descobrimento, mas

73 Pirô é apontado pelos demais na aldeia como uma dos professores que ensinou muito do que aprendera em Barra Velha. Assim a própria língua e os desenhos Pataxó foram reelaborados por ele. O seu maior sonho era poder cursar a curso de Artes para trabalhar com artesanato e com o desenho.

dentro da área de perambulação Pataxó, entre o Parque Nacional do Descobrimento e Parque Nacional Monte Pascoal, sem sucesso. Esta foi conduzida pelo cacique Timborana formando a aldeia Tibá, que logo se desmembra formando a Cahy. Além da aldeia Pequi e Cahy, se estabeleceram a aldeia Alegria Nova, e a Tawuá, esta última com uma história peculiar, visto que todos os indígenas que ali moram são nascidos na própria aldeia, mas que desde a década de 70 vem sendo pressionada pelo estabelecimento de grandes fazendas. Os indígenas da Tauwá, em grande parte, estão trabalhando nas fazendas vizinhas à aldeia, tendo grande medo de represália.

A partir desses fatos, os três deslocamentos feitos pelo grupo de Baiara e Pedro foram violentos, demonstrando que os massacres e assassinatos ocorridos nas décadas de 50 e 70 permaneceram até os tempos atuais. Das aldeias estabelecidas no Parque, nota-se que somente a aldeia Pequi não houve desmembramento para a criação de uma nova aldeia. As análises de Grunewald (2007) apontam que o primeiro deslocamento do grupo se dá por divergências ocorridas internamente, questão que reafirma Sotto-Maior (2007) com relação à formação da aldeia Tibá e Cahy.

As divergências estariam ligadas a supostas brigas entre famílias, e daí o rompimento. Mas segundo Dona Nicinha *“a gente sai para não brigar. Se a gente não briga, a gente pode voltar. Se for para brigar é melhor sair. Por isso, que nos viemos para cá fora, quando vi que um grupo queria ir e outro queria ficar, eu vim. Não pode rachar o grupo, grupo e para estar unido”*. Esta foi a primeira negociação mais incisiva do grupo, tendo opiniões divergentes as propostas pelo cacique. Também, um forte indício do sentimento de grupo como visto mais adiante.

A decisão de saída teve grande influência no momento em que um grupo de pessoas não identificadas começaram a vir na aldeia e falar sobre os projetos que poderiam vir para as famílias, porém foram impedidas por estarem em área de Parque. De acordo com as entrevistas, no total foram três projetos destinados à aldeia que não se concretizaram. O programa Luz para Todos chegou a cumprir todas as exigências e protocolo para a liberação da energia na aldeia, com a elaboração do processo de demarcação das casas com a numeração da COELBA, abertura de picada com instalação das estacas onde seriam os lugares destinados aos postes de luz e, por fim, o cadastramento de cada casa da aldeia.

Ao visitar a aldeia, registrei que todas as casas continham um número de registro da referida companhia de energia. As famílias aguardaram por seis anos a instalação dos postes, sendo que em 2009 receberam a relação das aldeias aprovadas e as não aprovadas no programa. De acordo com o documento, o procedimento foi julgado em instância maior,

sendo a negativa dada pelo ICMbio com a justificativa de que as referidas instalações seriam feitas dentro de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral. A notícia chegou com muito pesar e revolta, pois deixaram a esperança quando indicaram cada uma das estacas ali presentes, como consta nas figuras abaixo.



Figura 7: Número de identificação da COELBA na aldeia de dentro. CAMPOS, Damiana



Figura 8: Estaca identificando o lugar dos postes de luz na aldeia de dentro. CAMPOS, Damiana.

O segundo caso ocorrido foi com relação à possível vinda de um projeto de construção da Escola Indígena destinada à aldeia. O projeto, de acordo com os agentes sociais, era de R\$ 70 mil reais, sendo recusado posteriormente por estar em terras de Parque. Após várias tentativas o valor da construção voltou a ser negociado sendo agora o destino de tal obra ser o distrito de Cumuruxatiba. Este fato revoltou as famílias indígenas da aldeia Pequi, “pois na rua não precisa de escola, lá já tem” afirma o cacique e duas alunas.

Não se sabe se tais projetos virão para aldeia agora que está em *terra de morada* (categoria usada para nomear a aldeia de fora das áreas do Parque, localizada na área de loteamento do INCRA cedido por um parente), como afirmou o cacique. Nem até que ponto este deslocamento se dá por estas vias. O que cabe analisar a partir do exposto é a incapacidade do Estado em gerir a situação de conflito em caso de sobreposição de território e, conseqüentemente, da própria questão indígena. Se por um lado, apresenta programas e projetos aos tais grupos sociais causando expectativas, por outro é incapaz de promover o diálogo interno entre os próprios ministérios – visto que nestes projetos estão envolvidos o

MMA, MME e MEC –, violentando ainda aqueles que ali estão à mercê de qualquer intervenção.

E, após todas estas violências ocorridas e dos projetos negados, em 5 junho de 2012, dois meses depois do deslocamento da aldeia Pequi da área de Parque, a presidenta da república assina a ampliação do Parque Nacional do Descobrimento, ignorando mais uma vez a luta e reivindicações ali existentes. A referida unidade passa a ter 22.678 hectares. A notícia foi recebida com surpresa pelos indígenas, visto que há cerca dois meses, o Grupo de Trabalho Interministerial (envolvendo técnicos da FUNAI, ICMBio e INCRA) encerrou os estudos de campo para identificação do território.

As contradições não param de ocorrer. Um ano após o estabelecimento da aldeia Pequi fora da área do Parque, não houve mudanças e os projetos também não chegaram, sendo que, até 2012 a FUNAI não apareceu na área hoje de morada das famílias. O GT cujo objetivo era finalizar os estudos para a criação do Território Comexatiba ainda não foi divulgado, sendo este com prazo de seis meses de entrega a partir da publicação. As famílias que ali moram continuam da mesma forma que o GT passou, sem comunicação mais próxima da própria FUNAI. A situação social em que se encontram faz com que se dividam entre a aldeia de morada – na esperança que os projetos venham – com a esperança de voltar para *aldeia de dentro* – em que o seu território será reconhecido e passará, de *reserva*, para *aldeia de morada*.



Figura 09: Aldeia de dentro – Pequi – Área de Seu Pedro e família. CAMPOS, Damiana

Matos (2007) produziu um diagnóstico socioeconômico das famílias da aldeia Pequi. Ainda em terras consideradas do Parque, sua pesquisa teve como foco a presença humana em unidades de proteção integral. A amostragem da sua pesquisa girou em torno de 40% das famílias residentes, em um universo de 24 famílias. Há pontos interessantes no trabalho, que levam a entender como a terra na aldeia de dentro é importante para os indígenas. Aponta que a dispersão do grupo se dá por dois motivos: i) busca de mais espaço e terras de cultivo, e ii) estar mais perto dos parentes e ter um lugar para viver. Matos confirma que o deslocamento das famílias se constitui pela decisão em grupo, indicando uma possível característica nômade. Neste caso, o referido trabalho não corresponde com o que observei em campo, pois todos os deslocamentos se deram em momentos de tensão, sempre guiados pela motivação de ter sua terra, em busca de descanso, como afirmou Seu Pedro.

Como forma de tratar a terra, Matos traz dados preciosos sobre os modos de cultivar a terra e extrair sementes e madeiras. Aponta que a base da produção é a mandioca, feijão e milho. Não há venda do que se planta, mas sim trocas por outros alimentos ou produtos. Descreve a caça com olhar voltado à técnica em si e aponta alguns indicativos do olhar sobre a caça, mas sem aprofundamento.

Após análise dos dados, Matos (2007) aponta para uma possível “consciência conservacionista” dos indígenas e que a área de poder da União é considerada como lugar seguro tanto para integridade física como social.

3.5 Terras de morada: aldeia de fora

A *aldeia de fora* foi levantada na propriedade de um *parente* – com documento oficial e identificadas pelos seus pares como terra do INCRA⁷⁴ – cuja área será destinadas aos projetos que foram negados em terras do Parque.

74 Assentamento Cumuruxatiba, criado em 1987 pela Portaria nº 364, de 12.05.1987, em que alguns proprietários são indígenas que vieram de Barra Velha depois do fogo de 51.



Figura 09: Construção das Casas/Ago de 2012.
CAMPOS, Damiana



Figura 10 - Plantação de abacaxi e mandioca/Ago de 2012. CAMPOS, Damiana.

O lugar de morada passa a ser medido a partir da referência do Parque a partir de expressões de localização referentes à dentro e fora do Parque. Desde a saída da *aldeia de dentro*, ou seja, do Parque, algumas famílias mantêm a rotina com visitas diárias ou semanais - a maioria tem bicicleta – as casas e a roça que fizera em tempos que vivera no Parque.

A *Aldeia de fora* é formada por 23 famílias, formando o *povo* de Baiara (pelo pai seu Antonio Máximo, três irmãos, Josué, Baiara e Orlim, filhos e netos), e *povo* de Seu Pedro (os Ferreira, Pedro e Dona Nicinha, filhos e netos).

De acordo com Josué, esta união se dá com a saída de Baiara e Josué da Aldeia de Barra Velha rumo à Mata Medonha, em Santa Cruz de Cabrália:

Lá, fundaram a aldeia Mata Medonha juntamente com outra família que não sabia bem as políticas de índio, FUNAI. Organizamos tudo, fizemos o desenho, juntamos as famílias e chamamos a FUNAI para pra demarcar o território. Ali era uma mata que só vendo, era medonha por que pra entrar lá dava trabalho⁷⁵. (Josué, entrevista)

⁷⁵ Em Grunewald (2007) é descrito o primeiro deslocamento da família dos Máximos, como também registrado em campo. O autor descreve que a saída do grupo se deu por divergência com outros parentes em Barra Velha, levando Baiara à decisão de sair de Mata Medonha. Porém, ao longo da entrevista concedida por Seu Pedro, ele conta que não houve briga, e que saíram porque quiseram, pois *a terra não era suficiente e a gente foi procurar terra melhor*.

O sentimento de grupo é muito presente na aldeia e a auto-identificação entre eles de povo de Baiara e povo de Pedro vem seguida da ideia de que a união das duas famílias formou um grupo. O pertencimento neste caso, pode-se aventar, fortaleceu-se a partir do momento em que as duas famílias se unem por meio do matrimônio, como será visto abaixo.

Antes de sair de Barra Velha, Josué, irmão de Baiara, casou-se com Dete, irmã de Dona Licinha que é casada com Seu Pedro, e foram para Mata Medonha. Dez anos depois da saída de Baiara de Barra Velha, o filho de Dona Nicinha e Seu Pedro, Changola, casa-se com Damiana, filha de Baiara, e leva toda a família de Seu Pedro e Dona Nicinha para morar em Mata Medonha. A partir daí, as duas famílias formam um grupo, estabelecidos por laços de sangue, pois já lá, os meninos de Seu Pedro, Baiara, Josué e Orlim [Filhos de Seu Antônio Máximo], afirma Dona Nicinha:

[...] cresceram juntos e lá mesmo foram casando uns com os outros. Meu menino casou com a filha de Orlim, duas filhas da família de Baiara casaram com dois filhos meus, os dois filhos de Josué casou com minhas filhas. Marcos, filho de Josué casou com a minha menina, Patuca, e ele é meu sobrinho, sempre foi assim tudo junto com a gente, e aonde nos vamos todos vão juntos. Ficou só duas que não ficou a gente, são as filhas de Dete, uma mora em Coroa Vermelha e outra na rua [Cumuru]. (Dona Nicinha, entrevista)

Neste caso específico pode-se indicar que, num primeiro momento, a aldeia Pequi é formada por duas grandes famílias. E que há uma tendência dos casamentos se darem em grande parte entre si. Tanto a família de Baiara (família dos Máximos) quanto a família de Pedro são oriundas de Barra Velha e de lá trouxeram todas as histórias e conhecimentos para a formação da aldeia Pequi⁷⁶. Foi com a união das duas famílias que o grupo de Baiara se fortalece e o sentimento de grupo possibilitou os grandes deslocamentos que realizaram sem comprometer o grupo, como será visto mais adiante⁷⁷.

Dona Nicinha foi a uma das mulheres que mais me aproximei. Sempre no final da tarde passava na casa dela para o café com prosa. Dizia que na aldeia de fora o tempo não passa, pois a labuta é sempre a mesma e não tem muito o que fazer. Sentia falta de suas plantinhas e do quintal. Numa destas tardes, sentamos todos do lado de fora da casa e começamos a conversar sobre estas diferenças encontradas na aldeia de fora e na aldeia de

⁷⁶ Neste sentido, vale a pena salientar que uma pesquisa sobre parentesco mereceria maior aprofundamento, mas não é o objeto deste trabalho. Entretanto, para futuras elucidações seria interessante indicar como se dão as regras de casamento no grupo e como estas neutralizaram, de certa forma, a entrada de pessoas de fora. Ainda, pode-se indicar que tais estratégias fortaleceram o sentimento de grupo.

⁷⁷ Porém, vale ressaltar que a aldeia não é formada somente por laços de sangue, mas também de *parenteza* como afirma Baiara. Recentemente, na aldeia de fora, foram construídas duas casas para abrigar alguns *parentes* cujas famílias são de Barra Velha.

dentro. E sobre a curiosidade de saber mais como conheceu seu Pedro e a formação da família.

Sentado na beira da casa ainda por embarrear, Seu Pedro conta o sonho que tem todos os dias em que retorna à Barra do Cahy, local que nasceu e viveu até *menino grande*. Contava-nos que o pai era de lá [Cahy], e que naquele tempo *era tudo índio que morava* [mas que] *também o índio era mais bobo*. A força da narrativa cobria o olhar de tristeza, pois além da *terra ser boa*, era um lugar muito fértil. Lá, havia *catitu, onça, veado, pato, tatu, porco do mato, tinha tudo que há de qualidade. O meu pai deixou tudo. Depois que saímos de lá com a barriga cheia e levava dois, três dias sem comer, por causa dele mesmo. Até hoje eu pelejo para chegar, mas ainda minha hora não chegou, mais vai chegar*.

Contou na roda que as terras do seu pai e das irmãs de seu pai foram vendidas para um homem de nome Jaguaripe e logo tiveram que sair de lá. Com a saída da família do Cahy, *batemos muito a cabeça por este mundo aí e até agora estamos batendo cabeça, passando necessidade, era dois e três dias sem fome*, indicando que não teria o que comer, por isso não poderia ter fome.

A terra que fora de seu pai hoje é de um *gringo*. Para retomar, as forças teriam que ser maiores que os donos de agora. A retomada, explica Seu Pedro, perpassa por uma decisão política que envolve o chamamento do cacique. *Se ele fala que é para a gente entrar, a gente entra. Mas nós não escolhemos uma área que tem dono, não ficamos olhando o que é dos outros, o que foi conquistado com suor. A gente só quer o que é de direito, eu só quero descansar*.

3.6 A dimensão espacial das casas: *terras de morada*

Se na aldeia de dentro, a entrada da aldeia se dava pelas casas da família de Baiara, uma na sequência da outra, na aldeia de fora parecia diferente. Sentada na cozinha de Dete, começamos a conversar sobre a festa de Cosme e Damião. Contava Dete que antes gostava muito das festas, mas agora era crente. “Não acredito mais em Santo e a igreja agora é outra”. Percebi que ali não seria o melhor lugar para conversar sobre os festejos e santos, pois a família de Seu Josué se tornara evangélica. Pirô, filho mais velho e professor de Cultura, foi o primeiro. Conta que a igreja sempre foi o lugar de reunião e festa. Não havia padre na aldeia. Dona Nicinha celebrava o culto e, em tempos de festa, vinha um padre visitar a aldeia.

A igreja foi desmanchada da aldeia de dentro e o resto de materiais foi levado para ser construída novamente na aldeia de fora. Porém, até então não havia movimentação para tal. Os santos permaneciam na casa do filho de Dona Licinha. Assim como a igreja, algumas casas também foram desmanchadas e seus materiais reaproveitados. Visível aos olhos percebe-se que as casas que foram construídas a partir da casa antiga, pois são as únicas que já estavam prontas. A casa de Orlim, a maior de todas, foi uma delas. Orlim conta que desmanchou por não ter condições de começar do zero e que para morar cá fora, teria que trazer as madeiras, telhas da casa de dentro. Sua esposa, falava que não voltariam para dentro. “Por que manteriam a casa?”. Perguntava olhando para mim.

Todas as casas são construídas a partir do sistema de mutirão. Foi assim quando vieram de Mata Medonha para antiga Fazenda Pequi, como também na formação da aldeia de fora.

Ao chegar à aldeia notei que a disposição territorial das casas se dava por uma lógica que não alcançava naquele momento. Se por um lado na *aldeia de dentro* a referência para a referência para a localização das casas era o rio, depois de algumas semanas percebi que o ponto de referência da *aldeia de fora* era a aldeia de dentro. Ou seja, o começo e o fim da aldeia, ou mesmo a primeira e a última casa, dava-se pelo olhar de dentro e não o de fora, daquele que chegava de Cumuru.

Quando entrei pela primeira vez na aldeia, tive a impressão de que a primeira casa era da Dona Nicinha. Ela falava que antes, na aldeia de dentro, a sua casa era no fundão, a primeira era de Baiara. Entretanto, o rio dividia as distâncias. Agora *cá fora, eu que estou na frente, só que estou longe do rio*. Entretanto, as lógicas de Josué e Baiara são outras. Eles falam que a casa mais perto da aldeia é a deles, pois é o lugar que vão com mais frequência. O rio agora é referência também de distância e de uso, pois as casas mais próximas – cerca de dois mil metros – são as famílias que mais utilizam.

Nota-se outra questão que contribuiu para disposição das casas: os casamentos e suas respectivas famílias. Dona Nicinha, contando as histórias das festas e casamentos, foi mostrando cada casa da aldeia e as famílias. Cada unidade familiar é composta por pai, mãe e filho. Quando um filho casa, ele não mora na casa dos pais ou sogros, pois logo fazem sistema de mutirão e levantam a casa. O que vai direcionar o local a ser construído é o lugar da casa do pai e da mãe do marido.

Um exemplo desta disposição se dá na casa de Damiana [filha de Baiara e Dona Maria] e Tingola [filho de Seu Pedro e de Dona Nicinha]. A casa dos dois está do lado de Seu Pedro e Nicinha. Já Marcos [filho de Josué e dona Dete] casou-se com Patuca [filha de Seu

Pedro e Dona Nicinha], porém na aldeia de fora a casa teve que ser dividida com os sogros. Porém, Marcos e Patuca não moravam juntos durante 6 meses, sendo que os filhos e Patuca permaneceram junto com os pais. Somente após Marcos ter o direito sobre uma casa próxima a Josué e Dona Dete que Patuca e Marcos voltaram a morar juntos.

A minha permanência na aldeia permitiu, ao longo de 20 dias, acompanhar o deslocar das famílias entre a *aldeia de dentro* e a *aldeia de fora*, e perceber como a vida daquelas famílias passou a ser medida pelo trânsito também da *rua*⁷⁸ – o ir e vir ao distrito de Cumuruxatiba que agora está mais próximo do que quando viviam dentro do Parque.

A saída da área do Parque não foi apenas física, mas também social. A relação com a terra tão próxima passou agora a ser tratada de outra forma, *pois na aldeia de fora é terra branca e não dá para plantar muita coisa*. Assim, passam a *viver mais da balança para o de comer do que plantar para sobreviver*, como afirma Dona Licinha.

78 Categoria usada para distinguir a aldeia da vila de Cumuruxatiba, local que geralmente compram alguns alimentos, vão a consultas médicas e sacam o Bolsa Família.

Considerações finais

Este trabalho abordou questões que demonstram como a execução de uma política ambiental num determinado campo se torna objeto de conflito. Traz a política de “Mosaicos de Áreas Protegidas” em sua totalidade visando desconstruir a visão romântica de simetria entre as diferentes áreas protegidas. E, como questão, aponta para a soberania do território, e quem na ordem pré-estabelecida determina o seu ordenamento.

Neste sentido, o primeiro capítulo contextualiza a origem da política de ‘mosaicos’ no Brasil e como as diferentes categorias como áreas protegidas, Unidades de Conservação e território, enredam o seu fortalecimento. Estas categorias, remanescentes do período da ditadura civil militar, criam maior força entre os anos 2000 e 2006. Neste período, reafirma-se o esforço de reconceituação da categoria território através das políticas de ‘ordenamento territorial’ e de ‘desenvolvimento’. Reconceituação esta que é estabelecida por novos critérios que refletem uma ‘volta ao passado’ cuja combinação conhecida e dúbia entre fatores ambientais e econômicos é central (Almeida 2011).

Entretanto, gostaria de pontuar nesta conclusão outros fatores que emergem das análises aqui trazidas. Estes fatores estão intimamente ligados aos avanços de políticas e leis que visam à proteção da natureza e territórios tradicionais, tais como a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - mesmo com todos os pontos indicados por Creado e Ferreira (2004) -, do Programa Nacional de Áreas Protegidas e dos Mosaicos de Áreas Protegidas. E protocolos importantes, tais como a adesão por parte do Brasil da Convenção da Diversidade Biológica e da Convenção 169.

Concomitantemente, assiste-se neste período um deslocamento das ‘políticas de proteção’ - visivelmente presente na construção de tais espaços de discussão e políticas - para uma ‘política protecionista’ – literalmente em termos mercantis que envolvem estruturação de novos mercados de terra, deixando ‘entreaberto o uso dos recursos naturais em prol das políticas de crescimento’ - concordando com o que aponta Almeida (2011).

Em especial, no que diz respeito à inclusão das Terras Indígenas ao PNAP e nos Mosaicos de Áreas Protegidas como categoria de gestão territorial é necessário atentar aos apontamentos de Ferreira (2011). Longe de apontar uma visão simplista, o autor chama a atenção para o processo de reestruturação das políticas de desenvolvimento no período em que aqui é analisado o surgimento dos ‘mosaicos’ e do próprio PNAP. Pode-se afirmar que a morosidade nas decisões referentes à inclusão ou não das terras indígenas a esta política faz

parte também do que está posto ao território que ela delimita. A força maior deste reconhecimento empodera a gestão compartilhada dos territórios, mas se não há domínio sobre este território, como geri-lo?

No caso estudado, a morosidade tanto no que se refere à demarcação dos territórios indígenas quanto na mediação dos conflitos existentes volta a reafirmar o que Ferreira (2011) chamou de reestruturação da relação sociedade-território-natureza materializado nas estratégias referentes ao Programa de Aceleração do Crescimento por meio de projetos articulados a infraestrutura e energia. Também, a ideia de que existe uma contradição entre a demarcação da terra indígena e o desenvolvimento econômico, apontando o parecer sobre Raposa Serra do Sol, em 2009.

Os inúmeros desafios que cercam o avanço das políticas ambientais cujo objetivo é o diálogo entre as diferentes formas de conservação – ou ordenamentos constitutivos daqueles que detêm o pertencimento do território – cada vez fica mais distante. Isso aconteceu com o PNAP, e, possivelmente, com os Mosaicos de Áreas Protegidas.

Longe de querer indicar uma possível simetria entre o que foi concebido e o que é implementado, o presente trabalho trouxe contribuições para se entender os dilemas frente à conjuntura política atual. O que se pretende é apresentar algumas pistas de como se deu e para onde vamos quando nos referimos à política de gestão integrada dos recursos naturais. Sobre esta, o que se nota é que tais processos perdem a força a partir do momento em que são institucionalizados, ou seja, a partir do momento em que se enquadra aos padrões normativos do Estado. No caso dos ‘mosaicos’, da forma que está posto eles são pensados a partir de um ‘modelo’ de estado e, desta forma, seguindo suas normas são regidos criando a hegemonia.

Diante do que está posto, a hegemonia só pode ser desestabilizada a partir do momento em que há tensão, como visto no segundo capítulo, cujo objetivo foi analisar a percepção da política daqueles afetados por ela. Porém, esta tensão parte de relações de poder assimétricas. Ao trazer o registro etnográfico da manifestação na BR 101 e, consequentemente a mudança no calendário das oficinas, demonstrou-se que a pauta do território naquele momento não era o Mosaico, mas outras questões pertinentes à proteção. Ainda, com a realização das ‘oficinas de sensibilização’ - cujo objetivo era sensibilizar para ter adesão dos indígenas à política - o sentido metafórico de ‘mosaico é todos nós’ vai ao chão.

Isso ocorre no momento em que os próprios consultores contratados para apresentar os significados de ‘mosaico’ e a como se deu a delimitação territorial e seus objetivos percebem por meio da pergunta lançada pelo indígena que aqueles ali presentes não estão fazendo parte do mapa apresentado.

Pode-se dizer que os indígenas presentes naquele momento construíram sua alteridade em cima da exclusão, pois foi preciso identificar que estavam fora do mapa para se colocar no debate referente a política de ‘mosaicos’. Sendo assim, pode-se afirmar que o objetivo desta análise não é dizer que povos e comunidades tradicionais estão excluídos deste processo, pois quem diz que eles estão excluídos são aqueles que excluem – neste caso quem implementa a política.

Por fim, o terceiro capítulo fecha o ciclo aqui apresentado da concepção, implementação e reversão da política ambiental de gestão integrada dos recursos naturais com o caso mais explícito ao que chamei de deslocar de áreas protegidas. Busquei apresentar, a partir de momentos datados, como o conflito na região do ‘descobrimento’ vem modelando os discursos e provocando mudanças estruturais nas vidas daqueles que aguardam um parecer sobre seus direitos.

A partir de fontes documentais do processo administrativo do ICMBio, nota-se que ação de retomada do território por parte dos indígenas envolvendo uma área protegida e 5 aldeias é normatizada e reconhecida num primeiro momento enquanto “invasão” e, posteriormente caracterizada como ‘sobreposição’. A categoria ‘sobreposição’ foi presente em todos os capítulos, sendo também reafirmada por esta autora. Porém, concluo após uma análise mais aprofundada e das contribuições da banca de defesa, que tal categoria não deve ser considerada como dada. E, sendo esta uma categoria colonial, vem engendrada de sinônimos que levam ao mesmo significado, tais como: sobrepor, justapor e impor.

Tal como percebido nos subcapítulos ‘deslocar de áreas protegidas’ e ‘quando a *mata* se torna Atlântica’, assiste-se a lacunas deixadas pela ausência de um Estado de Direito, ou melhor, a ação de um Estado de Direito ilegal como proposto por Mattei e Nader (2012), em que o Direito vem sendo usado para administrar, justificar, sancionar a conquista e a pilhagem.

O ponto de partida para apresentação dos exemplos trazidos por Mattei e Nader (2012) é a filosofia do Direito que dá a base para análise dos quadros analíticos do referido trabalho. Também, para descrever o Estado de Direito como fundamentalmente ilegal, uma vez que ao apontar conceitos como terra nullius (terra ociosas que não são ociosas) usados como justificativa para a pilhagem é usado até os tempos atuais. Destaca-se para uma ‘ação de camuflagem’ sendo mais uma vez a retórica do Estado de Direito usada como disfarce para apropriação, operações ilegais ou criminosas.

Percebe-se, no caso da relação entre os gestores do Parque e os indígenas, dois movimentos paralelos em que o conflito é estabelecido: i) que desde o início das negociações

acerca da inclusão das terras indígenas na discussão da política territorial até o momento em que se instala o conflito envolvendo as UCs e as aldeias indígenas, as normas e pareceres guiam os fatos a serem contatos, e ii) neste sentido, quem direciona a narrativa das histórias e fatos são os detentores do próprio instrumento normativo, os gestores das UCs.

O estabelecimento das famílias indígenas da aldeia Pequi se dá entre a aldeia de fora e a aldeia de dentro. Entretanto, cabe ressaltar que está tudo fora do que se entende por território. A tripla exclusão se dá a partir do momento que a relação assimétrica entre aqueles que detêm o poder sob o território Parque aqueles que reivindicam estar lá se conclui. São inúmeras tentativas frustradas que geram processos administrativos e até judiciais, no caso da Universidade Estadual da Bahia e a construção da escola indígena.

O objetivo de trazer dados etnográficos do período em que fiquei na aldeia e tentar entender como se dão as relações naquele espaço possibilitou também olhar para os pré-conceitos trazidos dentro de mim. Em nenhum momento ao longo dos 20 dias alimentei um sentimento de comparação a partir do meu lugar. Ter o contato direto com aqueles que ali se dispunham enquanto “objeto” foi também uma forma de olhar para este lugar.

Se o que me levou ao extremo sul da Bahia foi, num primeiro momento, o que era muito próximo, avalio nesta conclusão o quão foi importante o esforço metodológico aqui exercido. A escolha do objetivo é levada, muitas vezes, ao que nos dá prazer, desejo e que se torna aquilo que nos identificamos. Porém, o que é próximo a nós é também um complicador, pois é necessário enxergar o ‘outro’. Entretanto, independente de ser próximo ou não, o ‘outro’ tem que ser percebido.

É nesse sentido que aponto na introdução que foi saindo da minha aldeia que consegui olhar para ela. Deslocar-me para fora do meu local de atuação não se fez apenas pela necessidade de aprender a ter estranhamento do que era próximo. Esta decisão se vale a partir do momento que entendo o que é um ‘objeto de pesquisa’ e até que ponto era essencial manter uma relação de pesquisa entre seus pares naquele momento.

Esta decisão se deu em um dia de aula de metodologia em que discutimos a questão da antropologia urbana trazida pelo antropólogo Gilberto Velho. E após a discussão várias perguntas ainda não maturadas sobre esta proximidade e ao mesmo tempo estranhamento eram difíceis, pois havia um ‘nativo’ na minha própria casa. Entre tensões e pressões externas dos prazos me fiz valer da praticidade: o mestrado é apenas dois anos. O primeiro foi para aprofundamento na pesquisa e o próximo já iria pela metade.

Estar preparada para uma pesquisa no campo das Ciências Sociais é se valer da dúvida, mas entender que são os fatos que revelam e não o que você acredita que trará

benefícios às crenças sociais se fosse acreditado, como já disse Rousseau. Assim, sair do meu lugar foi um movimento de entender a relação sujeito/sujeito como pensada por Latour. Estabeleceria então uma relação simétrica, pois *lá* e mais *aqui* consegui distinguir até que ponto esta linha tênue entre as relações de pesquisa e as relações sociais vividas em campo se separam da sua posição enquanto ‘outro’.

Busquei um objeto de pesquisa que preenchesse o vazio e ausência encontrada ao longo da militância. Foi difícil entender que a política de ‘Mosaicos’ não existe para o ‘território’ e que a ‘ilusão’ de que ‘mosaico somos todos nós’ é também construída. Porém, reafirmo que entre contradições e dilemas esta pesquisa proporcionou um olhar de dentro e ao mesmo tempo de fora. Salientando questões pertinentes ao debate que envolve a gestão integrada dos recursos naturais entre Estado – gestores das UCs – e povos e comunidades tradicionais.

O que levo destas aventuras antropológicas, como já dizia Ruth Cardoso, tem relação à postura enquanto partícipe deste processo em sua primeira gestação: de que há pessoas e não políticas neste processo. E, que tais processos, dependendo de quem os implementa, reforçam a hegemonia.

Se os ‘mosaicos de áreas protegidas’ são o caminho para barrar o desmatamento e possibilitar a conectividade para preservação das espécies da fauna e flora como reforçam as teorias conservacionistas de Corredores Ecológicos, tenho muitas dúvidas. Pois a pressão do que está posto enquanto projeto de desenvolvimento não leva em consideração estas questões, como tão bem apontaram Ferreira (2011) e Almeida (2011).

Mas o que ficou claro neste trabalho e de todo o contexto de implementação da política e dos conflitos gerados a partir dela é que o território não pode ser visto enquanto um ‘mosaico’, pelo fato de que as peças ‘soltas’ e ‘desconectadas’ – cujo olhar imperial da política percebe como necessidade juntar - também produzem vida e têm formas diferenciadas de conceber a natureza. É da grande maioria de territórios existentes que estão desconectados do mapa dos formuladores da política que vem o desafio de entender de que território eles falam.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, A.W.B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Vol.6 N.01. 2004. Acesso:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Rituais de passagem entre a chacina e o Genocídio: conflitos sociais na Amazônia. In: [Org.] ANDRADE, Maristela de Paula. Chacinas e massacres no campo. São Luiz: Mestrado em Políticas Públicas – UFMA, 1997.

_____. “Uma nova agenda de temas e problemas. Conflitos entre o poder das normas e a força das mobilizações pelos direitos territoriais.”. In: Cadernos de debate Nova Cartografia Social: conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia/Alfredo Wagner Berno de Almeida (Orgs.)... [et al] – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010. 171 p. (Vol. 01, nº 01)

_____. Território e territorialidades específicas na Amazônia. Dossiê do Caderno de CRH, Salvador, vol. 25, nº 64, p. 63 -71 Jan/abril de 2012. Acesso: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v25n64/05.pdf> em 20 de setembro de 2012.

_____. “Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Conhecimentos tradicionais e biodiversidade: normas vigentes e proposta.

BATISTA, M.G. Processo de etnogênese dos Pataxó em Cumuruxatiba no município de Prado – BA. Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 19, n. 33, jan./jun. 2010

BECKER, Howard S. Métodos de pesquisas em ciências sociais. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999, 4 ed.

BRASIL, 2000. Lei Nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasília: Diário Oficial.

BRASIL, 2002. Decreto Nº. 4.340 de 23 de agosto de 2002, regulamenta os artigos da Lei Nº. 9.985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, Brasília: Diário Oficial.

BRASIL, 2006. Decreto Nº. 5.758 de 13 de abril de 2006, que institui o Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas, Brasília: Diário Oficial.

BRASIL. Decreto 4.340 de 2002. Brasília – DF, 2002. BRASIL. Decreto 6040/2007: Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais PNPCT, Brasília - DF, 2007. BRASIL, Constituição (1988). Constituição: República Federal do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. Resumo do relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Barra Velha. SOTTO-MAIOR, Leila Silvia Burger (coordenadora do GT e

relatora) Portarias nº 329/PRES, de 21 de março de 2006, e nº 528/PRES, de 04 de maio de 2006: processos FUNAI/BSB/2556/ 82. Diário Oficial da União, Brasília, DF: FUNAI, 29.02.2008. BRASIL.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. Processo administrativo nº 082620002556/82: contestação do relatório circunstanciado de identificação da denominada Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal, protocolada em Brasília pelas lideranças Pataxó, junto ao presidente da FUNAI Márcio Augusto Freitas de Meira, em 02 de junho de 2008. Diário Oficial da União, Brasília/DF: FUNAI, 2008.

BUCCI. T. M. Implementação da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau BA: relações de atores e processos de mudança. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Estadual de Santo Cruz. 2009

CARDOSO, Ruth. “Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método”. In: CARDOSO, Ruth (org.). *A aventura antropológica – teoria e pesquisa*. São Paulo: Paz e Terra, 1998 (2ª ed.).

CARNEIRO, M. J. *Limites e possibilidades da construção de “territórios de desenvolvimento” na região serrana do Rio de Janeiro*. In: CAZELLA, Ademir A., BONNAL, Phillipe e MALUF, Renato S. (orgs.) *Agricultura familiar – multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. R. Janeiro, Ed. Mauad, 2009.

CARNEIRO, Maria José and DANTON, Thais. Agricultura e biodiversidade nas Ciências Sociais brasileiras: alimentando a comunicação entre ciência e políticas públicas. *Sociologias* [online]. 2012, vol.14, n.30, pp. 252-289. ISSN 1517-4522.

CARVALHO, Maria Rosário G. de. Os Pataxó de Barra Velha: seu subsistema econômico. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1977. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, concentração em Antropologia).

CUNHA, Maria Amália de Almeida. O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica. *Revista Perspectiva*, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 503-524, jul./dez. 2007.

DALLABRIDA, V.R e BECKER, D. F. *Governança Territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórica metodológica*. In: *Desenvolvimento em Questão*.

DELELIS, C. J. REHDER, T., MOTA, T. Mosaicos de áreas protegidas: reflexões e propostas da cooperação franco-brasileira. Ministério do Meio Ambiente, MMA; Embaixada da França no Brasil – CDS UnB, Brasília, 2010.

DELELIS, Caroline. Boletim da Cooperação Franco-Brasileira de Áreas Protegidas. Nº 9 – abril-maio de 2010.

_____. Boletim da Cooperação Franco-Brasileira de Áreas Protegidas. Ed. 08. – novembro- dezembro de 2009

_____. Boletim da Cooperação Franco-Brasileira de Áreas Protegidas. Ed. 08. – novembro- dezembro de 2009

DIEGUES, A.C.S. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: NAPAUB – Universidade de São Paulo, 1994.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Desenvolvimento, etnicidade e questão agrária. Estudos Sociedade e Agricultura, abril de 2011, Vol. 19, nº 1, pp.182,22, ISSN 1413-0580

FERREIRA, Helena Catão Henriques and CARNEIRO, Maria José. Conservação ambiental, turismo e população local. *Cad. EBAPE.BR* [online]. 2005, vol.3, n.3, pp. 01-13. ISSN 1679-3951.

FUNAI. Estudos de Fundamentação Antropológica Necessários a Identificação e Delimitação da Terra Indígena Comexatiba (Cahy/Pequi). Relatoria da antropóloga - Leila Silvia Burger Sotto-Maior. Brasília. DOU/ FUNAI, 13 de março de 2006.

GANEN, Roseli Senna. Gestão integrada da biodiversidade: corredores, mosaicos e reservas da biosfera. In: Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas. Roseli Sena Ganen (org) – Brasília: Câmara dos Deputados Edições Câmara, 2010. 437 p. (série memórias e análise de leis, n. 2)

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978 (1973)

GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Os Índios do Descobrimento: tradição e turismo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução: Tamaz Tadeu da Silva e Guarcira Lopes Louro. 4º. Ed. Rio de Janeiro, 2000.

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/Zoneamento%20Ecol%C3%B3gico%20Econ%C3%B4mico%20Entre%20Ordem%20Visual....pdf> em 15 de outubro de 2012.

KOHLER, Florent. “Le Massacre de 51: un exemple d'élaboration de mémoire collective”. In: Cahier Du Grilua, Angers (França), 2004, v. 3, pp. 321-334.

LIMA, Luiz e CHAMO, Laura. Indígenas na cidade de Manaus: construção do mapa. In: Estigmatização e território: mapeamento situacional dos indígenas em Manaus. ALMEIDA, Alfredo Berno Wagner, SANTOS, Glaudemir Sales. (org) – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social/Editora da Universidade Federal da Amazônia. 2009

LITTLE, Paul. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade. Série Antropológica. 2002

LOPES, José Sérgio Leite. 1976. O vapor do Diabo. Rio de Janeiro: Paz e terra.

LOPES, José Sergio Leite. “Sobre os processos de ambientalização dos conflitos e sobre os dilemas de participação”. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006

MACIEL, Bruno de Amorim, Mosaicos de Unidades de Conservação: uma estratégia de conservação para a Mata Atlântica. Tese de dissertação. UnB, Brasília. 2007, 182 p.

MARANHÃO, H.P. Nativos e forasteiros: índios, brasileiros (...) Cumuruxatiba no mundo. X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais Sociedades Desiguais e Paradigmas em Confronto. In: *Volume V. Globalização, política e riscos: segurança, ambiente e saúde*. SILVA, M.C. *et al* (ORG). Editora: Centro de Investigação em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2009.

MATOS, Ana. Paula. Preservação ou uso racional da Unidade de Conservação de Proteção Integral por comunidades tradicionais. O caso do Parque Nacional do Descobrimento e a comunidade Pataxó. Universidade Estadual de Santa Cruz, Programa Regional de pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente/Ilhéus/ BA. Dissertação de mestrado, 2007.

Muniz, L.M. Ecologia Política: o campo de estudo dos conflitos socioambientais. Revista Pós Ciências Sociais. v. 6 n. 12 São Luis/MA, 2010.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. A viagem da volta: etnicidade, política, e reelaboração cultural no Nordeste indígena, 1999.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do Antropólogo. In: O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. Revista de Antropologia, vol. 39, nº 1, 1996.

PINHEIRO, Marcos Roberto. Recomendações para o reconhecimento de Mosaicos de Áreas Protegidas. (orgs). Brasília, DF, GZT. 2010.

Relatório do 1º Curso de Gestão de Mosaicos de Áreas Protegidas – 15 a 19 de agosto de 2011 – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Academia Nacional da Biodiversidade (ACADEBio). Coordenação: Allan Crema.

RIBEIRO, A. C. T. Cartografia da ação social, região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. In: Hector Poggiese; Tamara Tania Cohen Egler. (Org.). Otrodesarrollo urbano: ciudadincludente, justicia social y gestión democrática. Buenos Aires: CLACSO, 2009, v.p.147-156.

SAMPAIO, J., A., L. Breve histórico da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território Pataxó do Monte Pascoal. Cad. hist. Belo Horizonte, v. 5, n. 6, p. 31-46, jul. 2000

SCALCO. Raquel Faria. Desafios, paradoxos e complexidade na gestão do Mosaico de Unidades de Conservação da área de proteção ambiental Cachoeira das Andorinhas – Ouro Preto. Tese de dissertação. UFMG. 2009.

SOTTO-MAIOR, Leila Silvia Burger. Estudos de fundamentação antropológica necessários à identificação e delimitação da Terra Indígena Comexatiba (Cahy/Pequi). Diário Oficial da União. Brasília: FUNAI, 13 de março de 2006. Relatório técnico.

_____. Resumo do relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Barra Velha. Portarias nº 329/PRES, de 21 de março de 2006, e nº 528/PRES, de 04 de maio de 2006: processos FUNAI/BSB/2556/ 82. Diário Oficial da União, Brasília, DF: FUNAI, 29.02.2008.

TIMMERS. Jean-François. Respeitar a vida e o ser humano: a preservação do meio ambiente com e pelos índios evita a definitiva condenação da biodiversidade.

VIEIRA. P.F. e CAZELLA. A. Desenvolvimento territorial sustentável em zonas rurais: subsídios para a elaboração de um modelo de análise. Programas de Pós - graduação em Sociologia Política e em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

ZHOURI. Andréia. Texto inspirado na Introdução do livro Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação. In: Zhouri, A.; Laschefski, K. (org.). *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 11-34.

Anexos: